

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Adriano Antonio Faria

**O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO E A GÊNESE DA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**

**CURITIBA
2010**

Adriano Antonio Faria

**A HISTÓRIA DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO E A GÊNESE
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Profª. Drª Ariclê Vechia

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

Adriano Antonio Faria

A HISTÓRIA DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO E A GÊNESE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade TUIUTI do Paraná

Curitiba 18 de novembro de 2010.

Coordenador

Prof. Dr. Naura Syria Carapeto Ferreira
PPGED - Universidade Tuiuti do Paraná

Orientador:

Prof. Dr. Ariclê Vechia
PPGED – Universidade Tuiuti do Paraná

Prof. Dr. Joana Paulin Romanowski
PPGED – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Sandino Hoff
PPGED – Universidade Tuiuti do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua grandiosidade. Conhece todas as estrelas, chama-as a cada uma pelo nome.

Agradeço a minha família, meus pais, Antonio de Jesus Faria e Elza Maria Faria, meus irmãos: Edson, Adilson, André e Ana Caroline, minhas cunhadas/irmãs e meus sobrinhos, ponto de apoio em minha vida; por eles busco ser melhor a cada dia.

Agradeço, de modo especial, à minha orientadora, professora/amiga Ariclê, pela percepção e conhecimento sobre os aprendizes e pela persistência em não abandoná-los nunca. Aprendi com a senhora, a iluminar o passado a fim de compreender o presente e construir o futuro. Muito obrigado!

Agradeço, a todos os professores do PPGED, da Universidade Tuiuti do Paraná, em especial a coordenadora, professora Dr. Naura Syria Carapeto Ferreira, pelo seu exemplo de Educadora, competente, determinada e forte. Agradeço aos professores Dr. Joana Paulin Romanowski e Dr. Sandino Holff, pela colaboração e atenção dedicada a esta pesquisa, obrigado por sua serenidade e auxílio.

Agradeço ao Instituto Universal Brasileiro que tanto contribuiu ao meu estudo, seja pela sua história singular no contexto brasileiro da educação, seja pela colaboração na disponibilização de materiais e de informações *in loco* sobre a sua trajetória educacional.

Enfim, agradeço a meus amigos, “família que Deus me permitiu escolher”. Obrigado a você, Edimar Fiarmoncine, Padre Carlos Chiquim, Maria Aparecida da Cunha Lopes “Cidinha”, Luis Fernando Lopes, Valquiria Novick e todos os amigos do Instituto Edusol.

Dedico este trabalho ao que considero como uma das mais importantes criações humanas: a educação. Por ela somos levados a mundos desconhecidos, aprendemos a diversidade de todas as situações e nos exigimos disciplina e ética, afinal, somos fomentadores ímpares das mudanças.

“Mas sobre todas as invenções estupendas, que eminência de mente foi aquela de quem imaginou encontrar o modo de comunicar seus próprios pensamentos mais recônditos a qualquer outra pessoa, mesmo que distante por enorme intervalo de lugar e de tempo? Falar com aqueles que estão na Índia, falar com aqueles que ainda não nasceram e só nascerão dentro de mil ou 10 mil anos? E com que facilidade? Com as várias junções de vinte pequenos caracteres num pedaço de papel. Seja este o segredo de todas as admiráveis invenções humanas”.

(GALILEU GALILEI. In: Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Exemplar da Revista do IUB Rádio – TV – Eletrônica.....	85
Figura 2 –	Relação de peças e ferramentas que acompanham o Curso de Rádio e Televisão, Transistores e Eletrônica.....	87
Figura 3 –	Encarte de divulgação do IUB e seus cursos na década de 1980.....	88
Figura 4 –	Encarte de divulgação do IUB e seus cursos em 1985 em comemoração aos 44 anos.....	89
Figura 5 –	Pôster de divulgação do curso rádio e televisão do IUB.....	90
Figura 6 –	Pôster do curso de Madureza Ginásial do IUB.....	93
Figura 7 –	Material didático do curso de Madureza Ginásial do IUB.....	94
Figura 8 –	Material didático do IUB – Código Civil.....	96
Figura 9 –	Divulgação do material didático do IUB.....	97
Figura 10 -	Material didático do IUB – Curso de Caligrafia.....	98
Figura 11 –	Modelos de Caligrafia: vertical e Inglês minúscula do Curso de Caligrafia do IUB.....	100
Figura 12 –	Pôster de divulgação de cursos das Escolas Associadas.....	102
Figura 13 –	Capa da Revista do IUB Rádio- TV – Eletrônica edição comemorativa.....	104
Quadro 1 –	Kit de materiais didáticos que compõem o Curso de Caligrafia do IUB.....	101

RESUMO

A educação a distância, como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a utilização de recursos didáticos, tem sido objeto de estudos sobre a sua trajetória na história da educação. Neste trabalho a linha de investigação compreende a história da educação brasileira, e seu tema de estudo é educação a distância tendo como objeto da pesquisa o Instituto Universal Brasileiro fundado em 1941. A proposta questiona sobre a trajetória do IUB para o desenvolvimento da EAD, motivos de sua fundação, caracterização do ensino como educação ou instrução a distância, funcionamento dos cursos, concepção pedagogia e metodologia adotados, perfil do aluno e divulgação dos cursos em âmbito nacional. Como objetivo principal buscou resgatar a história da educação a distância no Brasil, tendo como marco de referência a criação e a trajetória do IUB. Especificamente a intenção é desvendar os conceitos e a evolução histórica da educação a distância; e investigar a trajetória do IUB ao longo de sua atuação na educação a distância, apresentar aspectos da política educacional, e compreender a educação a distância em sua dimensão integradora para a formação humana. Os procedimentos metodológicos incluem a pesquisa qualitativa com concepção exploratória e pesquisa histórica, realizada através da análise documental e entrevistas. Os resultados indicam o surgimento do IUB em um momento no qual o cenário nacional configurava-se pelo Governo Ditatorial de Getúlio Vargas, a Revolução Industrial Brasileira e sofria as consequências da Segunda Guerra Mundial. A criação do IUB veio ao encontro das necessidades presentes no mercado com relação ao crescimento da industrialização e da carência de profissionais técnicos qualificados. A instrução a distância, iniciada em 1941 com os primeiros cursos técnicos, passou a educação a distância com a oferta de cursos Supletivos de Ensino Fundamental e Ensino Médio a distância para pessoas maiores de 15 anos, em 1995. O estudo ratifica o IUB como uma das principais instituições de ensino a distância no País.

ABSTRACT

Distance education as a way of teaching that enables self-learning with the use of educational resources has been the subject of studies on its trajectory in the history of education. In this line of research work to understand the history of Brazilian education, and his subject of study is distance education as the object of research the Instituto Universal Brasileiro. The proposal raised questions about the trajectory of the IUB for the development of distance learning, reasons for its establishment, characterization of education as distance education or instruction, operation of courses, pedagogy and methodology adopted, the student's profile and disclosure of courses nationwide. Our main objective rescue the history of distance education in Brazil, with the benchmark creation and history of IUB in 1941. Specifically the intent is to expose the concepts and the historical evolution of distance education and to investigate the trajectory of IUB over his role in distance education, presents aspects of educational policy and understand the distance education in integrative dimension to the human . The methodological procedures include exploratory qualitative research design and historical research, conducted through documentary analysis. Results indicate the emergence of the IUB in a time when the national scene it configured by the dictatorial government of Getúlio Vargas, the Brazilian Industrial Revolution and suffered the consequences of World War II. The creation of the IUB came to meet the needs in the market regarding the growth of industrialization and lack of skilled technical professionals. The distance education began in 1941 with the first technical courses, distance education has to offer Supplemental courses of primary and secondary education at a distance for people over age 15 in 1995. The study confirms the IUB as a major distance education institutions in the country.

LISTA DE SIGLAS

AAD	Aprendizagem Aberta a Distância
ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABT	Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
AIM	Mídia de Instrução Articulada
CERP	Projeto de Pesquisa em Educação por Correspondência
CNI	Confederação Nacional da Indústria
EAD	Educação a Distância
EUA	Estados Unidos Americanos
FRM	Fundação Roberto Marinho
Funtevê	Fundo de Financiamento da Televisão Educativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPAE	Instituto de Pesquisas em Administração da Educação
IUB	Instituto Universal Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDI	Materiais didáticos impressos
MEB	Movimento de Educação de Base
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
NHSC	<i>National Home Study Council</i>
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
NUEA	<i>National University Extension Association</i>

OU	<i>Open University</i>
Prontel	Programa Nacional de Teleducaco
RN	Rio Grande do Norte
RPG	<i>Report Program Generator</i>
Seat	Secretaria de Aplicação Tecnológica
SEED	Secretaria de Educação a Distância
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Nacional da Indústria
TV	Televiso
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
CAPÍTULO II	
QUESTÃO CONCEITUAL E FUNCIONAMENTO DA EAD.....	28
2.1 MODELOS E CONCEITOS.....	28
2.2 ENTENDENDO OS FUNDAMENTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	34
CAPÍTULO III	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A VIAGEM NO TEMPO.....	42
3.1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EAD NO MUNDO.....	43
3.1.1. A EAD a partir da década de 1960.....	48
3.1..2 A EAD a partir da década de 1970.....	51
3.1..3 A EAD a partir da década de 1980.....	53
3.1..4 A quinta geração na EAD: aulas virtuais, computador e internet.....	54
3.2 A EAD NO BRASIL.....	57
3.2.1 As Políticas Educacionais e a Legislação sobre EAD – Leis Educacionais Brasileiras: Aspectos Gerais	63
3.2.2 Contexto Sócio Político Educacional.....	69
3.3 O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO EM 1941: A CONSTRUÇÃO DE UMA REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	78
3.3.1 O IUB: o cenário de sua criação e sua trajetória	78
3.3.2 Análise documental (oficial) do IUB	112
3.3.2.1 Documento: Autorização de funcionamento	113
3.3.2.2 Documento: Síntese da proposta pedagógica	117
3.3.2.3 Documento: Folheto ilustrado	119
CAPÍTULO IV	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

Após a publicação da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDEN), em seu artigo 80, destaca que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino”, recebeu destaque legal como modalidade educacional.

Esta visibilidade foi alcançada por oferecer, atualmente, uma maior democratização ao acesso à educação possibilitando novas discussões no campo educacional, dentre as quais se apresenta a grande evolução dos suportes pedagógicos baseados na tecnologia.

O conceito de EAD foi estudado por Zamlutti (2006) em sua Tese de Doutorado, relacionando registros de Chermann e Bonini, Moore, Belloni, Demo, Inocêncio, Nunes, dentre outros autores, a respeito da conceituação e distinção do termo EAD - Educação a Distância.

Destacamos alguns conceitos de EAD, com base no trabalho de Zamlutti (2006). Assim, Chermann e Bonini (2001, p.17) escreveram que:

Conceituamos Educação a Distância como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem a partir da mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados e apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, veiculados pelos diversos meios de comunicação existentes.

José Luís García Lhamas assim entendeu a EAD:

A Educação à Distância é uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem sem limitação do lugar, tempo, ocupação ou idade dos alunos. Implica novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos (ZAMLUTTI, 2006, p.19).

Na Lei nº 9.394/1996, o artigo 80 sofreu regulamentação pelo Decreto Nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com o seguinte teor:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005)

Interessante relatar o comentário de Belloni (2001, p.27) e de sua afirmação sobre a maioria das definições de EAD apresentadas acerca do caráter descritivo em oposição à sala de aula tradicional. Cita como parâmetro comum a essas definições a distância entendida como sendo o espaço. Assim, “A separação entre professores e alunos no tempo não é explicitada, justamente porque esta separação é considerada a partir do parâmetro da contiguidade da sala de aula que inclui a simultaneidade”.

Cumprir pensar, no entanto, sobre a gênese da educação a distância, ou seja, que fatos trouxeram luz a esta ação, quais condições sociais, políticas, econômicas e culturais que estiveram presentes para que determinadas instituições, sujeitos fundadores e os alunos concretizassem essa nova modalidade de ensino.

As sociedades contemporâneas e as que virão colocarão no palco as gerações que hoje adentram na escola e que exigem um novo tipo de indivíduo e de trabalhador em todos os setores econômicos. A resposta a essas perspectivas se fundará na necessidade de competências múltiplas do indivíduo, no trabalho em equipe, na capacidade de aprender e de adaptação às mudanças (BELLONI, 2008).

Lembra-se de que a vivência de situações cotidianas modifica comportamentos, atitudes e decisões de vida, tornando a busca da formação um objetivo de vida. Implica isto na educação direcionada à formação integral do indivíduo, quanto ao desenvolvimento intelectual, de seu pensamento, consciência e

espírito, de modo a que se sinta capaz de viver na sociedade pluralista e em transformação permanente. É da educação a tarefa de fornecer instrumentos e condições que concretizem esta formação (MORAES, 1997).

Na decisão de uma linha de investigação da história da educação brasileira, que é apresentado como o assunto desta proposta, com enfoque na educação a distância, que se torna o tema do estudo e, tendo como objeto da pesquisa o Instituto Universal Brasileiro, considera-se importante citar Santos e Vechia (2008, p.10) em sua referência à dimensão emocional que envolve aquele que estuda a escolarização no sentido universal e de quanto é importante sempre, para o pesquisador e para as pessoas que frequentaram a escola.

Os autores referem-se ao campo da História da Educação e do interesse que vem despertando o conhecimento da escola e de seu passado, inclusive se tornando objeto de novos olhares em específico sobre o seu patrimônio e materialidade, visando preservar a cultura material que a compuseram em determinado momento (SANTOS; VECHIA, 2008).

Também não se prescinde de contemplar a investigação histórica em sua contribuição para o conhecimento plural quando os resultados podem alcançar o interesse e as perspectivas daqueles que a eles terão acesso. Esse cuidado tem como lembrete o parágrafo de Lobo Neto (2000) consoante às preocupações dos educadores que, desde a correspondência tradicional até a internet, têm proposto e realizado projetos educativos a distância, mas que se reservam pensar que:

O registro desta trajetória em muito se perdeu no constante desprezo pela memória histórica, quase nunca vista como experiência humana de encaminhamento de solução de problemas, vivência de sucessos e fracassos como elementos fundamentais na construção de uma aprendizagem significativa (LOBO NETO, 2000, p. 401).

O escritor e jornalista Laurentino Gomes, em sua obra *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*¹ sobre a importância da história vai além dos registros e das discussões mas tem como propósito fundante iluminar o passado a fim de compreender o presente e construir o futuro.

Também Gatti Junior (2002, p.30) salienta que a História das Instituições Educacionais tem ocupado espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo muitos pesquisadores, embora o Brasil apresente dificuldades em razão da inexistência de repertórios de fontes organizados, de modo que “[...] alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras”.

Destaca-se o interesse pela investigação deste tema em decorrência de questões levantados ao longo de um itinerário vivenciado pelo pesquisador, que como educador, sempre teve uma postura aberta a “outras possibilidades de educação”, principalmente, frente às dificuldades vivenciadas em sua formação seminarística, com os cursos superiores de Filosofia e Teologia em regime interno, rígido e sistemático.

Após sair do seminário, buscando novas perspectivas educacionais e profissionais, aprofunda seus estudos com a graduação nos cursos de Marketing e Licenciatura em Pedagogia, descobrindo na EAD uma modalidade educacional, mais aberta, dinâmica e autônoma. Atualmente, é Diretor-Presidente do Instituto "EduSol", responsável pelo setor Educacional de Graduação e Pós Graduação em

¹ Texto extraído do site Educar para crescer: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/ensino-1808-419878.shtml>

EAD dos Pólos de Apoio Presencial EduSol, vinculados ao grupo UNINTER de Ensino.

A trajetória acadêmica e de formação profissional encampa experiências, ainda na adolescência, com o ensino oferecido pelo próprio IUB, com a realização do curso de Caligrafia, as chamadas “letras desenhadas” e, mais proximamente, a Especialização em EAD, pela faculdade Facinter Internacional.

Importante lembrar que a educação brasileira sofre alterações ao longo do tempo e as razões e resultados de discussões e implementação de mudanças em sua trajetória são registradas construindo-se a história da educação nacional, que desperta o interesse do pesquisador na elaboração deste trabalho.

Assim, a modalidade de educação a distância faz refletir e questionar sobre as alternativas aos problemas sócio econômicos da educação, a indução ao autodidatismo e autonomia na aprendizagem e o reforço do conhecimento na educação continuada; por estes motivos é urgente o resgate histórico da EAD.

Já haviam se referido Pereira, Faria e Lopes (2010) de que hoje, com a EAD tudo é novo, fato que remete às bandeiras da Agenda do movimento da pós-modernidade, com sua gênese paralela ao momento no qual se registrou a crise do Estado de Bem-Estar social e a nova reorganização do capital no sentido neoliberal. Ambos seguem marcando a história com significados menores enquanto ditos como “história em migalhas” de “microhistoria” de “*Novelle-Histoire*”.

Castanho (2010, p.51) corrobora esta apreensão sobre a história em sua composição, citando o questionamento de Ellen Wood (1999) quando se refere à agenda pós-moderna: “Mudança de história sem história?”.

É, portanto, a pertinência desta agenda a promotora do reconhecimento de discursos legitimadores da EAD quando o descaso toma conta da história da

educação anterior à contemporânea EAD, com uma mudança significativa: a ruptura com as práticas educativas e fundamentos ontológicos, gnosiológicos e epistemológicos da modernidade (PEREIRA; FARIA; LOPES, 2010).

Fundado nestas percepções, constata-se uma mudança na história, pela rejeição de abordagens da modernidade, a evidente transformação da história e consequente criação de outras grandes promessas; a EAD propicia inaugurar-se, uma nova história e permite vislumbrar-se ao futuro; há uma mudança sim, e a reedição de uma crença ponderável: a autonomização da tecnologia, perdendo o sujeito como mediador.

Entende-se, portanto, que estudar a EAD e o que se tem de sua história, é uma incursão no recorte da história da educação no Brasil, registrada sob a égide de relevante acontecimento histórico, marca de uma mudança na modalidade do ensino: a criação do Instituto Universal Brasileiro (IUB) fundado em 1941, com seu auge em 1970 com grande destaque no Brasil, sendo referência no mundo; o IUB, permanece, de forma ininterrupta com seus cursos, até os dias de hoje, e com a mesma finalidade, que é desempenhar um papel no desenvolvimento da educação com uma nova proposta educacional: à distância.

Criado em 1941, o IUB foi um dos grandes expoentes em cursos de pequena duração a distância utilizando como suporte pedagógico a correspondência, assim o envio das “cartilhas” e dos manuais era realizado pelo IUB via correio e seus alunos devolviam as “lições” respondidas pelo mesmo correio, utilizando o correspondência como mediador deste processo de ensino e aprendizagem.

O correio, portanto, foi o primeiro instrumento usado no ensino a distância no Mundo, opção do IUB para o envio de material de seus cursos de profissionalizante,

oferecidos em todo o País e que atraíram alunos das diversas regiões brasileiras por não ser preciso frequentar as aulas regularmente (IARALHAM, 2009).

O estudo com materiais impressos, como as apostilas específicas para cada curso desenvolvidas pelo próprio IUB, possibilitava aos alunos estudar nas horas de “folga”, quando não estavam trabalhando ou ocupados com outras atividades.

Uma outra modalidade de EAD foi a de cursos via radiofone; este foi o segundo meio de transmissão do saber a distância, precedido apenas pela correspondência; no Brasil, sua ênfase aconteceu no ano de 1937, com a criação do Serviço de Radiofusão Educativa do Ministério da Educação (ALVES, 2009).

Na década de 1940, período de surgimento do IUB, caracterizava-se o cenário da Segunda Guerra Mundial, com sérias conseqüências para todas as nações do mundo. O IUB foi criado num momento em que o país vivenciava um período turbulento da sua história, em plena Ditadura Vargas e tentando se ajustar às transformações ocorridas em todos os setores da sociedade, denominada de Revolução Industrial Brasileira (ARY, 2007).

Neste período, o IUB, adapta-se a esta Revolução Industrial Brasileira, com a finalidade de formar profissionais qualificados para o trabalho vigente. Segundo o atual Diretor e proprietário do Instituto Universal Brasileiro, Luis Fernando Naso (2010), na década de 1940, o IUB, lançou novos cursos, adquirindo os mais modernos equipamentos impressores para a produção de apostilas didáticas e impressos utilizando um método próprio de linguagem didática, jornalística e educacional, tornando-se, logo após sua fundação, a mais importante Instituição de ensino a distância do país.

Segundo Naso, desde os primeiros anos o IUB, oferece dois “tipos” de cursos: de um lado os cursos livres, ou cursos informais; de outro lado os cursos

formativos educacionais ou cursos regulamentados por lei. Os primeiros cursos informais foram os cursos de datilografia, taquigrafia, estenografia e eletrônica em Rádio. Após alguns anos foi lançado o primeiro curso regulamentado por lei, o curso de ensino ginásial denominado de Madureza Ginásial que teve conotação preparatória para a prestação de Exames de madureza Ginásial criados pelo Decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.

Atualmente a característica dos cursos oferecidos pelo Instituto Universal Brasileiro reside quanto aos Cursos Técnicos, em número de 04 (quatro) com direito ao Registro Profissional Técnico em: Transações Imobiliárias, Secretariado, Secretaria Escolar e Gestão Comercial (IUB, 2010).

Outros Cursos são oferecidos, como os Profissionalizantes, que compreendem mais de 60 (sessenta) modalidades, desde pintura, corte e costura, eletrônica, mecânica de automóveis, até a aprendizagem de idiomas e programas de computador (IUB, 2010). Visando a formação escolar, o Instituto Universal Brasileiro continua oferecendo o Supletivo Oficial, com liberdade para que o aluno estude em casa nos momentos de folga, e preste exames de conclusão no próprio Estado de residência (IUB, 2010).

O IUB disponibiliza um Folheto Ilustrado, gratuitamente, com informações sobre os cursos, conforme anexo (Anexo A).

Conhecer o processo que encaminhou sua criação pressupõe compreender o contexto sócio político econômico em contínua mudança, a ponto de suscitar em seus criadores/fundadores a imagem de uma educação que transpusesse distâncias e limites e alcançasse a formação de uma gama variada de pessoas.

Interessante questionar: que fatores interagiam em tal ambiente, que predispôs essa capacidade criadora? No pressuposto de ter havido a ação de

influências, estas se encontravam no ambiente de atuação ou se originaram do exterior do País? Sem dúvida, investigá-los torna este trabalho instigante, pois não é possível isentar da compreensão sobre o direito à educação a alusão ao ambiente e suas variáveis como elementos que mediam o crescimento individual e pessoal, a exemplo do que afirmou Moraes (1997) quanto ao significado de desenvolvimento humano e à busca de aprimoramento individual e formação de identidade humana e que essa está construída com base na integração do plano individual com ecossociocultural.

É preciso compreender a gênese e a trajetória da EAD, em especial no Brasil, analisar a sua utilização para diferentes suportes pedagógicos que permitam “demarcar” períodos distintos da EAD na educação brasileira e identificar o que está envolvido nestas concepções de EAD.

A história da educação no Brasil é construída com iniciativas estatais e privadas da educação, tendo como base interesses, que se coadunaram ou não, com as necessidades sociais da população. Em uma sociedade em permanente mudança a Educação é um processo cada vez mais complexo, onde ensinar e aprender é um desafio que necessita ser enfrentado a todo instante. A educação apresenta, hoje, os modelos presencial, semi presencial e a distância, sendo esta última, a que permite que o aprendiz não esteja fisicamente presente em um ambiente formal de ensino aprendizagem.

Por isto, justifica-se o estudo sob caráter social, porque é preciso compreender os avanços educacionais ocorridos ao longo do tempo, que permitem hoje a interpretação da educação a distância como uma possibilidade de inserção social, propagação do conhecimento individual e coletivo, e que assim contribui na formação de uma sociedade, que se pretende mais justa e equânime.

Sob o âmbito acadêmico, longo é o rol histórico da educação brasileira e de suas nuances; porém, acredita-se que a pesquisa é sempre nova e acarreta obrigações ao pesquisador na captura e disseminação do conhecimento como se fora eternamente empírica a sua coleta, tanto que favoreça como resultado uma leitura que extasie, produtiva e coerente com a verdade. Pesquisar, portanto, a criação do Instituto Universal Brasileiro e o seu caminho pela educação a distância é, pelo menos, obrigação do acadêmico em sua contribuição a instituição que o acolhe como mestrando em educação.

A opção de iniciar este estudo pelo Instituto Universal Brasileiro é justificada pelo fato da Instituição ter quase 70 anos de atividades e manter a modalidade de educação a distância de forma ininterrupta, com a utilização de diferentes suportes pedagógicos, desde a continuidade do envio de materiais via correios até a disponibilização de aulas virtuais utilizando ambiente web. Analisar a trajetória do IUB é, em certa medida, estudar a história da EAD no Brasil.

Assim, pode-se dizer que o Instituto Universal Brasileiro contribuiu para a educação a distância de forma significativa, preparando a consolidação desta modalidade de ensino, uma vez que ela utilizou diferentes suportes até a atualidade que o estudo permite compreender.

Atualmente, a educação a distância referendada pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que a destacou legalmente como modalidade educacional permitiu a diversidade de níveis de educação e de investimentos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

Faz-se necessário salientar, que há muito a ser pesquisado sobre educação a distância no Brasil, pois a história da educação necessita de que pesquisas

abordem as modalidades de ensino, em especial a educação a distância. A afirmação vale-se dos registros de Zamlutti (2006, p.6), em seu teor:

Por ser a educação a distância um modelo pedagógico bastante recente, se comparado a outros, especialmente no Brasil, e por não existir, praticamente, nenhuma literatura a respeito de sua trajetória histórica no país, compreender o seu surgimento, exigiu, antes de mais nada, conhecer a realidade social brasileira do momento em que aqui surgiram os primeiros cursos por correspondência no final da década de 30 e início da década de 40.

Ary (2007) também comentara a escassez de publicações que dêem sustentação teórica a um consenso quanto à definição do termo educação à distância, nem quanto ao momento preciso de seu surgimento na história da educação sendo que a maioria deles aponta o século XVIII como marco das primeiras elaborações desta modalidade.

Assim, a pesquisa proposta visa colaborar no fortalecimento da qualidade da educação, com a criação de uma reflexão sobre a criação da instituição de ensino a distância. Destarte, a modalidade de educação a distância faz refletir e questionar sobre as alternativas aos problemas sócio econômicos da educação, a indução ao autodidatismo e autonomia na aprendizagem e o reforço do conhecimento na educação continuada.

Entende-se, portanto, que é preciso indagar e, com isto, obter novas informações sobre a educação brasileira, consoante à delimitação desta proposta e tendo no Instituto Universal Brasileiro e a educação a distância as diretrizes da investigação, mediante o seguinte enunciado: **qual a trajetória do IUB para o desenvolvimento da EAD? Quais os motivos que levaram a fundação do IUB? Educação a Distância, ou seria Instrução a distância? Como funcionavam os cursos e sua pedagogia/metodologia? Qual a clientela abrangida por este instituto? Como funcionava a divulgação dos cursos em âmbito nacional?**

Postos tais questionamentos é indispensável propor objetivos que atendam e justifiquem a escolha do tema por compreender que não é possível pensar a educação dissociada dos diferentes suportes pedagógicos que permitem delimitar períodos em função de sua utilização e propagação na educação a distância.

Como objetivo principal da pesquisa busca-se resgatar a história da educação a distância no Brasil, tendo como marco de referência a criação e a trajetória do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, tido como uma das primeiras e principais instituições educacionais a praticar essa modalidade de ensino.

Especificamente a intenção é expor a conceituação e a evolução histórica da educação a distância enfocando as concepções educacionais que a nortearam em cada época, para que seja possível em seguida analisar os suportes pedagógicos na educação à distância.

Também, investigar a trajetória do Instituto Universal Brasileiro ao longo de sua atuação na educação a distância, apresentar, da história da educação brasileira, aspectos da política educacional, e compreender a educação a distância em sua dimensão integradora para a formação humana.

Nessa perspectiva, foi necessário garimpar dados nas fontes acerca do Instituto Universal Brasileiro, abrangendo os fatores concernentes ao seu contexto, as razões de sua criação e a escolha dessa modalidade de ensino.

Apresentar este trabalho requereu a elaboração de capítulos específicos que comportam assuntos interligados, mas, soberanos em si. Assim, no capítulo I é apresentada a metodologia definida para a construção do estudo, descrevendo o tipo de pesquisa, método de investigação, área de abrangência e instrumentos de coleta de dados, dentre outras informações.

No capítulo II é apresentada a fundamentação teórica, discorrendo sobre assuntos como os fundamentos da educação a distância e a política educacional brasileira em sua legislação.

O capítulo IV apresenta os resultados obtidos com o trabalho investigativo, quais sejam, atinentes ao resgate da história do Instituto Universal Brasileiro, interpretando-os e analisando-os, conseqüentemente.

Ao final, as considerações finais fornecem o fecho ao trabalho, retomando os objetivos propostos para estudo.

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, que permitiu levantar uma cronologia da educação a distância no Brasil e proporcionar maiores informações sobre os suportes tecnológicos e pedagógicos utilizados na educação a distância nesta época, como material gráfico (revistas do IUB, livros, apostilas), análise documental e entrevistas.

Trata-se de uma pesquisa Histórica, realizada através da análise documental, que utilizou como fontes materiais, documentos oficiais, revistas do IUB, livros, apostilas e entrevistas com o pessoal responsável pela Instituição, reportagens e contratos que permitirão um tratamento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa.

Definindo a pesquisa histórica “É o processo de investigação crítica dos eventos passados para produzir uma descrição precisa e interpretação desses eventos”, utilizada no relato de fatos ou eventos passados permite que, por meio dela, o investigador procure saber o que foi ou o que aconteceu (ESPÍRITO SANTO, 1992, p.159).

Salienta Richardson (1999, p.245), a pesquisa histórica ocupa-se do passado humano, e delimita como tarefa do investigador “[...] localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado’.

Na pesquisa histórica dois objetivos são essenciais: a produção de um registro do passado, e a contribuição para a solução de problemas atuais, sendo imprescindível que o investigador conheça alguns aspectos específicos desse enfoque:

- a pesquisa histórica baseia-se em observações que não podem ser repetidas, demanda intenso trabalho bibliográfico-documental e paciência em sua realização;
- a pesquisa histórica é realizada por um só pesquisador, fato que exige grande trabalho do mesmo;
- o relatório da pesquisa é menos rígido e tende à normatização, com análise de dados qualitativa (RICHARDSON, 1999).

Quanto ao objetivo da pesquisa, a abordagem exploratória segundo Gil (1999), é desenvolvida para proporcionar uma visão geral a cerca de um determinado fato, e contribuir para o esclarecimento das questões sobre o assunto.

Ainda Andrade (2002), corrobora que a pesquisa exploratória tem a finalidade de proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar e permitir descobrir um novo tipo de enfoque.

Com respeito à pesquisa documental Gil (1999) indica a sua semelhança com a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se somente quanto à natureza das fontes de consulta, pois:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999, p.66).

Santos (2000, p.29) refere-se a documentos como “fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação”. É o conjunto

de tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, dentre outros.

Para Mattar (1996), muitas vezes a própria empresa mantém em seus arquivos informações valiosas sobre pesquisas realizadas, registros sobre determinados assuntos, que podem ser relevantes para a pesquisa em pauta e para novas pesquisas a serem realizadas.

Quanto a análise documental a mesma organizará informações que se encontram dispersas, que de acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental visa selecionar, tratar e interpretar a informação, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, deste modo contribuindo com a comunidade científica.

CAPÍTULO II

QUESTÃO CONCEITUAL E FUNCIONAMENTO DA EAD

2.1 CONCEITOS E MODALIDADES

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta a diferentes realidades dos alunos que procuram formação através desse meio. Não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade: trata-se de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos.

Aliás, a EAD realmente se realiza no momento em que há garantia de um processo de utilização da comunicação bilateral essencialmente educativa, ultrapassando o simples acesso do aluno distante a materiais instrucionais, mas quando o atendimento pedagógico supera as distâncias e promove a essencial relação entre professor e aluno, mediante meios e estratégias institucionais plenas e seguras (SARAIVA, 1996).

A EAD tem sido objeto de estudos com crescente intensidade, culminando em produção de artigos e revistas especializadas em diferentes áreas da reflexão e ação pedagógica, tornando-se um assunto presente em espaços nos quais circulam educadores e instituições, dotados ou não, de experiência, mas em comum

buscando caminhos de atuação em projetos que comportem esse tipo de educação (LOBO NETO, 2000).

Seguindo-se a disposição de Keegan (2003) acerca de alguns elementos centrais no que se refere ao conceito da EAD, o mais relevante é a separação física entre professor e aluno, que na EAD, esta aproximação acontece por meios dos suportes pedagógicos, que a distingue do ensino presencial; a influência da organização educacional permanente (planejamento, sistematização, plano, organização dirigida etc.), que a diferencia da educação presencial; a utilização de meios técnicos de comunicação serve para ligar o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; a previsão de uma comunicação de mão dupla, na qual o estudante se beneficia de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via; e, a possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.

De acordo com Guarezi (2009, p.20), os conceitos de EAD mantêm em comum a separação física entre o professor e o aluno, o que é permanente, e a existência de tecnologias para mediatizar a comunicação e o processo de ensino aprendizagem. A evolução do conceito se dá no que se refere às mudanças que ocorrem no processo de comunicação, pois a EAD cada vez mais, passa a possuir maiores possibilidades tecnológicas para efetivar a interação entre os pares para aprendizagem.

Kenski (2003) apresenta as escolas virtuais como um local de partilhamento de fluxos e mensagens que visa a difusão dos saberes, construindo um ambiente virtual de aprendizagem fundado para o estímulo à realização de atividades colaborativas, inibindo o sentimento de solidão do aluno, no qual dialogue somente com o computador ou com o instrutor virtual. Contrariamente, na construção de

novas formas de aprendizagem a escola virtual tem um espaço estruturado pelas comunidades on-line na qual alunos e professores dialogam de modo contínuo, e disseminam seu conhecimento.

São registradas diferentes percepções sobre a educação a distância, apresentadas de modo ascendente:

EaD é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo, na qual o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado. O acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isso é possível pela aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias (DOHMEM, 1967, p.9 *apud* KEEGAN, 2003, p.41).

Também foi auferida a conceituação registrada por Peters:

Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, tanto por meio da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade. Estes tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender (PETERS, 1973, p.206 *apud* KEEGAN, 2003, p.41).

Para Moore (1973, p.664) a EAD pode ser definida como:

A família de métodos instrucionais em que as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros (*apud* KEEGAN, 2003, p.41-2).

Por fim, ainda referido por Keegan (2003, p. 42), a definição de Holmberg (1977, p.9) sobre a educação a distância:

A expressão educação a distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A EaD se beneficia do planejamento, da direção e da instrução da organização do ensino.

Na explicitação de Belloni (2008), as conceituações referidas por Keegan (2003), excetuando-se a proposta de Peters (1973) de que à EAD é aplicado o

paradigma econômico elaborado para descrever o processo de produção do capitalismo, as demais definições sobre o EAD versam sobre aquilo que ela mesma não é, mas, a partir de uma perspectiva do ensino convencional da sala de aula, tendo como parâmetro comum a distância, quando se entende como espaço.

Não se explica, nessas conceituações, a separação entre professores e alunos no tempo, e esta separação é interessante na proposta de ensino e aprendizagem a distância com relação à não-contiguidade espacial. Assim, uma nova definição é proposta por Belloni (2008, p.29), admitindo mais coerência face às transformações sociais e econômicas e assim: “A aprendizagem aberta e a distância (AAD) se caracteriza essencialmente pela flexibilidade, abertura dos sistemas e maior autonomia do estudante”.

Demais conceitos são dados por Aretio:

EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes (ARETIO, 1994 *apud* GUAREZI, 2009, p.19).

Pallof e Pratt (2002, p. 27), assim definiram a educação a distância:

A EAD é caracterizada quando o ensino e a aprendizagem acontecem em sala de aula virtual mediada por tecnologias onde a comunicação estabelecida no ambiente on-line deve favorecer o intercâmbio de informações entre participantes do processo, pois ‘fundamentais aos processos de aprendizagem são as interações entre os próprios estudantes, as interações entre professores e os estudantes e a colaboração na aprendizagem que resulta de tais interações’.

São diversos os conceitos que se atribuem à EAD, sendo a maioria de caráter descritivo com base na educação presencial. Segundo Guarezi (2009, p.129) conceituar EAD é um processo evolutivo, que começou com a abordagem na separação física das pessoas e chega ao processo de comunicação, incluindo, no final do século XX, as tecnologias da informação.

O Ministério da Educação no Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005, que regulamenta a EAD, a caracteriza como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Guarezi (2009, p.20) salienta ainda que as principais características da EAD podem ser organizadas sob o aspecto da permanente autonomia, da comunicação ou do processo tecnológico e elas nos ajudam a construir um conceito mais completo.

Para Alves (2009), é evidente que a presença das tecnologias em quase todas as áreas da atividade humana como irreversível e, a interação dos alunos com as tecnologias de modo crítico e criativo requer que os professores, supervisores e orientadores conheçam e saibam utilizar educacionalmente as tecnologias disponíveis.

Tais tecnologias estão presentes na educação por estarem presentes na vida e no cotidiano das pessoas, e assim diversificam as formas de produção e de apropriação do conhecimento. A interação com a tecnologia favorece ao aluno a aprendizagem, a familiarização com as tecnologias existentes na sociedade, dinamização do trabalho pedagógico e desenvolvimento da leitura crítica como parte integrante do processo que viabiliza a expressão e a troca de saberes (ALVES, 2009).

Para que seja eficiente, segundo Santos (2004), alguns requisitos são essenciais: o importante é manter os envolvidos de uma educação a distância em uma postura na qual cada um mantenha a interatividade no grupo, por meio de questionamentos, busca de informações, troca de ideias e textos escritos,

destacando interesses comuns na formação e permitindo que cada integrante construa o seu conhecimento com base em suas especificidades.

De um modo geral, pode-se reiterar que a educação a distância aplica as tecnologias disponíveis para fazer acontecer o processo de ensino e aprendizagem, superando as barreiras do espaço e do tempo. Dessa forma, são as concepções educacionais que sustentaram as práticas educativas relacionadas aos suportes pedagógicos e que por consequência influenciam a história da educação a distância.

Toda essa procura aumenta ainda mais a responsabilidade dos profissionais que atuam nessa modalidade educacional. Dessa forma, por este motivo, o conhecimento da história da Educação a Distância se apresenta como um elemento necessário para todos que desejam atuar na EAD. Entender a trajetória da Educação a distância faz compreender suas diferentes facetas e sua relação com diferentes contextos educacionais.

Para Nunes (2009) esta nova maneira de educação ainda não tem nome definido, mas para que seja possível entendê-la como um movimento precisa-se conhecer o processo de sua constituição que se desenvolve ao longo dos séculos.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação a Distância (SEED), assim podem ser configurados os cursos:

Não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos pólos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias (BRASIL, 2007, p.7).

São ressaltados estes detalhes quando pensada e compreendida a educação como fundamento primeiro, previamente ao pensamento e ao

planejamento organizacional: a distância. Trata-se de prerrogativas que, mesmo que sejam apresentadas características na educação a distância, como a “linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos condizentes”, tais características serão importantizadas se discutidas pedagógica e politicamente como ação educativa (BRASIL, 2007).

Salientam Lima e Cavalcante (2009), grande parte dos textos referentes à elaboração de material didático para educação a distância tem abordado pontos específicos: a qualidade didática desse material, o uso de diferentes mídias, o suporte ao texto através de ilustrações, gráficos, ícones, dentre outros, e o desenvolvimento de uma linguagem que facilite o estabelecimento de um diálogo com os educandos.

2.2 ENTENDENDO OS FUNDAMENTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A evolução da EAD acompanhou a evolução das tecnologias de comunicação que lhe dão suporte o que não significa necessariamente evolução pedagógica. “Sempre é possível usar a tecnologia mais avançada para continuar fazendo as mesmas velharias, em particular o velho instrucionismo” (DEMO, 2007, p.90).

Oliveira (2003, p.11) afirma que:

O critério para analisar uma proposta de educação a distância não parece estar na mediação tecnológica, mas na concepção didático-pedagógica que subjaz tanto ao suporte tecnológico como à sua utilização na mediação.

Estas concepções didático-pedagógicas aliadas aos suportes pedagógicos permitem que a educação a distância atinja o objetivo de construir o conhecimento.

A criação do conhecimento, portanto, deve sofrer modificações, se há pretensão de criar uma nova escola e assim, adotar tecnologias novas no contexto educacional será imprescindível, tendo em vista a intenção clara de contribuição ao desenvolvimento da aprendizagem, com utilização de objetos já formulados. Com essa percepção, os equipamentos tecnológicos se constituem em ferramentas de mediação no processo de aprendizagem, constante na Proposta Pedagógica da instituição (ALVES, 2009).

Esta construção do conhecimento na educação a distância deve ser apoiada por um processo de interatividade, com qualidade suficiente para provocar e dar sustentação ao conjunto de aprendizagens pretendidas pelos participantes. Tal processo não acontece apenas com a introdução de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) na educação, mas exige a participação comprometida de todos os atores envolvidos para que se tenha uma rede de aprendizagem colaborativa.

Definindo a aprendizagem colaborativa Santos (2004) lembra que a aprendizagem, em ambiente virtual ou não, é proporcionada se todos os envolvidos participarem, fato que garante a rede de interações construída com recursos comunicacionais.

A aprendizagem colaborativa, portanto, “É uma das formas de construir conhecimento, seja de forma presencial ou em ambiente virtual, requerendo o desenvolvimento de habilidades, por parte do professor e do aluno”, em especial quando se tratar da EAD através da Internet (SANTOS, 2004, p.61).

Um processo colaborativo a ser aplicado em sala de aula tem base fundante em três perspectivas teóricas essenciais: a) Desenvolvimento Cognitivo, utilizando-se das de Piaget e Vygotsky; b) Desenvolvimento Comportamental, com abordagem ao impacto do comportamento do grupo; c) Interdependência Social, na ocorrência de compartilhamento de objetivos comuns, quando o sucesso de cada pessoa é afetado pelas ações dos outros, nos moldes de cooperativa e a competitiva (PIVA Jr.; FREITAS, 2009).

Uma postura cooperativa admite alavancagem na aprendizagem colaborativa e esta é obtida mediante adoção e prática de atitudes e aspectos que constroem tais posturas e promove o desenvolvimento de atitudes.

São citadas por Piva Jr. e Freitas (2009) as seguintes:

- interação: constante negociação;
- descentração do pensamento;
- relações hierárquicas;
- responsabilidade do aprendiz pelo seu aprendizado e pelo do grupo;
- ações conjuntas e coordenadas;
- tolerância e convivência com diferenças;
- construção de uma inteligência coletiva;
- reflexão;
- consciência social;
- trocas e conflitos sócio-cognitivos;
- objetivos comuns;
- tomada de decisão em grupo;
- colaboração.

Isto tudo constitui a postura colaborativa, tendo na interação humana o elemento fundamental do processo, pois abre o canal de comunicação, devendo acompanhar todas as atividades a serem desenvolvidas em grupo de modo a possibilitar uma negociação constante entre os sujeitos envolvidos, trazendo como resposta a assunção de responsabilidade individual de cada sujeito participante do processo com relação ao que aprende e ao que o grupo aprende (PIVA Jr.; FREITAS, 2009).

Lembra Maia (2009), que a relação entre a cognição e o aprendizado já foram pesquisados por psicólogos e educadores do século XX como Vygotsky (2007), Paulo Freire (1982) e Feuerstein (1985), tendo sido enfatizada a interação social e sua importância no desenvolvimento intelectual humano.

Neste ambiente virtual de aprendizagem a interação se constitui em fator essencial na construção do conhecimento, pois o aluno e os professores propiciam uma bidirecionalidade na emissão e recepção de mensagens, de modo a potencializar a comunicação. Quanto ao âmbito da formação docente a distância, “A aprendizagem colaborativa é a mola propulsora do processo, visto que, não basta o ambiente oferecer ferramentas que favoreçam a interação dos envolvidos, porém ter um mediador para dinamizar a interação através do meio virtual” (SANTOS, 2004, p.57).

Uma estrutura de ambiente virtual de aprendizagem colaborativa deve conter:

Informações sobre o ambiente, ferramentas que possibilitem agendamentos, pesquisas, troca de informações, exposição das produções, permite buscar ajuda no ambiente dentre outras, porém, é de extrema importância que haja interação entre sujeitos tendo o ambiente virtual como intermédio dessa ação, cabendo ao professor uma intervenção diferenciada (SANTOS, 2004, p.60).

Alguns fatores, no entanto, são pertinentes à educação a distância, como a avaliação da aprendizagem, tema em pauta no contexto da EaD *online* com debate ampliado em razão de novos desafios agregados a essa discussão. Também, em decorrência dos avanços tecnológicos e da regulamentação da EaD, paralelo ao crescimento considerável na oferta de cursos formais nessa modalidade, com parte de sua consolidação sob o amparo legal da Lei nº 9.394/1996, LDBEN, e que motiva a construção de um quadro normativo da educação a distância (SANTOS, 2009).

É tempo, salienta Santos (2009, p.3), de “Superar o preconceito alimentado historicamente por uma visão distorcida de EaD, em que os cursos por correspondência apresentavam qualidade duvidosa, bem como, evitar a fraude”. A intenção em formar profissionais é acompanhada da garantia em certificar um profissional adequadamente, evitando levar prejuízos à sociedade.

Atenção tem sido delegada à qualidade de um curso ou programa de educação a distância pelos organismos de controle e avaliação no mundo todo sendo que, no Brasil, essa preocupação se expressa na publicação, pelo MEC, dos Referenciais de Qualidade na EAD em Julho de 2003. Tais referenciais são acatadas como parâmetro pelas instituições que pretendem estruturar cursos ou programas a distância (LIMA; CAVALCANTE, 2009).

Segundo o Ministério da Educação, para a primeira versão dos referenciais de qualidade para educação a distância foi elaborada em 2003 viu-se a necessidade de atualização em razão da dinâmica do setor e a renovação da legislação, sendo composta uma comissão de especialistas para sugerir mudanças no documento, em 2007. Esta versão preliminar foi submetida à consulta pública durante o mês de agosto de 2007, recebidas mais de 150 sugestões e críticas, das quais a maioria foi incorporada, vigorando a versão de 2007 (BRASIL, 2007).

Pretendendo apresentar Referenciais de Qualidade para as instituições que ofereçam cursos na modalidade de educação superior a distância no País, o MEC/SEED elaboraram os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, a fim de propiciar debates e reflexões, circunscritos no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622/2005; do Decreto 5.773/2006; Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007.

Os referenciais de qualidade são recomendados para projetos de cursos na modalidade a distância e devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infra-estrutura, dimensões estas que exigem constar de modo integral no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:

- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infra-estrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2007).

Integrante desses Referenciais, a alusão aos materiais didáticos é assim registrada:

Cabe observar que somente a experiência com cursos presenciais não é suficiente para assegurar a qualidade da produção de materiais adequados para a educação a distância. A produção de material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, CD-Rom, páginas WEB, objetos de aprendizagem e outros, para uso a distância, atende a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para atingir estes objetivos, é necessário que os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas *web*, entre outros (BRASIL, 2007, p.13-4).

A ênfase na elaboração dos materiais didáticos para uso a distância pelas instituições deve ser dada quanto à integração de diferentes mídias e assim também de materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, e deve primar pela perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos sujeitos envolvidos no projeto (BRASIL, 2007).

Também os materiais didáticos impressos (MDI) como outros fatores que fazem parte de estudos e discussão sobre a EAD, a exemplo dos registros de Lemos *et al.*, (2009) e de Palange, Mesquita e Lemos (2009), cuja temática de investigação foi um Projeto de Educação a Distância com o uso de material impresso do Serviço Nacional Aprendizagem Industrial (SENAI), obtido via publicação de edital da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em seu documento Educação para Nova Indústria (CNI, 2007).

O Projeto teve como objetivo a “Iniciação profissional no desenvolvimento de competências transversais nas áreas de Educação Ambiental, Empreendedorismo, Legislação, Segurança no Trabalho e Tecnologia da Informação e Comunicação” (PALANGE; MESQUITA; LEMOS, 2009, p.1).

O público de enfoque é jovem, com idade entre 14 e 17 anos, sendo o material produzido em diversas linguagens que incluíram o mangá, *Report Program Generator* (RPG), site impresso e revista de variedades. Sua implantação foi realizada no final de 2008 para 27 mil alunos; a estimativa foi de atingir 1 milhão de matrículas até 2010 (LEMOS *et al.*, 2009).

O interesse de Palange, Mesquita e Lemos (2009) sobre o MDI deveu-se ao crescente desenvolvimento das tecnologias, fato que faz muitas pessoas

considerarem os cursos a distância centrados em material impresso como um recurso superado. Entretanto, se observado que:

A leitura não é um processo natural, exige grande complexidade no uso do cérebro para se concretizar. A leitura em tela pode ser útil e prazerosa por permitir o acesso a informações que antes nem poderíamos imaginar, mas ela é bem diferente da leitura em papel nas estratégias que exige do leitor. A leitura em papel exige maior concentração e uma postura diferente do leitor. Apesar do desenvolvimento de outros suportes para os textos como os *ebooks*, temos de levar em conta que a leitura em papel é muito diferente da leitura em tela. Alguns estudos demonstram que os leitores de páginas WEB são mais voláteis por fazerem uma leitura mais segmentada, parcial e com mudanças frequentes de objeto (PALANGE; MESQUITA; LEMOS, 2009, p.2).

Por isto, é possível pensar que o modelo de comunicação pode sofrer variações, dentre o mais tradicional, com essência nas informações, e chegando aos modelos de comunicação dialógicos entre educador, educando e texto (PALANGE; MESQUITA; LEMOS, 2009).

Finalizando o estudo sobre esta temática Lemos *et al.* (2009, p.10) concluíram que: “O número de matrículas para esta Experiência Piloto foi além do esperado com relação à meta definida. A expectativa de matrículas era de 7000 para cada departamento regional nos 5 cursos e o resultado foi cerca de 8500”. Além disso, confirmou-se que a utilização do material didático impresso dos cursos de Competências Transversais é válida, pela contribuição à formação integral do profissional, para além da sua área técnica.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A VIAGEM NO TEMPO

Este capítulo tem como proposta fazer uma viagem no tempo com a finalidade de traçar a trajetória da Educação a Distância desde suas origens até os tempos atuais. Apresentam-se alguns dos principais dados históricos desta concepção educacional que, a princípio, parece tão recente.

A trajetória da educação a distância segue paralela à evolução das tecnologias de comunicação, o que permitiu um avanço qualitativo e quantitativo, seja na melhoria do conteúdo e do conhecimento das aulas, seja no número de oferta de cursos e instituições.

Conhecer a trajetória da educação a distância, identificar os suportes pedagógicos utilizados e interpretar a legislação pertinente ao tema, possibilita compreender esta modalidade de ensino que congrega as mais avançadas tecnologias de comunicação e os primeiros fundamentos do ensino. Assim, presente e passado trabalham unidos com a perspectiva de aprimorar o conhecimento.

A Linha do Tempo sobre a AED no mundo e no Brasil consta na página *web* do Portal da Cátedra UNESCO de educação a distância, da Universidade de Brasília, *link* Linha do Tempo.

Esta página registra a informação de que “Inicialmente na Grécia e depois em Roma, existia uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo de correspondência. As cartas que transmitiam conteúdos pessoais e

coletivos juntavam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas que, intencional e deliberadamente se destinavam a instrução” (UNB, 2010, p.1).

Trata-se de um registro que pode indicar a presença da educação a distância, de modo empírico, nas antigas civilizações. A Linha do Tempo encontra-se em anexo (Anexo B).

3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EAD NO MUNDO

Fazer um resgate histórico da educação a distância implica em fazer referência às primeiras instituições desta modalidade de ensino surgidas em várias partes do mundo. Vários autores, entre eles Alves (1998), demarcam o surgimento da EAD já no século XV, com o surgimento da imprensa de Gutemberg, na Alemanha. Para Moore (2008), porém, a educação a distância evoluiu ao longo da história, podendo ser caracterizada por diferentes gerações. A primeira foi marcada pelo meio de comunicação textual, através da correspondência; a segunda geração foi do ensino por rádio e televisão, a terceira não foi muito caracterizada pela tecnologia de comunicação, mas pela invenção das Universidades Abertas. A quarta geração foi marcada pela interação a distância em tempo real, em cursos de áudio e videoconferência e, a mais recente, a quinta geração, é a que envolve o ensino e o aprendizado on-line, em classes e universidades virtuais, baseadas em tecnologias da internet.

Descrevendo, sucintamente, essas gerações, pontuam-se os relatos a partir da obra de Moore (2008) e demais autores. Assim, para a primeira geração consta o início com os cursos de instrução entregues pelo correio, denominado de estudo por

correspondência ou estudo em casa, pelas escolas com fins lucrativos e como estudo independente, pelas universidades.

Ressalta Palhares (2009), a caracterização de EAD por correspondência deve ser permeada pela relação estabelecida entre aluno e tutor, mediado pelo correio, em um processo por meio, muito além do tipo de material didático utilizado, mas contemplando a remessa de lições, trabalhos e provas, enviados pela escola ao aluno, e devolvidos, com pagamento realizado pelos serviços disponibilizados pelos correios, definindo do se tratou esta metodologia de ensino.

Niskier (1999) comenta sobre relatos de uma tentativa para estabelecer um curso por correspondência na Inglaterra, com direito a diploma, em 1880. Esta idéia foi rejeitada pelas autoridades locais e os autores da proposta foram para os Estados Unidos, encontrando espaço na Universidade de Chicago. Em 1882, surgiu o primeiro curso universitário de EAD naquela instituição, com material enviado pelo correio. Em 1906, a *Calvert School*, em Baltimore, EUA, tornou-se a primeira escola primária a oferecer cursos por correspondência.

Na Alemanha, a primeira escola por correspondência surgiu em 1890, exemplo seguido por diversos países que viram na educação a distância a oportunidade de ministrar cursos a nível médio, técnico, de pós-graduação e em nível universitário (JORNAL DO IUB, 2010).

O ensino universitário a distância veio com a instituição da Universidade Aberta, na Inglaterra, marcando um momento de vanguarda no ensino superior a distância no mundo. Também na Rússia, o Instituto Agrícola Stavropol e em demais países, incluindo a Espanha, França, Itália, Canadá, Bélgica e Japão (JORNAL DO IUB, 2010).

Segundo Nunes (2009) e Landim (1997) provavelmente a primeira notícia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na *Gazette* de Boston, EUA) que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos.

Também é referido o trabalho do bispo John H Vincent, co-fundador do Movimento Chautauqua, na criação do Círculo Literário e Científico Chautauqua, organização que oferecia um curso por correspondência com duração de quatro anos; em 1883 este curso foi autorizado pelo Estado de Nova York a conceder diplomas e graus de bacharel por correspondência (MOORE, 2008).

De acordo com Alves (1998) a difusão da EAD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra. Nesse sentido, Litto (2002) destaca que, ao contrário do que acontece no Brasil, onde existe um controle governamental centralizador sobre a educação superior, em outras nações havia possibilidades de inovação e, assim, o desenvolvimento de cursos e estratégias de ensino ocorreu mais rapidamente.

Na Grã-Bretanha, em 1840, Isaac Pitman utilizou o sistema nacional de correios para o ensino de taquigrafia (MOORE, 2008; ALVES, 2009). Na Europa, foi iniciado o intercâmbio do ensino de línguas pelo francês Charles Toussaint e pelo alemão Gustav Langenscheidt, em 1850, “levando à criação de uma escola de idiomas por correspondência” e incentivando iniciativas neste sentido ao redor do mundo (MOORE, 2008, p.26).

De acordo com Nunes (2009) Skerry's, em 1880 ofereceu cursos preparatórios para concursos públicos. Nos EUA, em 1891, apareceu a oferta de curso sobre segurança nas minas, que teve como organizador Thomas J. Foster.

Em 1910 a Universidade de Queensland, na Austrália, inicia programas de ensino por correspondência. Segundo o mesmo autor:

Do início do século XX até a Segunda Guerra mundial, várias experiências foram adotadas, sendo possível melhor desenvolvimento das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência. Depois, as metodologias foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa (NUNES, 2009, p. 3).

Saraiva (1996) descreve, também, a criação do Instituto Hermod pelo diretor de uma escola que ministrava cursos de línguas e cursos comerciais, Hans Hermod, em Malmoe, Suécia, no ano de 1898, publicando o primeiro curso por correspondência.

A educação a distância passou por algumas gerações, contudo sua primeira experiência aconteceu no período de 1728, considerada como a primeira geração da EAD com forte característica no estudo por correspondência. Existia pouquíssima possibilidade de interação entre aluno e instituição produtora, limitando-se aos momentos de exames. Eles recebiam material impresso para estudo com exercícios de fixação. Essa pode ser considerada a primeira Universidade totalmente a distância (GUAREZI, 2009, p. 30).

O processo operacional da educação por correspondência compreendia a recolha de cartas nos correios, diariamente, numeradas sequencialmente, datadas e abertas. O conteúdo da carta era grampeado ao envelope, passando-se à triagem ou separação por correspondência conforme a solicitação contida: pedido de informações sobre cursos; pedido de matrícula, pagamento, consulta sobre dúvidas encontradas na lição, exames para serem avaliados, documentos, solicitações de providências ou reclamações e assuntos de ordem pessoal ou familiar do aluno (PALHARES, 2009).

Salientado por Moore (2008, p.27), “O motivo principal para os primeiros educadores por correspondência era a visão de usar tecnologia para chegar até aqueles que de outro modo não poderiam se beneficiar dela”. Neste tipo de educação havia a inclusão das mulheres, que acabaram por desempenhar importante papel na história da educação a distância, como por exemplo, sob a liderança de Anna Eliot Ticknor, que em 1873 fundou uma das primeiras escolas de estudo em casa, a *Society to Encourage Studies at Home*, com a intenção de auxiliar as mulheres, a quem era negado o acesso às instituições educacionais formais, com a oportunidade de estudar por meio de materiais entregues em suas casas.

No entanto, em vários autores, notam-se referências a civilizações antigas, considerando, por exemplo, as mensagens escritas, utilizadas para difusão do cristianismo, como a primeira iniciativa educacional na qual as pessoas não se encontram face a face (ALVES, 1998).

Apesar das divergências dos autores quanto a primeira experiência a distância, deve-se deixar claro que se tratam de marcos iniciais importantíssimos para a expansão dessa modalidade de ensino. Com base nisso, muitos outros cursos foram surgindo no mundo inteiro (GUAREZI, 2009, p.29).

Palhares (2009) entende a criação da EAD como ondas, aludindo a fases não estanques e que não configuram separação clara entre elas, sem determinação de onde termina uma onda/fase e se inicia outra. Segundo esta percepção, a onda de correspondência é apontada como a mais longa e, mesmo que não seja usada na contemporaneidade, não perde a sua importância e destaque na história da educação.

Confirmado por Moore (2008, p.28) que, “Em 1968, um dos estudos mais completos de educação por correspondência foi patrocinado pelo NHSC² e pela NUEA³”. Tratou-se de um projeto denominado de Projeto de Pesquisa em Educação por Correspondência (CERP), e em seus resultados confirmou que 3 milhões de norte-americanos estavam estudando por meio deste método em todo o país.

Assim, na opinião de Nogueira e Moraes (2008), o surgimento da educação a distância deu-se pela necessidade de formação e qualificação profissionais de pessoas sem cesso e/ou condições de freqüentar um estabelecimento de ensino presencial; a sua evolução foi concomitante à evolução própria das tecnologias desenvolvidas em cada momento histórico, influenciando o ambiente educativo e a sociedade como um todo.

3.1.1 A EAD a partir da década de 1960

Esse é um período de transição do modelo econômico e das concepções educacionais que foi gerado principalmente pela evolução da tecnologia. Começou a queda do modelo fordista, que não conseguiu atender o processo operacional. Surgiram novos modelos de produção industrial visando a incrementar sua eficiência, com base no uso intensivo das possibilidades geradas pelo avanço tecnológico e foram criadas novas formas de organização de trabalho. Na educação presencial não foi diferente, pois o modelo fordista perdeu cada vez mais seu terreno (GUAREZI, 2009, p.28).

E é nesse contexto, que pode-se falar do surgimento da segunda geração da EAD, que a partir da década de 1960 se estende até início dos anos 1990. Esta fase

² *National Home Study Council.*

³ *National University Extension Association.*

se caracteriza, principalmente, pela integração dos meios de comunicação audiovisuais.

Trata-se, segundo Guarezi (2009), do marco inicial⁴ do uso de outros modelos de EAD, como o rádio e a televisão.

Porém foi nos anos 1960, segundo a maioria dos autores pesquisados, que se efetivaram as maiores experiências com esses novos modelos, por exemplo, a *Beijing Television College*, na China; o Bacharelado Radiofônico, na Espanha, e a *Open University*, na Inglaterra. Nessa fase, tem-se como modelo de produção industrial o neofordismo. Esse modelo investiu em estratégias de alta inovação dos produtos e na alta variabilidade do processo de produção, mas conservou ainda do fordismo a organização fragmentada e controlada do trabalho. Essa transição impulsionou a EAD a buscar novos caminhos na tentativa de superação dos paradigmas da sociologia industrial. Nesse período, passaram a coexistir duas tendências: de um lado um estilo ainda fordista de educação de massa e do outro uma proposta de educação mais flexível, supostamente mais adequada às novas exigências sociais [...]. A *Open University*, como modelo de Universidade Aberta, foi considerada um marco importante nesse período de transição da primeira para a segunda geração da EAD (GUAREZI, 2009, p 30).

Nota-se que a transição ocorrida nesse período impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação (rádio e TV), tende a tornar a EAD mais aberta, no sentido de oferecer maiores oportunidades de escolha temática aos alunos e, ao mesmo tempo, também oferecer um tratamento mais personalizado que atende as necessidades individuais. Isso demonstra que há uma superação de um modelo de educação via correspondência, que era muito mais lenta, e uma nova proposta do Rádio com um conjunto de possibilidades de melhor aprendizagem e com maior rapidez.

De acordo com Perry e Rumble (1987) o verdadeiro impulso para o desenvolvimento se deu a partir de meados da década com a institucionalização de várias ações no campo da educação secundária e superior começando pela Europa e se expandindo aos demais continentes.

⁴ Guarezi (2009) fala que apesar de se ter registros anteriores de iniciativas com esses modelos; por exemplo, no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que transmitia programas educacionais.

Para outros autores, entre eles, Nunes (2009) pode-se encontrar as origens mais recentes desta modalidade de ensino simultaneamente em vários lugares do mundo, mas pelo seu êxito a *Open University* (OU), na Inglaterra, que surgiu no final dos anos de 1960, iniciou seus cursos em 1970, passou a ser referência mundial.

Nos anos de 1960 e 1970 as experiências com a educação pelo rádio no Brasil destacaram o caráter instrucional, com oferta de cursos regulares, destinados à alfabetização de adultos, a educação supletiva e a capacitação para o trabalho. A eficácia relatada na história dessa metodologia de educação a distância residia na reprodução de um ambiente de sala de aula na produção de programas educativos (DEL BIANCO, 2009).

Dentre as suas características o rádio apresenta-se:

Como meio de comunicação social de amplo alcance, o uso do rádio no sistema de aprendizagem a distância possui vantagens e desvantagens decorrentes de sua natureza tecnológica. A mais importante característica é a unissensorialidade. Rádio é sim, o que inclui o texto, a fala, a música, os ruídos e efeitos sonoros. O código sonoro tem o poder de personificar materialmente o espaço físico, transmitir sensações (temor, medo, amor, paixão), conceitos ou representações. Remete a um referencial de tempo, modo, espaço ou ambiência. No rádio a ausência de imagens não é uma inferioridade, ao contrário [...] é uma superioridade porque na unissensorialidade reside o eixo da intimidade. Por meio da imagem que se forma na imaginação, constrói-se uma relação de proximidade e interação informal entre emissor e receptor (DEL BIANCO, 2009, p. 56-7).

Não se pode deixar de mencionar como característica marcante desse momento da educação a distância a criação e o desenvolvimento das megauniversidades que passaram atender mais de 100 mil alunos, um exemplo é a *Open University* do Reino Unido que se tornou referência mundial (NUNES, 2009).

No Brasil, o ensino por rádio foram mais marcantes na década de 1960 e 1970 por conta dos vários sistemas radiofônicos de aprendizagem construídos sob o comando de secretarias estaduais de ensino, fundações de caráter técnico-educativo ou da Igreja Católica.

Dois sistemas foram destaques nas experiências brasileiras de ensino: O Movimento de Educação de Base (MEB), que representou um avanço na concepção de aprendizagem por rádio naquele momento, e o Projeto Minerva, que oferecia ensino supletivo para adolescentes e adultos, orientação profissional e programação cultural de interesse geral (DEL BIANCO, 2009).

Foi por meio do Projeto Minerva, com transmissão pela Rádio MEC, com apoio de material impresso, que milhares de pessoas conseguiram realizar seus estudos básicos (SARAIVA, 2009).

3.1.2 A EAD a partir da década de 1970

Nesse período se pode falar de uma terceira geração na EAD que é caracterizada pela integração de redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia. Essa proposta ainda está em fase de realização e ainda conta poucas análises. A tendência é a integração dos diversos meios utilizados até então pela EAD.

Tratou-se de um novo modelo de aprender com base em relacionamentos virtuais em ambientes informatizados, diagnosticando o fim da distinção do que é virtual e do que é presencial, e o que é a distância, porque as redes de telecomunicações e de suportes multimídias interativos estão sendo integradas às formas mais clássicas de ensino (CRUZ, 2009).

Moore (2008) situa a terceira geração na EAD com referência ao que descreve como duas das mais importantes ocorrências: o projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM) da *University of Wisconsin* e a Universidade Aberta da Grã-Bretanha, destacando-se a experiências ocorridas com novas modalidades de

organização da tecnologia e de recursos humanos, de modo a promover novas técnicas de instrução e uma nova teorização da educação.

Com a AIM viu-se a tentativa de articular várias tecnologias de comunicação buscando oferecer um ensino de alta qualidade e baixo custo a alunos não-universitários, mediante um complexo ferramental: guias de estudo impresso e orientação por correspondência; transmissão por rádio e televisão, audiotapes gravados, conferências por telefone; kits⁵ para experiência em casa e recursos de uma biblioteca local. Complementavam esses recursos, o suporte e a orientação para o aluno, discussões em grupo de estudo locais e, no período de férias, uso de laboratórios de universidades (MOORE, 2008).

No Brasil, algumas universidades presenciais, oferecem disciplinas a distância, concomitantemente à oferta de cursos presenciais, a incorporação de ferramentas da internet, incluindo o correio eletrônico para comunicação extraclasse, páginas Web que disponibilizam conteúdos e ambientes virtuais de aprendizagem, condição que expande a sala de aula para além de seus limites. “Há quem afirme que a EAD, longe de ser um apêndice do ensino tradicional, passar a ser, senão a regra, o agente impulsionador de mudanças” (CRUZ, 2009, p.87).

Tais considerações já foram ditadas por Belloni (2008), prevendo a EAD como uma tendência a se tornar mais fortemente um elemento regular dos sistemas educativos, essencial ao atendimento das demandas e a grupos educativos, e assim também na assunção de funções que assume grande importância com mais ênfase no ensino pós-secundário, inserido a população adulta e, por isto, o ensino superior

⁵ Na EAD por correspondência, quase todos os cursos possuíam kits didáticos para que o aluno pudesse vivenciar pelo menos uma atividade prática do ofício que estava aprendendo. Tais remessas representavam alto investimento e exigiam adequados controles e cuidados a fim de evitar perdas. Os kits eram destinados a alunos em etapas mais avançadas dos cursos, com condições de manuseio seguro de peças e ferramentas e de já ter realizado pagamentos suficientes para a cobertura dessa despesa (PALHARES, 2009).

regular e uma demanda de formação contínua que se abstrai da acelerada tecnologia e do conhecimento.

3.1.3 A EAD a partir da década de 1980

Nos Estados Unidos, em 1980, a EAD tinha como base a tecnologia da teleconferência, elaborada para o uso de grupos:

Isso atraiu um número de educadores e formuladores de política por uma aproximação mais adequada da visão tradicional da educação como algo que ocorre nas classes, ao contrário dos modelos por correspondência ou de universidade aberta, que eram direcionados a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente pelo estudo em casa (MOORE, 2008, p. 39).

Como primeira tecnologia dessa quarta geração na EAD é referida a radioconferências, com ampla utilização nos anos de 1970 a 1980, dotado de um sistema que permitia ao aluno dar uma resposta e, aos instrutores, interagir com o mesmo em tempo real e em locais diversos (MOORE, 2008).

A lógica industrialista de educação de massa começou a perder terreno, pois até os anos 1980, a tendência fordista, bem como a tendência por uma proposta mais aberta, coexistiam nos moldes de produção capitalista e, conseqüentemente, nas experiências de EAD (GUAREZI, 2009). A mesma autora salienta que:

Esse período caracterizou-se pela ruptura das estruturas industriais hierarquizadas e extremamente burocráticas existentes nos modelos anteriores. Entretanto, o que ocorreu no que chamamos de novos tempos foi a coexistência dos três modelos de produção capitalista (fordista, neofordista e pós-fordista). Assim também foi direcionada às práticas na educação, tanto nas concepções quanto na utilização dos diversos modelos. (...). Pode-se observar que a educação é por si muito complexa e resistente a mudanças. Exige-se, portanto, essa clareza nos campos da EAD. (GUAREZI, 2009, p.32).

Como se pode notar, trata-se de uma nova onda na EAD caracterizada, sobretudo, pela flexibilidade proporcionada pela integração de várias tecnologias

como a telemática (informática com telecomunicação). A aplicação das novas tecnologias da informação na educação gera condições para que aprendizado seja cada vez mais interativo e autônomo. O estudante determina seu tempo, seu ritmo e tem acesso em qualquer lugar e em todo tempo aos recursos necessários, através do computador conectado a internet.

A partir dessa visão geral da evolução da EAD no mundo é possível fazer um recorte das experiências mais significativas da EAD no Brasil relatando de forma sucinta momentos importantes dessa trajetória de superação de barreiras e avanço no sentido de acompanhar o desenvolvimento que vem acontecendo em nível mundial e atender as necessidades nacionais no campo da educação sem perder de vista a qualidade.

3.1.4 A quinta geração na EAD: aulas virtuais, computador e internet

Dados do *Bureau of Census* dos Estados Unidos, de 1989, confirmam que 15% de todas as residências norte-americanas possuíam um computador pessoal e que a metade das crianças tinha acesso a ele em casa ou na escola. O software educacional se tornou um empreendimento comercial importante com milhares de publicações de programas em diferentes níveis e domínios do conhecimento (MOORE, 2008).

Mais adiante, com o surgimento da internet e da Educação com Base na Web, a descrição é assim registrada:

O uso de redes de computadores para a educação a distância teve grande impulso com o surgimento da *world wide web*, um sistema aparentemente mágico que permitia o acesso a um documento por computadores diferentes separados por qualquer distância, utilizando software e sistemas operacionais diferentes e resoluções de tela diferentes (MOORE, 2008, p.46).

Uma estimativa de que a web continha, em 1992, 50 páginas, informa que em 2000 esse número estava considerado em 1 bilhão. Em 1990, universidades passaram a utilizar programas baseados na web e, ao final dessa década 84,1% das universidades públicas e 83,3% das faculdades públicas americanas ofereciam cursos de quatros anos na web (MOORE, 2008).

O aumento da comunicação humana com aporte ao computador para fins educacionais fez evoluir tecnologias que visam oferecer ambientes educacionais on-line, tornando-se uma ferramenta de uso crescente no ensino superior. São inseridas novas práticas de ensino, que levam à reflexão acerca do papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, indicando diferenças na sala de aula presencial e virtual, mudanças nas questões de espaço geográfico e de tempo, em razão do acesso feito pela internet em qualquer lugar do planeta (TELES, 2009).

Trata-se da aprendizagem *e-learning* em cujas salas de aulas on-line estão presentes algumas características: comunicação grupo a grupo, de modo que cada participante se comunique de forma direta com demais colegas nessa sala; independência de lugar e tempo, porque é possível acessar a sala de aula em qualquer hora do dia e em qualquer localidade com acesso a internet; interação via comunicação mediada por computadores, e isto implica na organização de suas idéias e pensamentos por meio da palavra escrita e compartilhamento de tais pensamentos em formato compreensível a todos (TELES, 2009).

Mais proximamente surge na Europa o *m-learning*, o conceito de “aprendizagem móvel, ou aprendizagem em movimento” ferramenta presente na denominada Era do Conhecimento, uma aprendizagem que avança enquanto se desenvolve essa Era (BULCÃO, 2009, p.81).

Na verdade, com respeito ao *m-learning* na Comunidade Européia, desde o ano de 1999, o conceito abrange a mobilidade na aprendizagem e a designação da aprendizagem com a utilização de telefones celulares, pequenos computadores pessoais (PDAs) e laptops em redes sem fio. Serviços que respondem perguntas feitas por crianças do ensino fundamental por meio do telefone, iniciativas para a aprendizagem colaborativa e ensino de arte em museus europeus fazem parte do *m-learning*, mas evidenciaram a "[...] oportunidade em eliminar a importância do professor como detentor exclusivo do saber no processo de aprendizagem" (BULCÃO, 2009, p. 82).

A aprendizagem colaborativa foi tema de estudo de Piva Jr. e Freitas (2009), considerando que o relevante arsenal tecnológico disponível amplia a capacidade individual e coletiva promove conjuntamente demandas técnicas em demasia que acabam não sendo utilizadas em razão das dificuldades próprias de seu processo de exercício.

Na aprendizagem colaborativa, a ênfase deve ser conferida à aplicação de técnicas que facilitem o trabalho docente e o domínio cognitivo do aluno, quanto ao desenvolvimento de ações e atos inerentes ao ambiente organizacional com reprodução limitada no ambiente acadêmico (PIVA Jr.; FREITAS, 2009).

Romão (2008) avalia as informações atribuídas à sociedade maquina – do conhecimento – e suas conjecturas - de que o professor se tornou indispensável, que exerce um segundo papel, sendo o papel principal desempenhado pelo aluno. Ocorre que um bom ensino tem em sua essência a criação do conhecimento compartilhado e participação ativa e determinada dos sujeitos envolvidos no processo. O trabalho pedagógico deve ser de cumplicidade, convivência e responsabilidades mútuas.

Para a autora, “Inexiste educação sem que a presença dos sujeitos contextualizados, em relação, em reciprocidade, em envolvimento, em troca, em comunicação, se constitua”, pois que a educabilidade tem como meta uma escuta ativa compartilhada, pois o trabalho educativo é realizado em um contexto de trocas, comunicação e diálogo (ROMÃO, 2008, p.30).

3.2 A EAD NO BRASIL

Apresentam-se a história da EAD no Brasil em duas linhas que se entrelaçam: uma, a partir dos suportes pedagógicos e suas instituições; a outra, com relação a legislação que foi construída e regulamentada ao longo da história da EAD no Brasil.

De acordo com Alves (2009), pode-se dividir a história da EAD no Brasil em três momentos: *inicial*, *intermediário* e outro mais *moderno*. A fase inicial é marcada pelas Escolas Internacionais (1904) seguida pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923). O Instituto Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941) se enquadram na fase intermediária. Na fase moderna devem-se citar três organizações que influenciaram a EAD no Brasil de maneira decisiva: Associação Brasileira de Teleducção (ABT); O Instituto de Pesquisas em Administração da Educação (IPAE) e principalmente, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Pode-se falar de uma primeira fase inicial da EAD no Brasil marcada pelas Escolas Internacionais. Segundo Alves (2009), pesquisas mostram que já antes de 1900 existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro como, o Jornal do Brasil que ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Em geral

tratava-se, no entanto, de iniciativas isoladas. Eram cursos de datilografia ministrados por professoras particulares e não por Instituições. Em 1904, com a instalação das Escolas Internacionais⁶, tem-se um marco de referência oficial. Os cursos sempre eram voltados para pessoas que buscavam empregos principalmente nos setores de serviços e comércio. Naturalmente o ensino era por correspondência e os materiais didáticos enviados pelos correios que utilizavam as ferrovias para transporte.

A segunda fase é chamada de fase intermediária, marcada pela tecnologia. “Considera-se como marco principal a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, e de um plano sistemático de utilização educacional da radiofusão como forma de ampliar o acesso à educação” (SARAIVA, 1996, p.19).

A fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, foi uma iniciativa que teve pleno êxito. Tinha como função principal, possibilitar a educação popular pelo então moderno sistema de Rádio difusão em curso no Brasil e no mundo. Mas suas atividades despertaram preocupação por parte dos governantes, já que podiam ser transmitidos programas considerados subversivos. Primeiramente, a rádio funcionou em uma escola superior mantida pelo poder público. Depois, foram colocadas exigências de difícil cumprimento já que não se tinha fins comerciais. Sem saída, os instituidores tiveram que doar a emissora para o Ministério da Educação e da Saúde em 1936.⁷

No Brasil esta segunda fase, ou fase intermediária consagra-se na metade do século com a criação dos Institutos: Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, e

⁶ Tratavam-se de unidades de ensino estruturadas que eram filiais de uma organização norte-americana.

⁷ Até 1930 inexistia no Brasil um órgão específico para tratar os assuntos de educação; os assuntos eram tratados por órgãos que tinham outras funções principais e que cuidavam, também, da instrução pública.

Instituto Universal Brasileiro, em 1941, e o Instituto Padre Reus em 1974, e de outras organizações similares com várias experiências de educação a distância levadas a termo com relativo sucesso.

Segundo registro do Senac Rio (2008, p.1) “[...] nesta época, estão na vanguarda da EAD no país, o Instituto Universal Brasileiro, criado em 1941, e a Universidade do Ar (Unar), criada em 1946”. Nesta mesma década foi fundado o SENAC que iniciou suas atividades em 1946 desenvolvendo no Rio de Janeiro e São Paulo a Universidade do Ar que já atingia 318 localidades em 1950. A Universidade do Ar (Unar) foi uma instituição criada pelo Senac, e sua implantação ampliou as fronteiras da modalidade ao inovar na metodologia adotada para a prática da EAD: o rádio. Esta tecnologia favoreceu o acesso aos cursos a uma parcela muito maior da população, tendo em vista a abrangência que o rádio alcança, inclusive a uma população que, por vezes, nem sabia ler e conseguia chegar a regiões muito distantes (FOLHA DIRIGIDA, 2009).

Na atuação da Unar, eram fornecidas as aulas temáticas, sobre assuntos de interesse público com o estabelecimento de uma rede de emissoras, entre elas a Rádio Tupi de São Paulo e a Rádio Difusora de Ondas Curtas, para a realização dos cursos. Com transmissão ao vivo, a presença dos professores na rádio-sede buscava orientar os alunos ouvintes para execução das lições.

Outra fundação de grande destaque em 1959 foram as escolas radiofônicas da Igreja Católica, por meio da diocese de Natal, RN, originando o movimento de Educação de Base, com grande destaque no Sul do Brasil com a Fundação Padre Landell de Moura (MAIA; MATTAR, 2007, p.24).

Outros projetos vinculados ao Governo Federal como o Mobral, tinham abrangência nacional e prestaram um auxílio enorme pelo uso do rádio. Na década

de 60 o governo abortou grandes iniciativas acontecendo um desmonte da EAD via rádio, este foi um dos principais fatores de queda da educação à distância no *ranking* internacional (ALVES, 2009).

Com a queda da educação via rádio, surge a partir da década de 60 os primeiros registros do uso da televisão em programas de EAD no Brasil. Coube ao Código Brasileiro de telecomunicações, criado em 1967, ditar que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de rádio e televisões educativas (ALVES, 2009).

Na estrutura do Ministério da Educação foi criado, em 1972, o Programa Nacional de Teleducção (Prontel) que ficou responsável por coordenar e apoiar a teleducção no Brasil. Depois, esse órgão foi substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica (Seat) que acabou sendo extinta.

O Sistema Nacional de Radiofusão se fortaleceu posteriormente com a criação, em 1981, do Fundo de Financiamento da Televisão Educativa (Funtevê). Esta passou a colocar programas educativos no ar em parceria com diversas rádios educativas e vários canais de TV. Instituições privadas também começaram a desenvolver seus próprios projetos em paralelo com as iniciativas do governo federal, e governos estaduais (GUAREZI, 2009).

A mesma autora cita outras iniciativas que seguiram no final da década de 1960, todas ligadas ao governo:

TV Educativa do Maranhão; a TVE do Ceará, com o programa Tv Escolar; a fundação do Instituto de Radiofusão Educativa da Bahia (Irdeb); no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira de Educação (Fubrae) criou o Centro Educacional de Niterói (CEN); em Brasília, foi fundado o Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) voltado à formação profissional, geralmente com cursos para atender às necessidades de empresas. Um dos trabalhos mais conhecidos do Ceteb foi o Projeto Acesso, desenvolvido em convênio com a Petrobras; em São Paulo, foi criada a Fundação Padre Anchieta (FPA) [...]. Na década de 1970, destacou-se o Projeto Minerva (radioeducativo), criado pelo governo federal, que oferecia diferentes tipos de cursos para os níveis de primeiro e segundo graus, com o objetivo de

resolver a curto prazo os problemas de desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais do País (GUAREZI, 2009, p. 34).

No final da década de 90, as emissoras foram isentas da obrigação de transmitir programas educativos o que significou um retrocesso enorme na educação a distância e na educação de maneira geral (ALVES, 2009). Com a reformulação do sistema nacional de radiodifusão em 1994 a Fundação Roquete Pinto ficou responsável por coordenar estas ações. Infelizmente, o tempo passou e resultados concretos não apareceram, apesar de várias ações terem sido propostas e levadas a cabo. Pode-se citar, por exemplo, iniciativas como a da Fundação Roberto Marinho com os telecursos, a própria TV Educativa com seus programas. No entanto, a forma de difusão depende das emissoras abertas ou a cabo para o acesso da população em geral (ALVES, 2009).

Outro grande suporte pedagógico no campo educacional foi o advento dos computadores; estes chegaram ao Brasil em 1970 por meio das universidades, mas eram equipamentos enormes. Com o decorrer do tempo ficaram mais acessíveis, tanto no aspecto prático como econômico. No Brasil, não há dúvida de que a Internet já disponível nos computadores pessoais colaborou e colabora imensamente para a propagação da EAD. Há muitos aspectos a serem superados, no que tange a infra-estrutura e preparo para utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem.

A fase moderna da história da EAD no Brasil, segundo Alves (2009) é marcada pelo surgimento de grandes organizações educacionais que influenciaram a EAD de maneira decisiva, como a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). Fundada em 14 de julho de 1971, com a missão de “impulsionar o desenvolvimento da Tecnologia Educacional” (ABT, 2010).

O Instituto de Pesquisas em Administração da Educação (IPAE), fundado em 23 de fevereiro de 1973 é uma organização social de iniciativa privada que tem como objetivo o desenvolvimento da qualidade da Educação. Atualmente, está em todo o território nacional, com milhares de unidades educacionais e empresariais, organismos públicos e sociais e agentes propulsores da sociedade. Esta é a primeira entidade criada no Brasil para atender às escolas de educação básica e instituições de ensino superior de forma exclusiva. Apesar de sua tradição de quase quatro décadas se mantém permanentemente modernizada e articulada com organismos públicos e privadas (IPAE, 2010).

Dentre estas organizações, pode-se dar maior destaque a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), criada especialmente para dar suporte a EAD no Brasil. A ABED é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento da educação aberta, flexível e a distância, criada em 21 de junho de 1995 por um grupo de educadores interessados em educação a distância e em novas tecnologias de aprendizagem. Tem como missão “Contribuir para o desenvolvimento do conceito, métodos e técnicas que promovam a educação aberta flexível e a distância, visando o acesso de todos os brasileiros a educação” (ABED, 2010).

Os objetivos principais da ABED são:

- Estimular a prática e o desenvolvimento de projetos em educação a distância em todas as suas formas;
- Incentivar a prática da mais alta qualidade de serviços para alunos, professores, instituições e empresas que utilizam a educação a distância;

- Apoiar a "indústria do conhecimento" do país procurando reduzir as desigualdades causadas pelo isolamento e pela distância dos grandes centros urbanos;
- Promover o aproveitamento de "mídias" diferentes na realização de educação a distância;
- Fomentar o espírito de abertura, de criatividade, inovação, de credibilidade e de experimentação na prática da educação a distância.

O escopo principal da ABED inclui instituições, empresas, universidades e pessoas interessadas em discutir e aprofundar conhecimentos em educação a distância. Com esta finalidade, a ABED organiza congressos, seminários, reuniões científicas e cursos voltados para a sistematização e difusão do saber em EAD.

A página da ABED na Internet traz a "Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância" (ABED, 2010), uma revista trilingue, dedicada a estudiosos de EAD, textos e trabalhos sobre EAD, calendário de eventos, *clipping* de notícias dos principais jornais, *links* relacionados a EAD, e endereços de cursos a distância. Está em constante atualização, tendo sempre como foco os associados e as pessoas que pretendem se envolver com esta área do saber pedagógico.

Segundo Alves (2009) a trajetória da EAD no Brasil é marcada por sucessos e estagnações, provocados principalmente pela ausência de políticas públicas para o setor. De acordo com mesmo autor existem registros que colocam o Brasil como um dos principais países do mundo no desenvolvimento da EAD até os anos 1970. Depois dessa época o Brasil estagnou e outras nações avançaram. Somente no fim do milênio é que as ações positivas voltaram gerando desenvolvimento.

3.2.1 As Políticas Educacionais e a Legislação sobre EAD – Leis Educacionais Brasileiras: Aspectos Gerais

Entre as ações ocorridas no Brasil um grande avanço se deu por parte das políticas educacionais que, mesmo tardias, foram sendo construídas ao longo do tempo. A legislação da educação a distância no Brasil consiste na base legal para a modalidade de educação a distância, tendo sua grande conquista com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e depois com sua regulamentação, com Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005. Com esta normatização, muda o “status” da educação a distância, ela deixa de ser considerada modalidade de ensino inferior às tradicionais. A legitimação da EAD por meios dos aspectos legais é um ponto fundamental para derrubar possíveis preconceitos com relação a educação a distância e inserir oficialmente esta modalidade no ensino brasileiro.

Em 2005, o Decreto nº 5.622/2005 regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que define a caracterização da educação a distância. Em seu artigo 2º dispõe sobre os níveis e modalidades educacionais, desde a educação básica aos níveis diversos da educação superior:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) técnicos, de nível médio; e
 - b) tecnológicos, de nível superior;
- V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) seqüenciais;
- b) de graduação;
- c) de especialização;
- d) de mestrado; e
- e) de doutorado (BRASIL, 2005).

Nos demais artigos são relacionadas as questões de criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância, avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados, dentre outros assuntos.

Mais proximamente, quando a educação a distância ficou estabelecida na LDEN, diferentes opiniões foram publicadas a respeito. Sousa (1996, p.9) lembrou que o crescimento e o desenvolvimento desta modalidade de educação tiveram maior impulso na década de 1990, paralelo ao surgimento das megauniversidades, em seguimento ao modelo da Universidade Aberta do Reino Unido, criada em 1969 que, em sua percepção “[...] despertou a atenção dos governos de todo o mundo para a importância da educação a distância como solução para o enfrentamento da grande pressão social por maior acesso ao ensino superior”.

Comentando a opinião de grandes especialistas da educação, Sousa (1996) cita a recomendação de Michael Moore, da Universidade Estadual da Pensilvânia, acerca da importância no intercâmbio e na cooperação, nacional e internacional, considerados fundamentais para o sucesso dos cursos, projetos e programas, agregados à troca de materiais instrucionais e de experiências, entre os diferentes países e instituições, visando-se redução de custos dos mesmos.

Antes da aprovação da LDEN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação a distância constava na Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 sobre o item que dispunha o ensino supletivo. Quanto à EAD: “Art. 25. [...] § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios,

televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos” (BRASIL, 1971). Conforme descreveu Lobo Neto (2000) os programas desse tipo de educação recebiam pareceres dos Conselhos Federais e Estaduais de Educação, sendo classificados como experimentais e em condição precária de funcionamento.

Niskier (2009) comenta, as inovações trazidas pela LDEN, em especial trechos a partir do artigo 5º, parágrafo 5º, quando o próprio Estado se obriga a tomada de decisão na busca de alternativas à educação, como um desafio aos educadores: “§ 5º. Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (BRASIL, 1996).

Cabe salientar, de Alves (2009, p.11) que a nova LDEN e a EAD em todos os níveis,

Foi um avanço, uma vez que possibilitou, de maneira inequívoca, o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como na educação básica, desde o ensino fundamental ao médio, tanto na modalidade regular, como na de jovens e adultos e na educação especial. A lei teve a grande virtude e admitir, de maneira indireta, os cursos livres a distância, neles inseridos os ministrados pelas chamadas ‘universidades corporativas’ e outros grupos educativos.

Os reveses da lei, entretanto, ainda residem na relação inversa à hierarquia das normas jurídicas, com a vigência de atos normativos anteriores à LDEN, resoluções e pareceres incoerentes com essa nova modalidade da educação, incluindo aí a retirada do projeto pela Universidade Aberta pelo executivo do Congresso Nacional, ainda na década de 1970 e não mais retomado pelo Estado (ALVES, 2009).

Para Gomes (2000) a legislação brasileira concernente a EAD vem desde a LDEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 80, que estabeleceu essa

modalidade de educação com abertura e regime especiais que incluíram o credenciamento de instituições pela União, as normas para produção, controle e avaliação de programas e autorização à sua implementação, sob responsabilidades dos respectivos sistemas de ensino, e o tratamento diferenciado, desde a redução dos custos no rádio e televisão, concessão de canais cujo objetivo consistia exclusivamente em educação e reserva de tempo mínimo pelos concessionários de canais comerciais.

Em 1998 o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro, determina em seu artigo 1º, o seguinte, *ipsis litteris*:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo Único – Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente (BRASIL, 1998).

Segundo o comentário de Gomes (2009), com alusão ao Decreto nº 2.494/1998, houve cautela em sua regulamentação, deixando um dos parágrafos do artigo 80 da LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em suspenso, qual seja, aquele que trata do tratamento diferenciado para a EAD e assim também a questão do mestrado e doutorado. A ênfase foi a equiparação entre educação presencial e a distância sendo condicionada a avaliação do rendimento dos alunos à realização de exames presenciais.

Contudo, o Decreto nº 2.494/1998 teve sua revogação em 19 de novembro de 2005 pelo artigo 37 do Decreto nº 5.622. Neste, o artigo 1º dá nova redação à EAD e à sua organização metodológica:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos

processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - avaliações de estudantes;

II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, 2005).

A opinião de Gomes (2009) a essas mudanças estabelecidas é de uma reflexão de desconfiança que marca a história da educação nacional, pois ainda que avance em alguns aspectos, enaltece a preocupação com as regras e os documentos que se fazem necessários aos processos diversos.

Na sequência a razão dita que “Talvez fosse melhor afirmar que a EAD é, antes de tudo, educação e, ressalvadas as suas peculiaridades, a ela se aplicam as exigências da educação presencial” (GOMES, 2009, p.23).

Continuando, ao Decreto nº 5.622/2005, segue-se outro marco da EAD brasileira, qual seja, o Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, acerca do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este Decreto determina a criação da UAB e seus objetivos principais, *ipsis litteris*, no artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Alves (2009) aponta essa Universidade Aberta do Brasil como um consórcio de instituições públicas de ensino superior e não se caracteriza como aberta, ao não adotar os princípios norteadores desse sistema.

A manutenção da UAB contempla um regime de colaboração da União e entre federativos, pela oferta de cursos e programas por instituições públicas de educação superior, com seus objetivos voltados à oferta de cursos de licenciatura e formação inicial de professores da educação básica, capacitação de gestores, dirigentes e trabalhadores em educação básica, cursos superiores e constituição de um amplo sistema de educação superior a distância (GOMES, 2009).

Reportando-se ao documento que registra a criação da *Open University*, na Inglaterra, já referida neste trabalho, em atividade desde os anos de 1970, Alves (2009, p.12) descreve o termo – aberta – aplicado à universidade no sentido social, indistintamente a todas as classes; à visão pedagógica, porquanto o acesso é permitido de modo geral a indivíduos com mais de 21 anos de idade e, quanto à conotação ‘aberta’ em virtude de que os seus cursos, pelo rádio e pela televisão, estão abertos ao interesse de todos.

3.2.2 Contexto Sócio Político Educacional

Para elaborar este subitem no qual pretende-se descrever aspectos históricos de um período vivido pela nação brasileira que compreendeu mudanças políticas, sociais e educacionais, dentre outras, lembra-se que escrever sobre a história do período ou país em que se vive implica em situar os valores dos trabalhos na reconstrução e na análise dos acontecimentos em detrimento de suas interpretações, posto que estas podem ser subjetivas e provisórias.

O início desta pesquisa tem como marco inicial a década de 30, período em que surgiram as primeiras instituições de ensino a distância no Brasil, em paralelo à crise vivida pela agricultura e o estímulo à industrialização do Brasil principalmente em sua decorrência das condições econômicas mundiais.

O País estava sofrendo os reflexos da crise mundial de 1929, com incidência na produção de café, revelando a vulnerabilidade da economia nacional que até então dependia da exportação deste único produto coincidindo com a afluência de capitais privados e da chegada de empréstimos destinados ao financiamento do café (FURTADO, 2008).

A crise na agricultura, entretanto, afetou positivamente a indústria brasileira que, a partir de 1933 passou a apresentar crescimento significativo, visível em 1934 e anos seguintes, fato que influenciou a tomada de medidas governamentais com enfoque ao setor industrial, pois a evolução do crescimento neste setor implicava na necessidade de infra-estrutura e da oferta de bens intermediários e de capital. Assim, “Políticas [...] eram necessárias. A política econômica a partir de 1930 pautou-se de imediato por combater a crise, e depois de 1933 procurou também assegurar um crescimento acelerado” (CORSI, 2002, p.3).

Dito por Haddad e Di Pierrô (2000, p.110), na Era Vargas:

A Revolução de 1930 é um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil. Ao contrário do federalismo que prevalecera até aquele momento, reforçando os interesses das oligarquias regionais, agora era a Nação como um todo que estava sendo reafirmada.

Com o aniquilamento do poder dos Estados, a política econômica, agora nacional sofreu uma profunda transformação. Esta época se configurou como a Revolução Industrial Brasileira (BRESSER PEREIRA, 2003).

Analisando um trecho da obra de Bresser Pereira (2003), atinente a uma sociedade tradicional na qual o desenvolvimento de um país ocorre quando esta

sociedade entra em crise, atribuindo este fato ao Brasil na década de 1930, na ocasião em que os critérios racionais suplantam os tradicionais e o capital adquire maior importância que a terra.

Bresser Pereira elenca uma série de fatores desencadeantes deste desenvolvimento, aqui descritos:

Quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir o caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade pular, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária (BRESSER PEREIRA, 2003, p.33).

A instauração do Estado Novo no Governo por Getúlio Vargas, em 1937, trouxe consigo o programa econômico na Carta de São Lourenço, que estabelecia os pontos principais de uma política econômica do regime recém-implantado: criação da indústria de base, especificamente a da grande siderúrgica; nacionalização das jazidas, das quedas d'água e demais fontes de energia; nacionalização dos bancos estrangeiros e das companhias de seguros; elaboração de um plano geral para o setor de transportes; implantação do salário mínimo; expansão da produção de carvão nacional; diversificação das exportações e elaboração do plano de desenvolvimento da região do rio São Francisco (CORSI, 2002).

Para Greco (2003), entre os anos de 1930 e 1945 o governo Vargas utilizou de estratégias políticas visando elevar o Brasil à categoria de país industrial, com

esforços centralizados na preocupação em promover uma estrutura para o ensino, em condições de dar suporte ao processo de industrialização que se iniciara.

Por conta da industrialização do País, surgiu a necessidade de formação profissional dos operários, com implicação direta nos setores governamentais quanto a propiciar o incentivo à valorização deste tipo de ensino. Foram relevantes, também, as consequências da Segunda Guerra que exigiram a redefinição de uma política de aperfeiçoamento técnico, porque os países europeus dificultaram a importação de produtos industrializados e de mão-de-obra técnica qualificada (GRECO, 2003).

Na opinião de Bresser Pereira (2003), o governo saiu da Revolução de 1930 com uma atitude positiva em relação à industrialização:

Não estamos fazendo a apologia do governo Getúlio Vargas em sua primeira fase, que foi inclusive manchada com uma ditadura declarada, entre 1937 e 1945. É indiscutível, todavia, que a Revolução de 1930 marca uma nova era na história do Brasil, tendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira. (BRESSER PEREIRA, 2003, p.43).

Corsi (2002) entende que o caráter de radicalização do nacionalismo nos primeiros anos do Estado Novo, pelo conjunto de medidas que buscaram disciplinar a entrada de capitais e o discurso nacionalista podem significar a tentativa de assegurar que as decisões acerca da política econômica fossem tomadas com fundamento nos interesses internos. Discursos e medidas nacionalistas, nesta análise, são apontados como parte de um jogo complexo de pressões, no qual o objetivo do Brasil era aproveitar da melhor forma os espaços gerados pelos conflitos internacionais.

Entre os anos de 1934 e 1937 uma pequena valorização da moeda nacional trouxe transtornos a alguns setores industriais ligados ao mercado interno, uma melhoria cambial efetivamente passageira, depreciando-se a moeda brasileira no

valor externo nos últimos anos do decênio e restabelecendo o nível de preços relativos àqueles que vigoraram depois da crise (FURTADO, 2008).

Consoante à educação no Brasil, ainda no decorrer dos anos de 1920, o cenário que se apresentou foi de “uma sequência de mutações na esfera econômica, política, cultural e educacional” (ARAÚJO, 2004, p.31). Foi a década que revelou no meio intelectual e o surgimento de manifestações da necessidade e de vida e assim também a modernização da nação. A percepção de Araújo (2004) é de que a sociedade brasileira acobertava a modernidade em meio a vida agrária, à industrialização recém desenvolvida, criando uma ambiência entre sociedade, nação e Estado, que receberam dos setores intelectuais especializados diferentes manifestações culturais que buscaram gestar um ideário do Brasil moderno.

Em janeiro de 1930 a Aliança Liberal lança a candidatura de Getúlio Vargas em conjunto com a expressão “valorização do homem”, visando torná-lo caro e estimado mediante uma ducha de civilidade decorrente da educação. É o nascer de uma nova era, o Estado Novo, acompanhada de uma Constituição inspirada no fascismo italiano (PAVAM, 2007).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, é criado o “Ministério da Educação e Saúde Pública” em novembro de 1930, responsável pelas atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente, anteriormente tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2010). Com a criação deste Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, foi facilitada a estruturação de um Serviço Nacional de Educação com o propósito de produzir estatísticas educacionais e, para tanto, necessitava de dados que dessem a conhecer a situação educacional daquele momento (GIL, 2007).

Em 1932 o Governo Vargas dirigia mensagem aos chefes regionais no sentido de o assentamento de um plano orgânico e amplo de medidas governamentais exigia conhecer minuciosamente o alcance da obra educacional, falhas, possibilidades e extensão do esforço necessário em razão das diferenças geográficas e sociais (GIL, 2007).

Dados publicados no livro *Estatística da Instrução* indicaram 74,6% de analfabetos no início do século XX; em 1936, Teixeira de Freitas⁸ atribuía o analfabetismo não a um problema de falta de escolas, mas da má qualidade do ensino administrado, uma crítica ao momento educacional que vigorava e à constatação que sugeria um caminho educacional elitista, concentrado em poucas e boas escolas (PAVAM, 2007).

Ainda que a descrição estatística seja considerada apenas um olhar, dentre todos os possíveis, lançados por uma sociedade sobre si mesma, segundo Gil (2007), é importante refletir sobre a forma como tais dados constroem os fatos e criam os modos de ver. Assim, considera-se importante apresentar dados analisados por Teixeira de Freitas, de 1932, sobre alunos matriculados nas escolas brasileiras:

Houve 1.397.638 matriculados no 1º ano primário, e apenas 1.005.749 promovidos [...]. De cada mil crianças da população em idade escolar em 1932, 808 matricularam-se no primeiro ano e 183 começavam seus estudos no lar, fora da escola. No final de 1932, 116 de cada mil alunos interromperam seus estudos no correr do ano, apenas 531 foram freqüentes e somente 158 aprovados. Eram 27.839 unidades escolares do primário em 1932 (PAVAM, 2007, p.35).

Este panorama apresenta as dificuldades da época, com a evasão escolar, a repetência e o ensino de elite. Segundo Teixeira (1946, p.29) estes resultados

⁸ Foi o primeiro Secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1936 e 1948.

segundo ele, eram considerados normais porque se acreditava que a população brasileira e seus segmentos, tinham, de modo geral, um “baixo nível mental”.

Na administração do governo Getúlio Vargas destaca-se no campo educacional uma produção resultante do conjunto de ideias novas trazidas a lume por educadores, citados historicamente como grandes líderes da educação: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, eram um total de 26 educadores que lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (AZEVEDO, 1958)

Segundo Azevedo (1958, p.55-6) muitas das ideias do manifesto se mantiveram, passaram à linguagem corrente e a categoria de aspirações comuns, defendidas e vistas como uma “revolução na história das idéias pedagógicas no Brasil”, e uma transição de uma civilização para outra.

Este fato foi registrado como: “Tais pensadores fizeram acender uma luz em Getúlio” (PAVAM, 2007, p. 36), que procurou “[...] colar os talentos da modernidade à própria imagem”, com adoção do samba manifestado pelos negros brasileiros, também a de personagens simbólicos. Gil (2007) reportando-se a Bourdieu (1996) comenta sobre a produção simbólica é influenciada pelo Estado que impõe a representação oficial do oficial como fato natural, e tal se consolida pelo exercício do poder simbólico.

E, se com relação à corrente escolanovista, os educadores Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, pregavam a educação laica, obrigatória, gratuita, única e nacional, sua execução requeria o aval do Estado sem concessões de ordem alguma; contudo, “o Estado, ele próprio, ainda padecia de precariedade” (PAVAM, 2007, p.36). Além do que o segmento de educadores católicos impuseram forte resistência à essas idéias.

Mas, se o Estado configurava-se como elemento essencial à efetivação do projeto, o Manifesto atribuiu a capacidade de viabilizar, por meio da ação de grupos competentes tecnicamente, a transformação da educação em função social e eminentemente pública (XAVIER, 2004).

A opinião de Xavier (2004, p.25; 31) é de que o Manifesto foi uma estratégia política setorial do Estado nacional e como espaço de atuação de uma fração da elite intelectual. Em seu objetivo propôs 'a educação científica do espírito', capaz de habilitar o homem a se compreender em meio ao 'tumulto social que sucedia o tumulto material'.

O Manifesto contemplava, também, uma nova perspectiva de direito à educação, que deveria influenciar a política educacional, em seu artigo:

Deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo para assumir um caráter biológico, [...] reconhecendo a todo indivíduo o direito de ser educado até onde permitam as suas aptidões naturais, independentemente das razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além do limite de classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social preparando-se para formar a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades [...].

A ideia da educação como direito biológico permeado por princípios de integração social, de fundamentação liberal, com finalidade de uma educação integral e escola para todos, comum e igual, com ressalvas às diferenças e aptidões psicológicas e físicas. Era no mínimo contraditória, pois ao mesmo tempo em que defendia a educação para todos, impunha os limites físicos, biológicos e psicológicos (VEIGA, 2004).

Nos anos seguintes, entre 1934 e 1945, a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública foi reconhecida como emblemática no período Vargas, sendo aquele ministério responsável pela

institucionalização de políticas pedidas em décadas anteriores, em prol de um sistema orgânico de educação nacional.

A gestão do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Ficou reconhecida pela reforma dos ensinos secundário e universitário, época na qual o Brasil já implantava as bases da educação nacional, pois a Constituição Federal de 1934 determinara que a educação deveria ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (BRASIL, 2010).

Também com referência à institucionalização do governo, os efeitos moralizantes e higiênicos sobre a população, desejado pelos defensores da Escola Nova, dedicou significativa importância ao projeto educacional que difundiu a educação através do rádio, cuja eficácia “[...] ultrapassou os limites das escolas para atingir toda a população, tornando-se uma estratégia viável e fundamental para consolidar as reformas educacionais pretendidas pelo Estado” (GRECO, 2003, p.5).

Dentre as políticas que se seguiram são citadas por Pavam (2007, p.35), a Reforma do Ensino Secundário, em 1942; a Reforma Universitária, estabelecendo um padrão nacional de organização do ensino superior; a Nacionalização do Ensino; e a criação do Sistema de Ensino Profissional, que consistiu do complexo de serviços de treinamento para atividades econômicas institucionalizado em Senai, Sesi, Senac, Sesc, o denominado Sistema S, que atualmente acresceu o Sebrae, e que ganharam amplitude na época. Entretanto, “Ficaram pendentes para a reabertura política de 1946 a legislação sobre o ensino primário e o ensino normal, ou seja: foi deixada para depois a formação de alunos iniciantes e professores”.

Ainda na década de 1940 a educação dos adultos se firmou como uma questão de política nacional; entretanto, as condições para sua execução foram

instaladas no período anterior, conforme o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, constante na Constituição de 1934, que incluía em suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos: “Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular” (HADDAD; Di PIERRO, 2000).

Cabe ressaltar a criação do ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola entre os anos de 1942 e 1946. O ensino superior, no entanto, não recebeu reformas durante esse período, embora tenham sido criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgãos do Ministério da Educação, como apoio suplementar às reformas (GRECO, 2003).

3.3 O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO EM 1941: A CONSTRUÇÃO DE UMA REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Como acontece em nível mundial, no Brasil a trajetória da educação a distância é marcada pelo aparecimento e a disseminação dos meios de comunicação. Passa-se pela fase do ensino por correspondência, o rádio, a televisão, e chega-se aos tempos atuais com a atuação conjugada de meios de comunicação (voz, imagem e interatividade), através do ambientes virtuais de ensino.

3.3.1 O IUB: o cenário de sua criação e sua trajetória.

O contexto sócio-político e econômico das décadas de 1930 e 1940 exigiu políticas e ações do governo brasileiro no sentido de enfrentar os baixos níveis de escolaridade infantil e da população adulta e preparar pessoal com qualificação para poder atender a demanda da indústria e do comércio que começavam a apresentar um ritmo de crescimento cada vez mais intenso.

A Constituição de 1934 demonstrara preocupação com o desenvolvimento da indústria nacional, permitindo a criação de fundações, institutos e a abertura de crédito que viabilizassem a modernização da economia por meio da expansão industrial.

No campo educacional incorporara muitos princípios advindos do movimento da Escola Nova, pois no seu capítulo II, Art. 149 – estabelecia que a educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país [...]. O art. 150 e seguintes deixaram claro que ao Estado nacional cabia a responsabilidade de promover e estimular a educação em todos os níveis. O texto constitucional estabelecia também no Art 150, parágrafo único, que o ensino primário seria integral e gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos. Pela primeira vez é previsto na Constituição a educação de adultos como um componente da educação e como um dever do Estado e direito do cidadão.

Observa-se que a apesar da educação nacional passar a ser matéria de competência privativa da União permitia a liberdade de ensino em todos os graus e ramos, inclusive a particulares, observadas as prescrições legais. Esta questão propiciou diversas ações nas décadas seqüentes.

Com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a pesquisa educacional foi estimulada e em 1942 foi instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário. Que deveria realizar um programa de ampliação deste grau de ensino que inclusive o Ensino “Supletivo” para aqueles que não tinham tido acesso a escola no tempo “regular”.

O governo Vargas conseguiu conciliar uma política voltada para o nacionalismo e a expansão da industrialização. A oferta de condições econômicas necessárias à expansão possibilitou que o empresariado suportasse a sua política nacionalista.

Por seu turno o processo de industrialização pela via da substituição de importações pressionava a proposição de uma política educacional que privilegiava a formação técnica e profissional. A Constituição de 1937, muito embora tratasse da educação profissional, representou um recuo na questão de delegar ao Estado o dever de propiciar e financiar a educação para todos.

O artigo 129 desta Constituição de 1937 tratava da educação profissional nos seguintes termos:

O ensino pré-vocacional destinado as classe menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do Estado, cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando as de iniciativa do Estado, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Acrescentava também que: “É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinada aos filhos de seus operários ou associados” (BRASIL, 1937).

Em resultado da Segunda Guerra, a importação de produtos industrializados e de mão-de-obra técnica qualificada ficou cada vez mais escassa. A organização de um ensino profissionalizante fazia-se cada vez mais urgente no país.

Em 1942, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema foi realizada uma série de reformas em diferentes ramos do ensino que, em conjunto receberam o nome de “Leis Orgânicas do Ensino”, aprovadas por decreto Lei entre 1942 e 1946.

Assim, em 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 4.073 organizou o ensino industrial. Este ensino técnico profissional deveria ter dois ciclos, um fundamental, geralmente de 4 anos, e outros técnicos de 3 a 4 anos. No que concerne especificamente ao ensino industrial, além do curso básico de 4 anos a Lei previa o curso de mestria de 2 anos (ROMANELLI, 1999, p.155).

Na impossibilidade de ofertar o ensino industrial de que carecia a indústria, a legislação previu a realização de cursos rápidos para qualificar mão de obra na condição de aprendizes e delegou as indústrias a formação de seus quadros de profissionais.

Segundo o Art. 67, item I do Decreto-Lei nº 4.043/1942 consta que: “o ensino dos ofícios cuja execução exija formação profissional constitui obrigações dos empregadores para com seus aprendizes, seus empregados” (BRASIL, 1942).

Este engajamento da indústria na formação de mão de obra qualificada já havia sido consubstanciado no Decreto-Lei supra referido, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tratando-se, portanto, da criação de um sistema paralelo ao sistema oficial de ensino organizado em convênio com as indústrias e através da Confederação Nacional das Indústrias.

Ainda, segundo Romanelli (1999) este tipo de ensino continuou a arrastar-se lentamente, sem expansão capaz de atender às necessidades do desenvolvimento. A criação do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro se insere neste cenário.

Fundado em 1939 por Nicolas Goldberg, o Instituto Monitor ofereceu como primeiro curso de ensino à distância no Brasil – por correspondência – o de técnico de rádio. O Instituto Universal Brasileiro (IUB) foi fundado em São Paulo pelos irmãos Jacob Warghaftig e Michael Warghttig, sendo registrado em Cartório no dia 14 de outubro de 1941.

O início da história do IUB está ligado a do Instituto Monitor, uma vez que um dos seus fundadores tinha sido sócio proprietário do Instituto Monitor, o qual após desfazer a sociedade, fundou, com seu irmão, o IUB. O IUB iniciou atuando na formação de mão-de-obra para o setor industrial e de serviços, mas logo a seguir passou a ofertar cursos que exerciam o papel de “suplência”, uma vez que, preparavam os alunos para jovens e adultos prestar os exames de natureza ginásial e colegial. O IUB.

Utilizando como meios de divulgação do seu produto não apenas a mídia escrita - jornais e revistas - mas também o rádio: veículo de comunicação que tinha uma abrangência muito maior, os cursos do Instituto Universal Brasileiro chegavam aos mais longínquos cantos do país. Não obstante, todos os Institutos de EAD, criados nesta época, passavam por grande dificuldade, com relação a demora na entrega e devolução dos materiais via correio. Fato registrado pelo SENAC (2008), que na época da implantação do IUB, os recursos eram limitados e atrasavam as remessas de material para os alunos em até 90 dias, entretanto, tal fato retardava, mas não impedia a realização dos cursos, devido ao interesse dos alunos em aprender. A Folha Dirigida (2009, p.1), registra o depoimento do diretor do Instituto Monitor, Roberto Palhares, quanto aos atrasos “Os nossos alunos estavam tão interessados em aprender que esperavam ansiosamente pelo curso”.

Em pouco tempo, o Instituto Universal Brasileiro, criado em São Paulo, ampliou sua estrutura, com filiais na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília, ganhando grande destaque entre as outras Instituições como uma das maiores entidade de ensino livre, por correspondência (SARAIVA, 1996). Sua estrutura física é mostrado em anexo (Anexo C).

Um dos primeiros cursos profissionalizantes oferecido pelo IUB e pelo Instituto Monitor, foi o de Eletrônica em Rádio, o mesmo que continua sendo oferecido até hoje. O objetivo era preparar profissionais para instalação, reparo e montagem de receptores de rádio (IUB, 2010).

A rádio difusão está intimamente associada à EAD no Brasil, quer como suporte de difusão, quer como objeto de formação profissional. Os primeiros equipamentos de transmissão e recepção sem fios, remontam ao final do século XIX. Logo a seguir, no início do século XX Landel de Moura obteve nos Estados Unidos as patentes do transmissor de ondas sem fios, iniciando a utilização do rádio no Brasil. A inauguração oficial de seu uso, porém, ocorreu em 1922 por ocasião da feira internacional em comemoração ao Centenário da Independência. Na ocasião, empresários americanos trouxeram a tecnologia da rádio difusão para demonstrar na feira o que foi feito pela transmissão radiofônica no discurso do presidente Epitácio Pessoa.

Roquette Pinto, foi um visionário, pois declarou: “Eis uma máquina importante para educar nosso povo”. Roquete Pinto e Henry Morize conseguem criar a primeira rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, bem como uma escola de radiotelegrafia. Inicialmente voltada para um público seletivo, a programação incluía óperas, recitais de poesia e palestras culturais; tinha, portanto, com o ideário de seus fundadores finalidades culturais e educativas.

Registra-se também a existência, já em 1919, de uma estação de rádio em caráter experimental no Recife e a criação de Rádio Educadora Paulista. Comum a todas essas iniciativas era o caráter de rádio clube e rádio sociedade, pois para receber as transmissões deveria se associar e pagar uma jóia inicial e uma mensalidade.

A partir de 1924, com a obtenção de concessão do governo, algumas rádios começaram a comercializar o conteúdo difundido. Começou então na década de 1930 a rádio comercial, que impulsiona o uso do rádio abrindo mercado de trabalho para muitas pessoas e concomitantemente, acontece a redução do preço dos receptores. A rádio comercial surgiu após o Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932 ter autorizado que até 10% da programação fosse de comerciais.

O rádio passou a ser então o maior veículo de comunicação de massa que, aliado ao crescimento da economia, atraía investimentos estrangeiros na indústria elétrica e radiofônica. O poder da rádio difusão como veículo de divulgação foi usado em São Paulo para difundir os ideais da Revolução Constitucionalista o que gerou a criação de medidas de controle e censura por parte dos governantes Federal e Estaduais. O governo federal cria, para este fim, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP) visando fiscalizar e censurar a propaganda.

Segundo Anuário Estatístico do Brasil de 1936, o Brasil à época já possuía mais de 50 emissoras de rádio difusão. Dado o alcance do rádio em quase todo o território nacional, o governo Vargas criou mecanismos para levar a as mais longínquas regiões do país, a propaganda ideológica do governo.

Desnecessário seria tentar justificar a necessidade de formação de técnicos para a indústria radiofônica que se instalava no país e para serviços de reparo dos

aparelhos instalados em muitos lares de todo o país. Segundo Ary (2007, p.1), acompanhando o desenvolvimento econômico e tecnológico do IUB:

No início da década de 50, aproveitando a chegada da televisão ao Brasil, o Instituto Universal Brasileiro lançou o curso 'Aprenda Rádio e Televisão', divulgando-o de maneira massiva num dos veículos de comunicação de maior expressão na época: a revista O Cruzeiro, que na época tinha uma tiragem semanal de 60.000 exemplares.

Na Figura 1, a seguir, é mostrada um exemplar a Revista do IUB Rádio -TV – Eletrônica, mostrando como matéria de capa a oferta do Curso de Rádio e Televisão, convidando o aluno a montar o seu Amplificador de Áudio para a bancada.



Figura 1 – Exemplar da Revista do IUB Rádio – TV – Eletrônica
Fonte: IUB, 1984 – acervo do autor.

Na proposta do IUB para o curso em Eletrônica Rádio e TV, o aluno aprende sobre o funcionamento de aparelhos de TV e rádios, funcionamento das

peças, instrumentos de teste, sistemas de recepção, amplificadores, formação de sinal, amplificadores de potência e imagem e muito mais.

O Curso de Rádio e Televisão, com o slogan “Assegure seu futuro estudando por correspondência Rádio e Televisão transistores e eletrônica no Instituto Universal Brasileiro” conforme fonte a baixo:

FUTURO

estudando por correspondência

RÁDIO e TELEVISÃO

TRANSISTORES e ELETRÔNICA

no INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO

Inclusive grátis, fornecemos todas as ferramentas, peças, inclusive válvulas, condensadores, resistências e demais acessórios para a montagem de todos os aparelhos.

Estude na base da física, e logo aprenda a montar e consertar rádios, transistores, televisores, toca-discos, aparelhos elétricos etc. V. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º.

Um transistor com 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 110, 120, 130, 140, 150, 160, 170, 180, 190, 200, 210, 220, 230, 240, 250, 260, 270, 280, 290, 300, 310, 320, 330, 340, 350, 360, 370, 380, 390, 400, 410, 420, 430, 440, 450, 460, 470, 480, 490, 500, 510, 520, 530, 540, 550, 560, 570, 580, 590, 600, 610, 620, 630, 640, 650, 660, 670, 680, 690, 700, 710, 720, 730, 740, 750, 760, 770, 780, 790, 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960, 970, 980, 990, 1000.

Um receptor de ondas curtas, de 5 metros a 10 metros, com 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 110, 120, 130, 140, 150, 160, 170, 180, 190, 200, 210, 220, 230, 240, 250, 260, 270, 280, 290, 300, 310, 320, 330, 340, 350, 360, 370, 380, 390, 400, 410, 420, 430, 440, 450, 460, 470, 480, 490, 500, 510, 520, 530, 540, 550, 560, 570, 580, 590, 600, 610, 620, 630, 640, 650, 660, 670, 680, 690, 700, 710, 720, 730, 740, 750, 760, 770, 780, 790, 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960, 970, 980, 990, 1000.

Um televisor com 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 110, 120, 130, 140, 150, 160, 170, 180, 190, 200, 210, 220, 230, 240, 250, 260, 270, 280, 290, 300, 310, 320, 330, 340, 350, 360, 370, 380, 390, 400, 410, 420, 430, 440, 450, 460, 470, 480, 490, 500, 510, 520, 530, 540, 550, 560, 570, 580, 590, 600, 610, 620, 630, 640, 650, 660, 670, 680, 690, 700, 710, 720, 730, 740, 750, 760, 770, 780, 790, 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960, 970, 980, 990, 1000.

Além disso, oferecemos:

- 1. Curso de Física (10 volumes) - R\$ 100,00
- 2. Curso de Matemática (10 volumes) - R\$ 100,00
- 3. Curso de Inglês (10 volumes) - R\$ 100,00
- 4. Curso de Espanhol (10 volumes) - R\$ 100,00
- 5. Curso de Francês (10 volumes) - R\$ 100,00
- 6. Curso de Português (10 volumes) - R\$ 100,00
- 7. Curso de História (10 volumes) - R\$ 100,00
- 8. Curso de Geografia (10 volumes) - R\$ 100,00
- 9. Curso de Ciências (10 volumes) - R\$ 100,00
- 10. Curso de Artes (10 volumes) - R\$ 100,00
- 11. Curso de Música (10 volumes) - R\$ 100,00
- 12. Curso de Dança (10 volumes) - R\$ 100,00
- 13. Curso de Teatro (10 volumes) - R\$ 100,00
- 14. Curso de Cinema (10 volumes) - R\$ 100,00
- 15. Curso de Literatura (10 volumes) - R\$ 100,00
- 16. Curso de Filosofia (10 volumes) - R\$ 100,00
- 17. Curso de Sociologia (10 volumes) - R\$ 100,00
- 18. Curso de Psicologia (10 volumes) - R\$ 100,00
- 19. Curso de Medicina (10 volumes) - R\$ 100,00
- 20. Curso de Direito (10 volumes) - R\$ 100,00
- 21. Curso de Economia (10 volumes) - R\$ 100,00
- 22. Curso de Política (10 volumes) - R\$ 100,00
- 23. Curso de Religião (10 volumes) - R\$ 100,00
- 24. Curso de Esportes (10 volumes) - R\$ 100,00
- 25. Curso de Lazer (10 volumes) - R\$ 100,00

Importante: Não se esqueça de enviar para o Instituto Universal Brasileiro, a caixa postal 5058 - São Paulo - SP.

envie-nos HOJE MESMO o cupom

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO

AVENIDA GENERAL OLÍMPIO DA SILVEIRA, 605

CAIXA POSTAL 5058 - SÃO PAULO

At. 2404 - Para estudantes 2505 - e outros cupons para

o nome de _____ (nome e nome completo) _____ por correspondência

Nome _____

Sobrenome _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____

Telefone _____

E-mail _____

Assinatura _____

Data _____

Figura 2 – Pôster de divulgação do curso rádio e televisão do IUB

Fonte: IUB (s.d.) – acervo do autor.

O IUB fornece como opção de Material Didático Completo o Kit de rádio e Multímetro que permite ao aluno aprender na prática montando um rádio. Com o

curso completo em 30 apostilas ele aprende como funcionam TVs e rádios e trabalha com consertos e manutenção.

No curso, o aluno aprende:

a) Eletrônica Básica:

- Eletricidade, Corrente Elétrica e Resistências, Potências Elétricas,
- Geradores, Elementos de Circuitos, Símbolos Gráficos e Desenhos Eletrônicos (Esquemas),
- Indutores na Prática, Cálculo de Indutância,
- Transformadores de Tensão, Fontes de Alimentação Reguladas.

b) Rádio Técnico

- Aprenda a montar e fazer manutenção em rádios:
- Princípios de Transmissão, Acessórios Usados em Rádio-Técnica,
- Amplificação de Rádio Frequência,
- O Canal FI, CAV Receptores de AM e FM, Transmissão e Recepção em

BLU, Micro-ondas, Telegrafia, Radiografia.

c) Televisão - Faça manutenção e reparos em televisores:

- Introdução ao estudo da TV, Válvulas de Imagem, Ondas Métricas, Sinal Composto,
- Amplificador de Rádio-Frequência, Oscilador e Misturador de Sinal,
- Amplificadores de FI de Imagem, Circuitos Rejeitores, *Fly-Backs*, Circuitos

Integrados, vertical e horizontal.

Na proposta do curso, o IUB busca fazer de seus alunos técnicos altamente capacitados, fornecendo as peças e ferramentas gratuitamente que permitirá construir aparelhos como o Oscilador modulador; o Amplificador de saída, o Intercomunicador e o Rádiorreceptor super-Heteródino de 5 Válvulas. Além dos

materiais para a construção destes aparelhos, o aluno recebe grátis o Multiprovador e o Injetor de Sinais (transistorizado), materiais estes, selecionados pelos engenheiros do IUB (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, [1980]).

No Curso de Rádio e Televisão, Transistores e Eletrônica, são enviados gratuitamente aos alunos, as peças e ferramentas necessárias à aprendizagem, em 14 remessas. A relação de tais peças e ferramentas pode ser vista na Figura 3:

CURSO DE RÁDIO, TELEVISÃO,

EIS AS PEÇAS e as ferramentas

1ª REMESSA

1 alicate de ponta, 1 alicate de corte diagonal, 1 metro de cabineiro.

1ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

2ª REMESSA

1 soldador, 1/2m de solda, 1 chassi, 1 chave de fenda pequena, 1 chave de fenda, 1 capacitor de 50-50 pF, 150V, 1 ponte de 6 terminais, 2 parafusos com porca (1/8"), 1/2m de cabineiro.

2ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

3ª REMESSA

1 potenciômetro de 500K Ω -1/2W, 2 diodos BY128, 1 resistor de 680 Ω -2W, 1 resistor de 5 Ω -10W, 1 cordão de força, uma borracha passante, 0,2m de fio 30AWG.

3ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

4ª REMESSA

1 soquete de 7 furos, 1 bobina especial, 1 válvula 50C3, 1 resistor de 100 Ω -2W, 1 "padder", 1 resistor de 470K Ω -1/2W, 3 parafusos (1/8") com porcas, 1 ponte tripla, 1 resistor de 50W e derivações, 0,5m de cabineiro, 0,2m de solda.

4ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

5ª REMESSA

1 válvula 12AU7, 1 soquete de 9 furos, 4 resistores de 1/2W, 1 capacitor de .02 μ F, 1 capacitor de 10 \times 25V, 4 parafusos e porcas, 1 eletrolítico de 22 \times 150V, cabineiro, solda, 1 ponte de 4 terminais, 1 ponte de 1 terminal.

5ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

6ª REMESSA

1 alto-falante de 6", 1 transformador de saída p.p., 5 parafusos e porcas, 1 tomada RCA (fêmea), 0,2m de fio blindado.

6ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

7ª REMESSA

1 válvula 50C3, 1 soquete de 7 furos, 1 resistor de 20K Ω -1/2W, 1 resistor de 100K Ω , 2 parafusos com porcas, 1 resistor de 10K Ω -1/2W, 0,2m de solda.

7ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

TRANSISTORES e ELETRÔNICA

8ª REMESSA

1 resistor de 500K Ω -1/2W, 1 resistor de 100K Ω -1/2W, 1 potenciômetro de 500K Ω -s/ch, 1 capacitor de .02 μ F, 1 capacitor de .05 μ F.

8ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

9ª REMESSA

1 chave de onda, 1 alt.-falante de 4", 20m de cabineiro, 0,2m de solda, 1 chave de fenda de 8".

9ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

10ª REMESSA

1 capacitor variável, 1 bobina de antena, 1 capacitor de 270pF, 1 diodo 0A72 (ou equivalente).

10ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

11ª REMESSA

1 soquete de 7 furos, 2 parafusos e porcas, 1 válvula 12BA6, 1 resistor de 1M Ω , 1 capacitor de .05 μ F, 0,2m de cabineiro, 0,2m de solda.

11ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

12ª REMESSA

1 jóga de FI, resistor de 47K Ω -1/2W, 2 capacitores de 100pF, 1 resistor de 1M Ω , 0,1m de solda.

12ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

13ª REMESSA

1 bobina osciladora, 1 soquete de 7 furos, 1 válvula 12BE6, 1 capacitor de 270pF, 6 "trimmers", 2-30pF, 1 capacitor de 100pF, 0,3m de fio nu, 0,2m de solda.

13ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

14ª REMESSA

1 "dial" completo, 4 "knobs", 2 lâmpadas-piloto, 2 soquetes p/piloto, 2m de cabineiro, 1 chave de calibrar.

14ª LIÇÃO DE PRÁTICA DE MONTAGEM

TUDO GRÁTIS

Figura 3 – Relação de peças e ferramentas que acompanham o Curso de Rádio e Televisão, Transistores e Eletrônica
Fonte: IUB, 1984 – acervo do autor.

Entre os diversos cursos oferecidos pelo IUB, encontramos o primeiro curso formal, de ensino ginásial denominado de Madureza Ginásial, confirmando que o

ensino a distância abrangia, também, o ensino escolar, além dos cursos técnicos e profissionalizantes.

Também na Apostila de Divulgação de Cursos o slogan proposto pelo IUB para o curso de Madureza Ginásial enfatizava a preparação para o futuro “Assegure seu futuro – estude Madureza Ginásial pelo método moderno do Instituto Universal Brasileiro” (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, (s.d.), p.2)⁹.

O Curso Madureza Ginásial teve conotação preparatória para a prestação de Exames de Madureza Ginásial criados pelo Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, Título VII, Dos Estudos Secundários dos Maiores de Dezenove Anos, que em seu artigo 91 determinava que:

Art. 91. Aos maiores de dezenove anos será permitida a obtenção do certificado de licença ginásial, em consequência de estudos realizados particularmente, sem a observância do regime escolar exigido por esta lei (BRASIL, 1942).

Verifica-se que a determinação legal registrada acima indica a idade de 19 anos e, no Capítulo II, *Nos Ciclos e nos Cursos* do mesmo Decreto-lei, o artigo 3º indica a duração do curso ginásial: “Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário” (BRASIL, 1942).

A explicitação do IUB para a oferta deste Curso de Madureza Ginásial, relacionando ao Decreto-lei e artigo 91, supra referido, indica que a criação dos Exames de Madureza Ginásial:

[...] veio atender às necessidades culturais de milhares de brasileiros que, por impedimentos os mais diversos, não puderem freqüentar um Curso Ginásial regular, pois lhes permite a obtenção do Diploma Ginásial sem cursar os quatro longos anos de que êle se compõe (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, [1980], p.2). (sic)

⁹ O texto não contém numeração de páginas, pois se trata de um material de divulgação de cursos do IUB. A paginação foi realizada pelo pesquisador para melhor situar os registros.

Em outro trecho, o mesmo documento do IUB apresenta justificativa de que , quando terminar os estudos, o aluno receberá um Certificado de Preparo, que confere ao mesmo a habilitação para prestar os Exames de Madureza em qualquer colégio autorizado pelo governo, “[...] o que lhe permitirá a obtenção do Diploma Ginásial, desde que tenha 16 anos completos ou a completar até o fim do ano em que prestar estes exames” (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, (s.d.), p.14).

Há também a ressalva de que, caso o aluno não tenha completado 16 anos, pode começar a estudar, de modo que, por ocasião dos Exames, está preparado, pois “[...] estamos certos, nossos alunos sempre se destacarão dos demais concorrentes” (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, [1980], p.14).

É importante apresentar o perfil do aluno do IUB:

- maioria oriunda das regiões Norte e Nordeste;
- renda mensal entre 02 e 06 salários mínimos, desempregado, mão-de-obra não qualificada e sem profissão específica;
- empregado que procura o curso para garantir o emprego ou para ascender na empresa e tem urgência na obtenção tanto do conhecimento quanto do certificado;
- desempregado que procura o curso porque necessita de escolaridade para candidatar-se a uma função e tem urgência na obtenção do conhecimento e do certificado porque acredita que com isso melhoram suas chances de conseguir uma boa colocação;
- procura cursos à distância para formação pessoal; por ser mais cômodo estudar sem obrigatoriedade de presença, horário, provas etc. ou porque não tem acesso a um ensino presencial (ARY, 2007, p.1).

No pôster divulgando o curso de Madureza Ginásial estão relacionadas às disciplinas do conteúdo curricular, incluindo Português, Ciências, Matemática, Redação e Caligrafia, com recebimento de diploma ao término do curso. O pôster é mostrado na Figura 4.

No material didático do Curso Madureza Ginásial a frase aparece na capa, conforme a Figura 5, a seguir:



Figura 5 – Material didático do curso de Madureza Ginásial do IUB
Fonte: IUB, (s.d) – acervo do autor.

No Curso Madureza Ginásial, a apresentação do material didático continha o título Palavras da Direção, destinadas ao esclarecimento das bases do sistema de ensino oferecido, no seguinte teor:

Há muitos anos que o Instituto Universal Brasileiro se especializa no ensino por correspondência, sistema que vem sendo preferido e cada vez mais procurado, tanto pela facilidade com que se aprende, pois o aluno em casa, está no ambiente mais apropriado para uma perfeita assimilação da matéria, quanto por ser o estudo individual, desenvolvendo-se independentemente do grau de adiantamento dos demais alunos, e também pela possibilidade de o aluno estudar nas horas de folga, sem prejuízo de suas ocupações habituais (IUB – APOSTILA DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS, (s.d), p.2)¹⁰

Neste documento do IUB são apresentadas as disciplinas do Curso: Português, Matemática, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil e Ciências Naturais, detalhadas quanto ao conteúdo individual. A oferta do Curso Madureza Ginásial é para todos os alunos que receberão um Atlas do Brasil e do Mundo em cores, régua, jogo de esquadros, transferidor, lápis borracha, Dicionário de Português, Atlas de Anatomia em cores, Carteira de Estudante e cartões de visita. Cópias das folhas que apresentam as disciplinas e seus conteúdos são mostradas em anexo (Anexo D).

No ano de 1948 a Biblioteca Pedagógica do IUB lança o Código Civil Brasileiro, Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, com as correções ordenadas pela Lei nº 3.725 de 15 de janeiro de 1919, publicada pela Livraria Teixeira.

Esta obra faz parte das denominadas Obras Jurídicas do IUB, publicadas na contra capa do Código, relacionando as seguintes obras: Manual Teórico Prático dos Escrivães; Manual prático das Falências e Concordatas; Manual teórico e Prático dos instrumentos de Procuração; Formulário do Casamento Civil; Carteira do Advogado; Novíssimo Manual dos Tabeliães; Notas ao Processo Civil e Comercial; Manual prático da Curatela; Requerimentos para Todos; Estatuto dos Funcionários Públicos Civis (IUB, 1948). Este Código Civil tem sua capa mostrada na Figura 6:

¹⁰ O texto não contém numeração de páginas, pois se trata de um material de divulgação de cursos do IUB. A paginação foi realizada pelo pesquisador para melhor situar os registros.

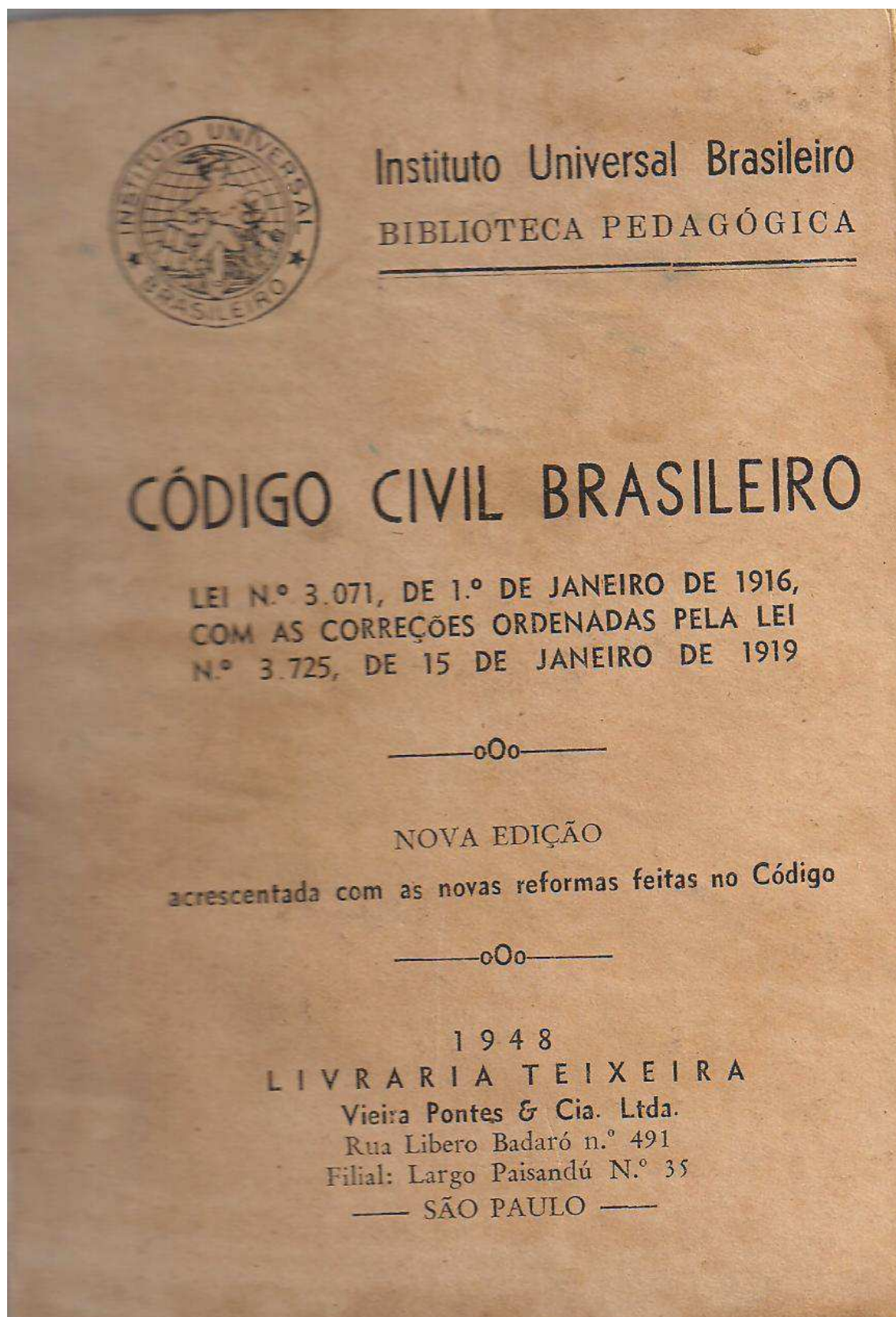


Figura 6 – Material didático do IUB – Código Civil
Fonte: IUB, 1948 – acervo do autor.

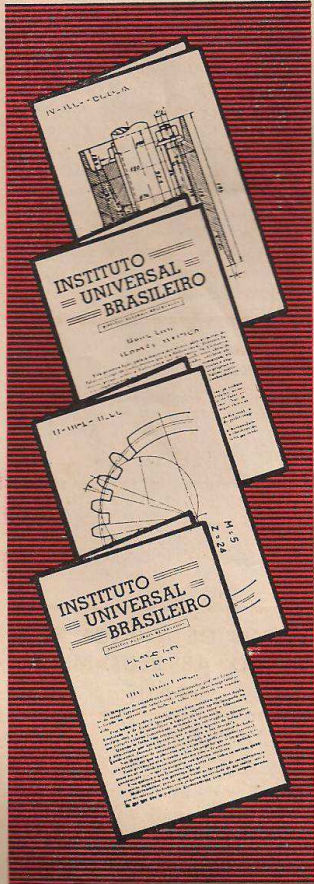
Continuando o relato sobre os cursos oferecidos pelo IUB, cabe apresentar na Figura 7, a página de divulgação de cursos acerca das razões de sua superioridade na escolha do aluno.

RAZÕES DA SUPERIORIDADE DO NOSSO CURSO

AS NOSSAS LIÇÕES SÃO DIDATICAMENTE GRADUADAS...

Uma das razões do êxito de nosso sistema consiste no fato de não enviarmos livros, mas lições didaticamente graduadas, o que permite a todos os alunos, seja qual for seu preparo, uma assimilação perfeita de todas as explicações.

Nossas lições foram redigidas de forma simples e concisa, contendo apenas o que realmente interessa aos alunos, razão pela qual estudá-las é um verdadeiro prazer. Com este método especializado, V. S.^a terá a sensação de estar na presença de seu professor, recebendo pessoalmente todos os ensinamentos.



...E FORAM ELABORADAS ESPECIALMENTE PARA O NOSSO CURSO...

Convém notar que nossas lições constituem um trabalho especialmente elaborado para o nosso Instituto. O seu caráter inédito assume duplo valor: primeiro porque, sendo exclusivas, o seu conteúdo não é encontrado nos livros, nem em outros cursos; em segundo lugar porque, tendo sido criadas com base nas mais modernas conquistas pedagógicas realizadas no campo do ensino por correspondência, revelam uma perfeição didática, desde as primeiras lições.

...POR UM CONJUNTO DE PROFESSORES DE GRANDE COMPETÊNCIA...

A preocupação constante de nosso corpo docente é formar, de maneira plena, o aluno, fazendo-o assimilar, pela via mais pedagógica e eficiente, as matérias do Curso. Cada matéria é supervisionada por um conjunto de professores especializados, os quais se incumbem também da correção das provas e trabalhos, disto resultando uma assistência assídua e completa, tendo por alvo o aluno.

...QUE FIZERAM DE NOSSO INSTITUTO UMA VERDADEIRA ESCOLA-MODÉLO.

Figura 7 – Divulgação do material didático do IUB
Fonte: IUB, [194-] – acervo do autor.

O curso de Caligrafia também fez parte dos primeiros cursos e que se mantém até hoje no IUB, cuja proposta é fazer com que o aluno:

Aprenda Caligrafia Artística e faça cartões de visitas, convites de casamento, diplomas. Mais uma infinidade de opções de presentes como: agendas, cadernos, marcadores de livros, capas de almofadas. Personalize camisetas, bolsas e tênis. É só usar a imaginação. Trabalhe em gráficas, ateliês ou abra seu próprio negócio (DOHTTA, 2010).

A proposta do Curso de Caligrafia é mostrada na Figura 8, registro fotográfico digital de um exemplar recuperado:

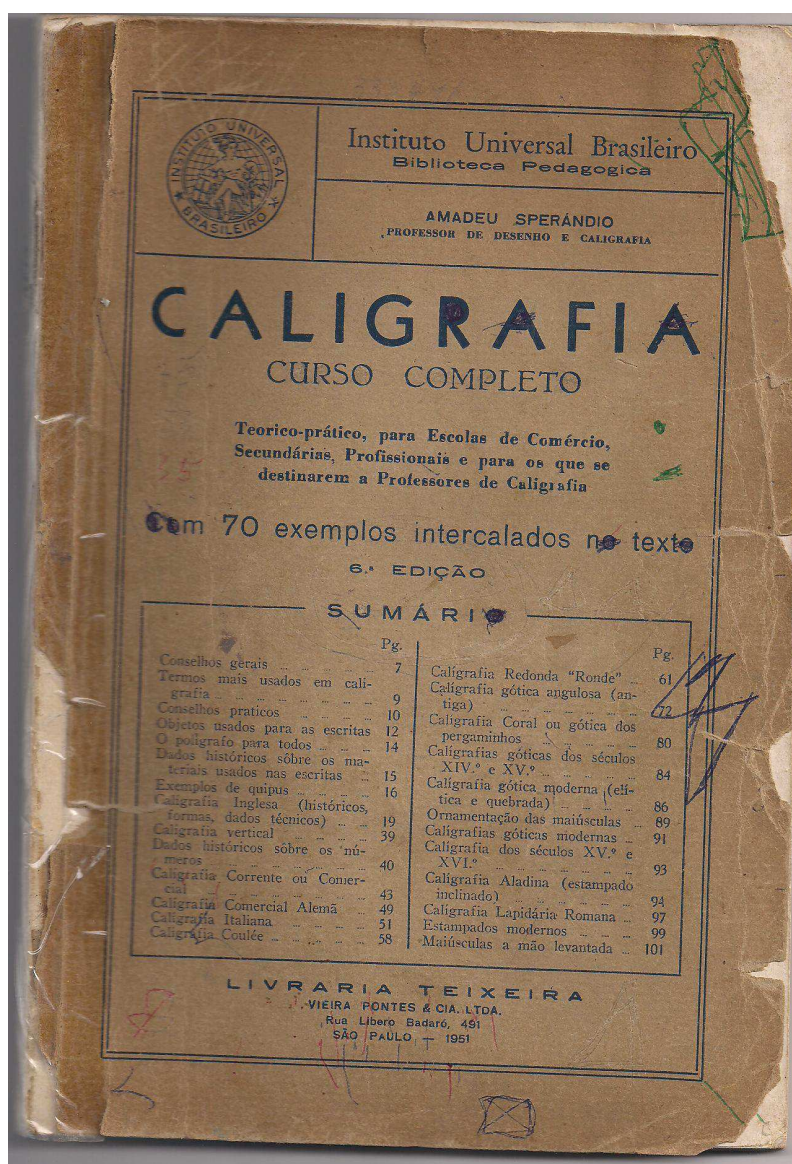


Figura 8 - Material didático do IUB – Curso de Caligrafia
Fonte: IUB, 1951 – acervo do autor.

Neste Curso de Caligrafia a distância o objetivo é qualificar profissionais a desenvolver trabalhos usando as técnicas de caligrafia artística, e o aluno aprende sobre:

- Teoria, posturas e materiais de Caligrafia;
- História da Caligrafia;
- Grafologia;
- Teoria e ilustração da letra manuscrita comercial;
- Exercícios musculares e manuscritos;
- Trabalhos práticos e artísticos;
- Teoria, ilustrações e exercícios didáticos da Caligrafia Ronde Francesa,

Gótica Alemã etc., de forma a aprender escrever diversos modelos de letras com a caligrafia gótica, alemã, ronde francesa, manuscrita comercial e outras (IUB, 2010).

O Curso completo de Caligrafia leva a assinatura de Amadeu Sperandio (1951, p.2) destacando no Prefácio da 1ª Edição que:

Tenho publicado este trabalho de caligrafia com o escôpo de fornecer um guia aos alunos das escolas em geral e em particular das de comércio. Sendo a caligrafia matéria obrigatória nestas últimas, julguei oportuno apresentar alguns tipos, mais que suficientes para se ter uma bôa cultura caligráfica (sic).

Sperandio (1951) salienta a forma do livro como teórico prática ao fornecer exercícios por analogia de derivação, demonstrando as regras que determinam as formas, posição e medidas das letras. Afirma a sua intenção, nesta publicação, de ver o Brasil independente do estrangeiro, ensejando que seja bem acolhido no meio escolar e intelectual.

A análise deste livro de Sperandio (1951,p.9) fornece informações sobre a importância da boa escrita para o desempenho do indivíduo no comércio, destacado

quando define um dos “Termos mais importante usados em Caligrafia”, o termo cacografia, sendo do grego *kakos* – feio, e *grapho*, eu escrevo.

Dois modelos de caligrafias são mostrados na Figura 9:

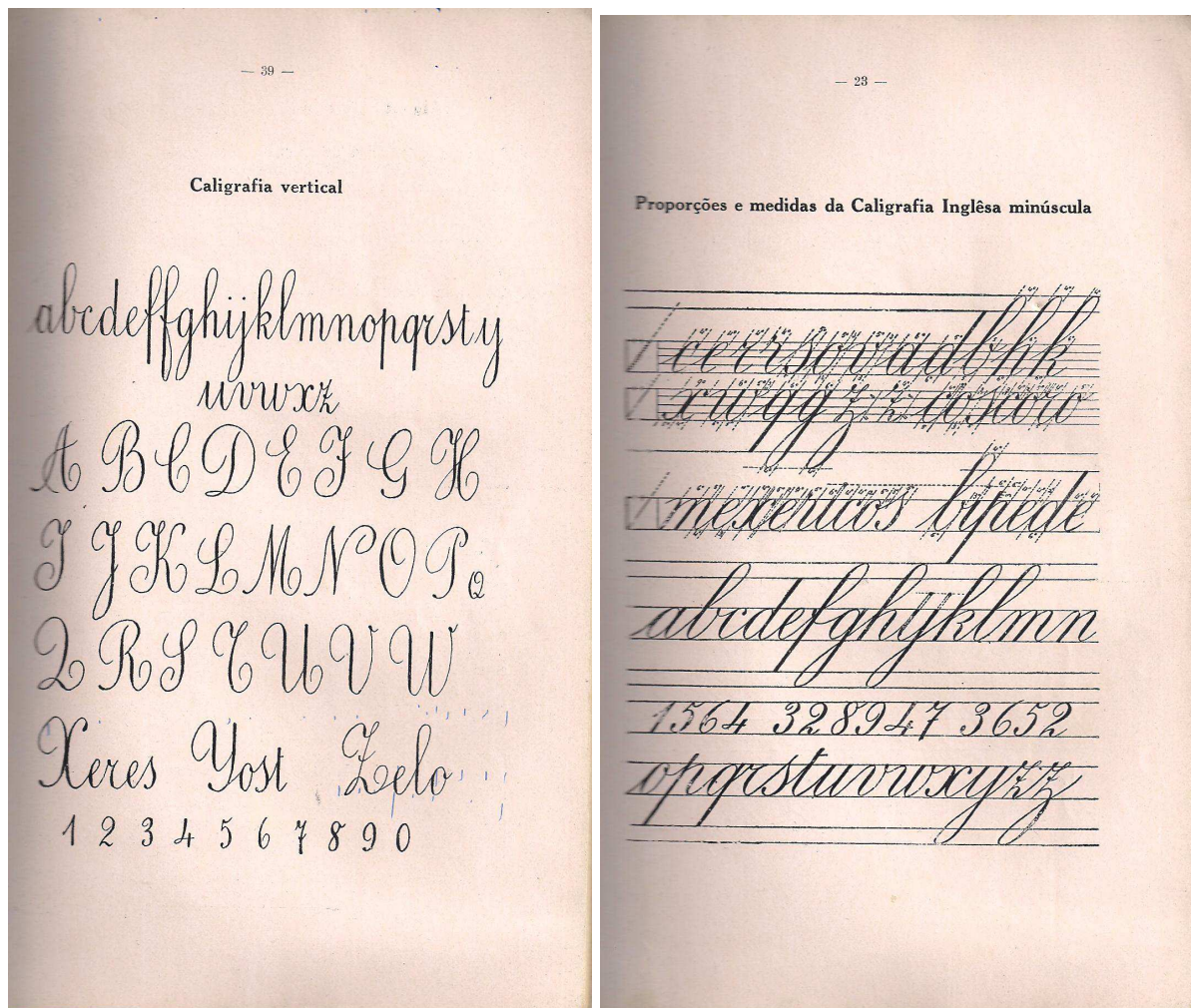


Figura 9 – Modelos de Caligrafia: vertical e Inglês minúscula do Curso de Caligrafia do IUB
Fonte: IUB, 1951 – acervo do autor.

Entretanto, interessante registrar a preocupação de Sperandio (1951), quando no aprendizado da caligrafia, as condições posturais que o aluno deveria manter exigiam que a escola providenciasse acomodações corretas. Registra-se:

É bom que se saiba que a posição do aluno se não fôr correta, poderá causar algumas doenças, como a miopia (por olhar muito de perto); o presbitismo (o contrário do precedente); a escoliose (envergadura lateral da espinha dorsal), etc. por isso acharia utilíssima a criação em todas as escolas, de uma classe especial, com bancos cômodos, ligeiramente

diferentes entre si, de maneira que as diversas estaturas dos alunos puderem adatar-se neles comôdamente. O professor assim, poderia examinar um por um os alunos, corrigindo-os no próprio banco, pelo exemplo prático, o que não pôde fazer em muitas escolas, acadêmicas comerciais e ginásios, porque os bancos são muito apertados, indistintamente iguais e não permitem o processo circular por entre eles (SPERANDIO, 1951, p.7-8 - sic).

O livro de Sperandio (1951) era utilizado no IUB para o curso de Caligrafia, apresentado como Teórico-prático, para Escolas de Comércio, Secundários, Profissionais e para os que se destinarem a Professores de Caligrafia.

O IUB oferece Material Didático para o Curso a distância de Caligrafia, necessário para já iniciar seus primeiros trabalhos e aprender praticando. No kit de material didático são relacionados os seguintes materiais, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Kit de materiais didáticos que compõem o Curso de Caligrafia do IUB

Quantidade	Itens
01	Caneta Azul
01	Caneta Preta
01	Caneta Azul
01	Caneta Vermelha
02	Lápis preto nº2
01	Lápis de carpinteiro
01	Borracha branca média
01	Borracha branca especial
01	Vidro de nanquim preto
01	Vidro de nanquim vermelho
01	Vidro de nanquim azul
01	Cabo de pena
01	Pena de Caligrafia Roman, Itálico, Gótica e Uncial
01	Pena de Caligrafia uso geral (mais flexível)
01	Pena de Caligrafia escrita geral com ponta de esfera fixa
10	Envelopes grandes
30	Cartões de visita
10	10 Folhas de papel couchê A4
20	20 Envelopes de aniversário

Fonte: IUB, 2010.

Destaque do sucesso iminente dos cursos oferecidos pelo IUB se deu por parte das inúmeras propagandas, em diversos meios de divulgação, com ampla publicação nacional e com grande foco apelativo. Principalmente com o lançamento da: *Revista do Instituto Universal Brasileiro* lançada em 1984. Em uma de suas Revistas (nº 48 1988), o Editorial cita os quatro anos de existência da mesma, com lançamento de matérias sobre diferentes assuntos e projetos de 104 kits para os alunos que têm por hobby montar os seus próprios aparelhos. A capa desta Revista é mostrada na Figura 10:



Figura 10 – Capa da Revista do IUB Rádio- TV – Eletrônica edição comemorativa
Fonte: IUB 1988 - Acervo do autor.

Assinado por Luiz Carlos Naso, o Editorial registra a percepção sobre a tecnologia, de que: “Sabemos que as tecnologias modernas têm influência direta em todos os campos da atividade humana, tendo um reflexo direto principalmente na

área eletrônica" (In: REVISTA DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO RÁDIO-TV-ELETRÔNICA, s. d., Editorial).

Em edição anterior, a Revista do Instituto Universal Brasileiro Rádio-TV-Eletrônica tem o Microcomputador apresentado por Risnik mediante descrição: "O Complexo lógico dos microcomputadores é formado na realidade pela associação de 'blocos digitais' simples" (RISNIK, 1984, p.28). O propósito desta Revista é apresentar as etapas para a construção de blocos lógicos que são utilizados nos circuitos digitais, descrevendo as funções e desempenho, os denominados flip-flop, que se comporta como uma unidade de memória, podendo armazenar um bit de informação. Conforme a figura 11:

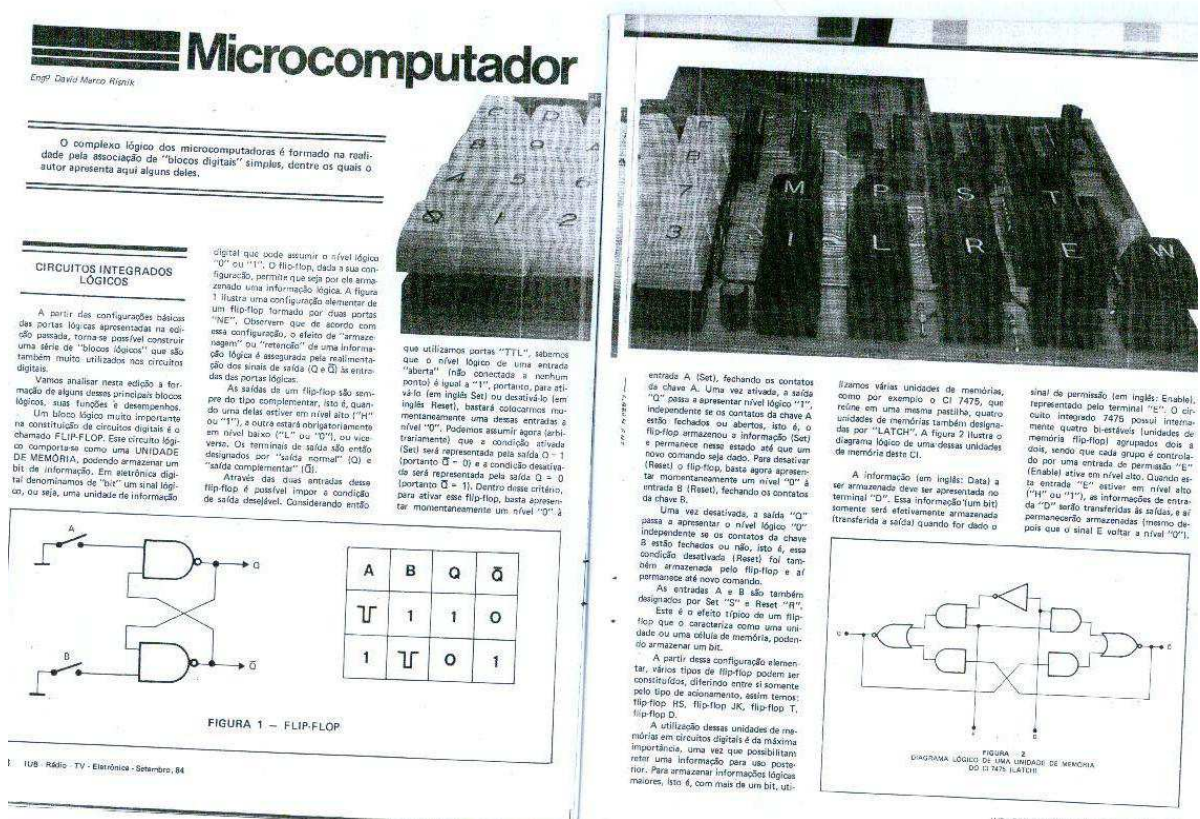


Figura 11 – Revista do Instituto Universal Brasileiro Rádio-TV-Eletrônica
Fonte: IUB 1984 - Acervo do autor.

São mostradas figuras de cada etapa e, ao final, é construído um Shift Register (registrador de deslocamento), que representa circuitos integrados de grande aplicação.

Exemplo deste sucesso, com os cursos oferecidos pelo IUB, através de sua propaganda, são os textos apelativos, como: *“NÃO DUVIDE!!! V. S^a PODE TRIUNFAR, COMO OUTROS TRIUNFARAM. O NOSSO SUCESSO NÃO É UMA QUESTÃO DE SORTE, MAS UM PRODUTO DA VONTADE BEM DIRIGIDA”* (Revista IUB nº 48). Ainda na figura 12 podemos verificar este apelo de maneira inteligente e perspicaz:



Figura 12 - Material publicitário – contra capa da revista IUB
Fonte: IUB, (s.d.) – acervo do autor.

Cartazes com a divulgação dos cursos oferecidos na década de 1980, destacando os 40 anos de experiência. No *blog* Caríssimas Catrevagens é comentado que “O Instituto Universal Brasileiro foi citado neste *blog*. Como famosas propagandas dos gibis, o autor do *blog* lembra de sua infância e como via o IUB naquela época”, sugerindo que a matéria seja conferida pelo usuário/leitor (EQUIPEIUBLOG, 2010).

Na Figura 13 é mostrado o encarte de divulgação dos diversos cursos rápidos, oferecidos pelo IUB, apresentando um apelo no que se refere a qualidade dos cursos “*Afinal são 40 anos de experiência*”.



Figura 13 – Encarte de divulgação do IUB e seus cursos na década de 1980
Fonte: IUB, 1980 – acervo do autor.

Analizando o encarte anteriormente apresentado, verifica-se a afirmação dada pelo IUB sobre o uso do tempo na aprendizagem:

O estudo por correspondência é a solução prática e objetiva para aqueles que não podem perder tempo. E nós do Instituto Universal Brasileiro nos orgulhamos de oferecer o que existe de mais moderno nessa modalidade de ensino (IUB, Encarte Publicitário [1980]),

Ao tempo passado de 44 anos de existência, esta marca foi apresentada juntamente com a oferta dos cursos, afirmando o IUB e o seu sistema de ensino: “A maior e mais perfeita organização de ensino por correspondência no país” (IUB, 1985), dados que podem ser conferidos na Figura 14:

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO
cursos rápidos!

DESENHO ARTÍSTICO E PUBLICITÁRIO	CORTE E COSTURA (PARA A FORMAÇÃO DE MODISTAS)
SUPLETIVO DE 1º GRAU	BORDADO TRICO E CROCHÊ
SUPLETIVO DE 2º GRAU	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO	DESENHO ARQUITETÔNICO (Desenho de Plantas para Construções)
TORNEIRO MECÂNICO	DESENHO DE MECÂNICA
MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS	
ELETRICIDADE DE AUTOMÓVEIS	
MECÂNICA GERAL	
SECRETARIADO MODERNO	
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	
PORTUGUÊS (1º e 2º Graus)	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
ELETRICIDADE	CONTABILIDADE PRÁTICA (ASSISTENTE DE CONTADOR)
INGLÊS	MATEMÁTICA (1º e 2º Graus)
e mais dois novos lançamentos: FOTOGRAFIA e CINEMA SUPER 8	

A maior e mais perfeita organização de ensino por correspondência do país!

Nossa escola atinge, com rapidez e eficiência, todos os pontos do território brasileiro, ministrando, através de professores altamente especializados, um ensino minucioso e objetivo, de resultados práticos imediatos.

Afinal são 44 anos de experiência!

Matricule-se com urgência e receba as lições do curso escolhido, bem como todo o material necessário gratuitamente.

MENSALIDADES AO ALCANCE DE TODOS.

Mapa do Brasil com linhas indicando a distribuição de cursos para: RORAIMA, AMAPÁ, PARÁ, MARANHÃO, CEARÁ, PERNAMBUCO, SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, GOIÁS, BAHIA, PIAUÍ, RORAIMA, AMAPÁ, PARÁ, MARANHÃO, CEARÁ, PERNAMBUCO, SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, GOIÁS, BAHIA, PIAUÍ, RORAIMA, AMAPÁ, PARÁ, MARANHÃO, CEARÁ, PERNAMBUCO, SÃO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, GOIÁS, BAHIA, PIAUÍ.

Matriz: Av. Rio Branco, 781 – Caixa Postal 5058 – São Paulo – CEP 01000
Filial Rio de Janeiro: Rua Riachuelo, 159 (Próximo aos Arcos da Lapa)

MANDE O CUPOM ABAIXO OU ESCREVA-NOS HOJE MESMO.

EU ☐ **INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO**
Av. Rio Branco, 781 – Cx. Postal 5058 – São Paulo – CEP 01000

Senhor Diretor: Peça enviar-me GRATIS o folheto completo sobre o curso de _____ por correspondência.

(INDICAR O CURSO DESEJADO)

Nome _____ Nº _____
Rua _____ CEP _____ Bairro _____ Cx. Postal _____
Cidade _____ Estado _____

MANDE O CUPOM ABAIXO OU ESCREVA-NOS HOJE MESMO.

EU ☐ **INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO**
Av. Rio Branco, 781 – Cx. Postal 5058 – São Paulo – CEP 01000

Senhor Diretor: Peça enviar-me GRATIS o folheto completo sobre o curso de _____ por correspondência.

(INDICAR O CURSO DESEJADO)

Nome _____ Nº _____
Rua _____ CEP _____ Bairro _____ Cx. Postal _____
Cidade _____ Estado _____

Figura 14 – Encarte de divulgação do IUB e seus cursos em 1985 em comemoração aos 44 anos
Fonte: IUB, [1985] acervo do autor.

Com relação ao material utilizado pelo IUB, IARALHAM (2009, p.5) afirma que todo material é construído “*de forma simples e objetiva*”, com descrição do conteúdo que interessa ao aluno de modo prático. Descreve, também, a utilização de ilustrações gráficas coloridas, com esquemas, desenhos e fotografias cujo propósito é facilitar ao aluno uma visão geral da matéria por meio de imagens.

Quanto à linguagem da propaganda do IUB, o estudo de Iaralham (2009, p.5) indica-a como “[...] apelativa quando afirma que ‘*estudar no IUB é, antes de tudo, um ato de grande satisfação pessoal*’, complementando que o ‘curso é planejado especialmente para você que deseja preparo ou complementação de nível cultural ou profissional’.”.

É evidente em todo material impresso, o apelo do IUB, para conquistar novos alunos, numa tentativa frenética de convencimento. Apresentando todos os passos/fases deste processo de ensino por correspondência, conforme mostra a figura 15.

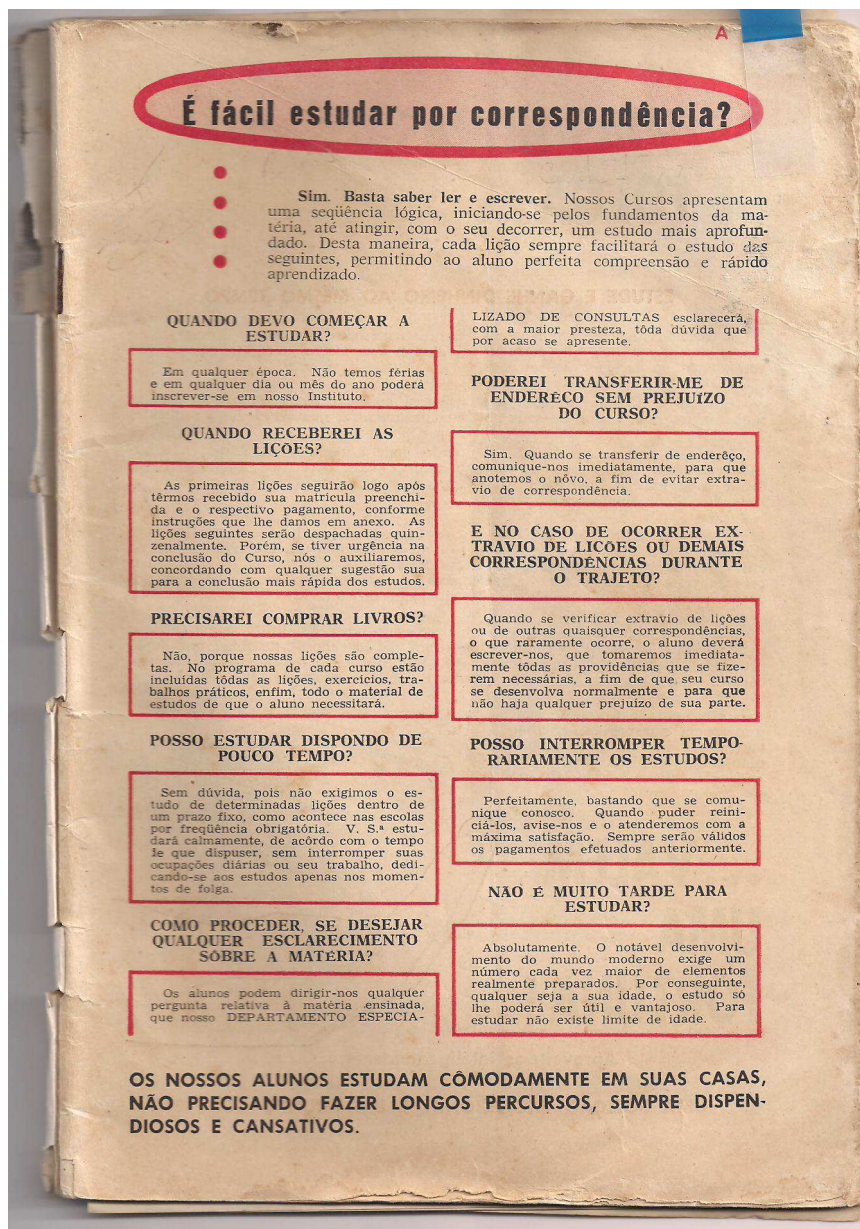


Figura 15 – Como estudar por correspondência.
Fonte: IUB, (s.d.) – acervo do autor.

No que concerne a expansão e número de alunos do IUB, a pesquisa feita pela Gazeta Mercantil em 2008, apresenta o seguinte texto: “Fundado em 1941, o Instituto Universal Brasileiro já formou mais de quatro milhões de pessoas no ensino profissionalizante” (GAZETA MERCANTIL, 2008, p.2).

Praticamente todos os alunos estudaram através do ensino por correspondência, mesmo disponibilizando os recursos tecnológicos do computador e

da internet, como o vídeo e a teleconferência (ARY, 2007), o IUB utiliza os serviços dos correios, pois, segundo o presidente do Instituto Universal, Luiz Fernando Naso: "O curso virtual existe mas apenas 5% dos alunos são matriculados nesta modalidade" (In: GAZETA MERCANTIL, 2008, p.2).

Complementa Chico (2010), no passado o meio de comunicação com os alunos era a correspondência, para realizar a matrícula e tirar dúvidas; hoje a comunicação é por meio de telefone e via internet. Os Correios, entretanto, são muito utilizados, devido ao precário acesso à internet em muitas regiões do país e pela abrangência eficiente dos Correios no país inteiro.

Assim, a história da educação a distância no Brasil, segundo Torres e Fialho (2009, p.457) "nos traz um século de acontecimentos que se entrelaçam com o uso de diversas mídias que foram despontando, sendo superadas e convivendo ao longo de todo este período".

A realidade da EAD no Brasil, mais proximamente, segundo informações apontadas pelo Anuário Brasileiro sobre Educação a Distância, publicado em 2008, elaborado mediante consulta em fontes primárias de informação como o MEC, CNE, CEE's, apresenta dados de 140 instituições que representam 80% do total de alunos a distancia do país: cerca de 2,54 milhões de brasileiros estudaram por Educação a Distância em 2007, incluindo cursos credenciados e grandes projetos nacionais, como os cursos do SENAI, SENAC e SEBRAE (MAIA, 2009).

3.3.2 Análise Documental (oficial) do IUB

A pesquisa documental no Instituto Universal Brasileiro (IUB) foi realizada nos meses de agosto a novembro de 2010, na sede do IUB, em São Paulo, por

intermédio da Diretora Pedagógica atual do instituto¹¹, que forneceu cópia dos seguintes documentos: Documento de autorização de funcionamento, documento síntese da proposta pedagógica e documento folheto ilustrado, os quais são analisados nessa seção da dissertação.

Com o propósito de individualizar os registros históricos do IUB são separados os documentos e apresentados em seu conteúdo.

3.3.2.1 Documento: Autorização de funcionamento

O Documento referente ao subtítulo apresenta um Sumário de 72 páginas; o para este trabalho o acesso foi até a página 58. A análise se inicia sobre uma Carta de Solicitação de Credenciamento de Instituição, datada de 15 de março de 1999, endereçada à Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

O teor da Carta, assinada por Luiz Fernando Diniz Naso, visa ao credenciamento do IUB com base no artigo 11 da Deliberação C.E.E. nº 11/1998, “para ministrar cursos de educação a distância no Estado de São Paulo” (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.2).

A esta solicitação de credenciamento do IUB segue-se um projeto informativo de que a instituição é autorizada pela 13ª Delegacia de Ensino da Capital, pela Portaria de 28-12-95, e funciona regularmente desde aquela data, oferecendo o Ensino Supletivo a Distância, com cursos correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio.

Ainda, informa o documento que a instituição possui um Regimento Escolar aprovador, constando o seu modelo de gestão, o organograma funcional, a descrição das funções e formas de acesso a cada cargo, as atribuições pedagógicas

¹¹ Sra. Irene Rodrigues de Oliveira Teixeira Ribeiro.

e administrativas, a qualificação mínima e formas de acesso a cargos diretivos ou de coordenação e a composição e atribuições do órgão colegiado existente.

Na seqüência, é apresentado o Histórico do IUB, citando em seu parágrafo inicial que:

Criado pelos irmãos JACOB WARGHAFTIG e MICHAEL WARGHAFITG, em 16 de outubro de 1941, o INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO LTDA, completa neste ano, 58 anos de serviços dedicados ao ensino a distância (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.2).

Em 1942 o primeiro de seus cursos é iniciado, Contabilidade, com ampla divulgação na revista *O Cruzeiro*. Demais cursos foram sendo implantados ao longo dos anos, com destaque para Rádio-TV, Corte e Costura, Desenho Artístico, Mecânica de Automóveis, Auxiliar de Escritório, somando 35 cursos.

No ano de 1956 o IUB obteve o registro nº 4-Cor, nos termos da Lei nº 3.344/1956 e do Decreto nº 26.570/9156, junto à Coordenadoria do Ensino Técnico, do Departamento de Ensino Técnico da Secretaria de Educação de São Paulo.

Em 1982 o IUB é vendido para os irmãos Diniz Naso, proprietários das Escolas Associadas de Cursos Livres Ltda, com transferência de sua sede para a Rua João Leite nº 496, no bairro do Jardim Oreana, na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.

Com esta aquisição, no Histórico do projeto para a solicitação de credenciamento do IUB, somam-se os registros das Escolas Associadas de Cursos Livres, que faz parte deste Documento que ora é analisado.

A Escola Técnica Profissionalizante por correspondência é criada em 1952, com o nome de Ensino Técnico Paulista Ltda, e teve como base o Curso de Relojoeiro por correspondência, elaborada a sua didática pelo Sr. José Naso Junior, na época o diretor do I. A. P. C.

Seguiu-se o Curso de Fotografia por correspondência, em 1958, com elaboração de Luiz Carlos Naso, Jornalista e Fiscal do I.N.S.S; após, o curso de Perfumista, Desenho, Técnicas de Jornalismo e Violão.

As mudanças continuaram ocorrendo e, em 1975 são fundadas as Escolas Associadas de Cursos Livres, administrada pelos netos do Sr. José Naso Junior, nas funções de superintendência, administração e produção, marketing e educação e Pedagogia. Confirmando, então, no ano de 1982 a família Diniz Naso adquire o IUB.

Retornando ao presente, o documento apresenta o IUB em seus 36 (trinta e seis) cursos em 06 (seis) áreas: Mecânica, Eletricidade, Eletrônica, Informática, Administração, Construção Civil, Desenho.

Estas atividades são desempenhadas mediante interligação do IUB com outras empresas de propriedade do grupo mantenedor, a seguir relacionadas:

- IUBRA: Indústria Gráfica e Editora Ltda, fundada em 1980, explora o ramo da edição de materiais gráficos, a produção, revelação e comercialização de filmes, de fotografias, de fitas de áudio e vídeo cassete e a importação dos mesmos materiais. Comercializa materiais de escritório, peças, produtos mecânicos, elétricos, eletrônicos, fotográficos e demais produtos relacionados aos cursos oferecidos.

- J. C. Publicidade S/C Ltda: criada em 1977, seu objeto social é a veiculação de matéria de propaganda e publicidade.

- Escolas Associadas de Cursos Livres: criada em 1975, “com a mesma finalidade e objeto social do Instituto, foi integrada a este em 1982” (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.6).

Na sequência, o documento identifica a instituição, sede e subsedes, com registros fotográficos da sede, secretaria da escola, setor de arquivo, sala de aula,

de vídeo, o Departamento de Atendimento ao Aluno (DEA), o laboratório eletrônico para os alunos, e o Departamento de Internet (DET).

Seguem-se identificações das subsedes, igualmente com registros fotográficos individuais, mostrando localização (externas), ambientes e salas de cada escola.

Continuando a análise deste documento, o título 4 apresenta a Mantenedora da instituição como sendo o Instituto Universal Brasileiro Ltda. Na função de Diretor Superintendente está o Sr. Luiz Fernando Diniz Naso, cuja qualificação acadêmica é apresentada como Curso Superior Incompleto em Direito.

Para a função de Diretor Administrativo consta o nome de Luiz Carlos Diniz Naso, com mesma qualificação acadêmica de seu irmão Luiz Fernando; como Diretor de Marketing e Educação é citado o Sr. Paulo Roberto Diniz Naso, com referência de qualificação acadêmica no Curso Superior de Administração de Empresas, completo.

Seguem-se informações sobre a capacidade financeira e administrativa da instituição para manutenção dos cursos que a Carta de Solicitação de Credenciamento relaciona.

Após descrição da condição jurídica e da situação fiscal e parafiscal, o documento relaciona os objetivos institucionais, com o seguinte teor:

- a) A exploração do ensino a distância por correspondência ou pelos demais meios dispensáveis no estado da técnica, ou por frequência em salas de aulas com orientação de professores ou técnicos, de cursos de Ciências, Artes, matérias técnicas e profissionalizantes, utilizando-se de edições como apostilas, livros, fascículos, revistas de apoio, fitas de vídeo-cassete, programas de computadores, televisão, sejam todos eles de sua própria produção ou de terceiros e outros materiais didáticos;
- b) Participação em outras sociedades comerciais ou civis, no Brasil ou no Exterior, como sócia, quotista ou acionista (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.33).

O documento segue informando sobre a qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares, relacionando as diversas funções de seus executivos, diretores, coordenadores, secretarias, docentes.

Especialmente no título 6. Experiência Anterior em Educação o documento relata o histórico do IUB; destacam-se alguns trechos:

Nesses anos de existência, o Instituto Universal Brasileiro já atendeu a mais de três milhões de alunos, levando sua mensagem às distantes localidades do país. Pessoas que através do ensino a distância, muitas vezes a única forma de ensino disponível na localidade, puderam ampliar seus conhecimentos profissionais, colocá-los em prática e assim sustentar dignamente sua família, base da sociedade brasileira (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.53).

O registro da participação do IUB durante a Segunda Guerra Mundial em Suez, levando aos Pracinhas brasileiras oportunidades de ensino, apoio e solidariedade. Este trabalho foi reconhecido pelo Governo Brasileiro mediante autorização para importar papel-jornal, a preço acessível em um momento de crise mundial, de modo a não interromper o trabalho. Naquela época foram reduzidas, também, as tarifas dos Correios, permanecendo assim até a atualidade.

Vitórias são atribuídas ao IUB ao longo dos anos:

Competência técnica, notadamente no que se refere à seleção de conteúdos, ao estabelecimento dos métodos, à definição de linguagem, à apresentação gráfica, transformando o produto didático altamente motivador para o aluno que estuda a distância e aos processos de avaliação e de comunicação com os alunos (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999, p.54).

Outras notícias são registradas, tal como a modernização da infra-estrutura e adequação às funções que exerce; credibilidade e respeito nacional decorrente do crescimento constante de suas atividades; motivação permanente para o aperfeiçoamento do trabalho; motivação permanente para o aperfeiçoamento do trabalho e para a oferta de novas oportunidades (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999).

Por fim, compondo o documento Carta de Solicitação de Credenciamento de Instituição são registrados depoimentos de alunos que estudaram no IUB, com especial atenção à formação escolar. Alguns trechos dos depoimentos devem ser registrados para este trabalho:

- *“Eu escolhi o Instituto devido a sua seriedade, comodidade de estudar em casa e pelo bom atendimento dado aos seus alunos”* (p.56);

- *“Apesar de ter 58 anos tenho ainda muitas metas a realizar em minha vida; devido a este sonho voltei a estudar”* (p.57);

- *“Agora que eu terminei o supletivo do Ensino fundamental (antigo 1º grau), vou estudar o Ensino Médio (antigo 2º grau) também no Instituto Universal Brasileiro, pois foi a única escola que me deu condições para retornar aos estudos”;*

- *“O material didático é elaborado de uma forma fácil de entender. Matérias como Física e Matemática são explicadas de uma maneira simples, partindo dos prontos mais simples até os mais complexos”* (DOCUMENTO AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, 1999).

3.3.2.2 Documento: Síntese da proposta pedagógica

Neste documento, sob este título, são apresentados os Objetivos, a Organização Didática, a Estrutura dos Cursos, a Composição dos Módulos, a Sistemática de Avaliação, a Recuperação e Promoção. Este documento mostra o início dos cursos de Supletivos correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio.

Sob o título Sistemática Operacional, são apresentados o Ingresso e os Passos Operacionais. Trata-se da Proposta Pedagógica para o Centro de Ensino

Supletivo à Distância e os cursos de supletivo a distância são ministrados nos termos da Deliberação do C.E.E nº 11/1998.

Observa-se neste documento, abaixo do nome do Instituto, o slogan “A escola em casa”.

Descrevendo aspectos desse documento, os Objetivos do Centro de Ensino Supletivo a Distância são os seguintes:

Suprir a escolarização regular de jovens e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria e atenderá população que não possui condições de freqüentar as escolas regulares em seus horários convencionais (SÍNTESE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA, p.9).

Referente à Organização Didática e à Estrutura dos Cursos, consta neste documento que os cursos Supletivos oferecidos pelo IUB são correspondentes ao Ensino Fundamental e Médio, organizados por disciplinas e módulos; estes consistem em “Um conjunto de objetivos de ensino e respectivos conteúdos, situações de ensino-aprendizagem, testes, tarefas, avaliação e ações de recuperação, que marcam as diferentes fases do processo de ensino-aprendizagem” (SÍNTESE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA, p.9).

A Organização por disciplina apresenta os módulos correspondentes a cada uma delas como, por exemplo, no Ensino Fundamental, as disciplinas de Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História e Geografia, com 04 (quatro) módulos cada uma. Quando o aluno estuda esses módulos, recebe um Certificado Parcial individual a cada disciplina e, no final do curso, recebe o Certificado do Ensino Fundamental.

Na análise do documento Síntese da Proposta Didática, o IUB apresenta duas formas de avaliação em sua sistemática, as quais são registradas a seguir:

- a avaliação formativa: ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem, em momentos distintos e demarcados, quais sejam: a) na auto-avaliação contínua,

na correção dos exercícios e testes que o estudante é levado a executar à medida que estuda; b) na tarefa, realizada ao final de um conjunto de Apostilas, enviado ao Centro, para ser corrigida pelo Orientador de Aprendizagem;

- avaliação presencial: realizada sob supervisão, após cada um dos módulos da disciplina. Nesta forma de avaliação, a pontuação obtida confere ao estudante o direito de prosseguir nos estudos, subsequente, ou remete-o à recuperação e, posteriormente, a nova avaliação presencial referente ao mesmo módulo.

Na proposta didática do ensino à distância do IUB, verifica-se que o Instituto oferece a recuperação e promoção, sendo que a primeira acompanha todo o processo de ensino-aprendizagem de modo informal e não-obrigatória, e formal e obrigatória.

Recuperação informal e não-obrigatória, portanto, ocorre após a tarefa sofrer correção quando o Orientador de Aprendizagem envia ao aluno os comentários sobre os pontos positivos e negativos de seu trabalho, orientando quanto aos aspectos a serem melhorados, solicitando que refaça a tarefa e mesmo que estude novamente toda a Apostila.

No caso de recuperação formal e obrigatória, o Orientador de Aprendizagem prescreve ações que o aluno deverá realizar, com reestudo do material básico completo, elaboração de resumos, execução de novos exercícios, utilização dos recursos pedagógicos disponíveis no Centro, em um processo que se repete até obtenção de pontuação necessária à passagem para o módulo subsequente.

3.3.2.2 Documento: Folheto Ilustrado

O primeiro documento obtido na pesquisa documental é denominado de Folheto Ilustrado, com distribuição gratuita e traz informações sobre os cursos do IUB.

Descreve o surgimento do ensino a distância em razão da necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos não podiam freqüentar as escolas regulares.

Uma das justificativas para este tipo de ensino é feita com o seguinte registro:

A primeira barreira, que dificulta o acesso direto do aluno à escola, nos países de grande extensão territorial, são as distâncias, pois nem todos podem dispor de uma escola perto de suas casas (IUB, FOLHETO ILUSTRADO, p.2).

Outras justificativas incluem o tempo, como problema sério, pela dificuldade em conciliar o período de trabalho com o horário fixo das escolas convencionais, e o fato de que nem sempre os cursos oferecidos pelas escolas atendem às necessidades profissionais de cada aluno.

Analisando o Folheto Ilustrativo, há a referência a um método internacional utilizado para o ensino a distância e assim elenca:

- primeira escola por correspondência surgida na Alemanha em 1890, seguido o exemplo por diversos países, que adotam o ensino a distância como opção para ministrar cursos a nível médio, técnico, de pós-graduação e a nível universitário;
- a Inglaterra recebe registro como o primeiro país a instituir a Universidade Aberta, considerada marco no ensino superior a distância;

- nos Estados Unidos Carls Barks inicia um curso de desenho por correspondência, interrompido pela Primeira Guerra Mundial;
- na Rússia Mickail Gorbachev cursa o ensino a distância e se forma Economista Agrícola Científico, em 1967, no Instituto Agrícola de Stavropol;
- vários países utilizam o ensino a distância como um sistema gerador de formação cultural, técnica e profissionalizante: Espanha, França, Itália, Canadá, Bélgica e Japão.

Especialmente quanto o IUB, o Folheto Ilustrativo resume a história de seu surgimento, como uma organização de ensino a distância modelar, fundada em 1941, e o papel relevante que desempenha na aplicação e modernização desse método de ensino, como pioneiro neste tipo de ensino.

Informa que: “Atualmente cerca de 200 mil alunos matriculados em nossa escola estão estudando, aprimorando ou atualizando uma profissão: complementando sua formação cultural nos diversos cursos do Instituto Universal Brasileiro” (FOLHETO ILUSTRATIVO, p.3).

Sob a manchete de que “Faça você também como 3.600.000 pessoas que já estudaram pelo nosso método”, a explicitação do IUB para o seu sucesso é a seguinte:

- o êxito do sistema de ensino está no fato de o IUB enviar apostilas e não livros e estas são preparadas “de acordo com técnicas didáticas especialmente elaboradas pela nossa equipe visando facilitar a assimilação do conteúdo desenvolvido, por parte do aluno” (p.3);
- as aulas são redigidas de forma simples e objetiva, contendo apenas o que interessa aos alunos em termos práticos;

- as ilustrações são feitas com gráficos, esquemas, desenhos ou fotografias que oferecem ao estudante, através da imagem, uma visão panorâmica da matéria e permitem melhor compreensão do texto estudado.

Às folhas 4 e 5 do Folheto Ilustrativo, o IUB apresenta a estrutura atual da empresa, relacionando os diversos departamentos e mostrando imagens dos mesmos:

- Departamento de Recebimento de Correspondência (DRC): recebe mensalmente milhares de cartas;

- Departamento de Atendimento ao Aluno (DAE): atende a qualquer dúvida com respeito ao curso, respondida por carta;

- Central de Processamento de Dados (CPD): processa eletronicamente toda a administração;

- Departamento Didático (DED): atualiza e processa novos cursos;

- Departamento de Arte (DAR): é responsável pela criação, composição e produção de todo o material a ser impresso;

- Departamento de Expedição (DEX): expede mensalmente milhares de cartas e módulos de estudo;

- Departamento de Conferência (DEC): realiza a conferência dos testes de modo cuidadoso;

- Parque Gráfico: imprime todas as aulas e os materiais didáticos.

Analisando o Folheto Ilustrativo do IUB, verifica-se a recomendação de que alguns fatores devem ser observados: dedicação aos estudos, condição fundamental à obtenção de bons resultados e planejamento cuidadoso do tempo para os estudos.

Frases chamativas são destacadas em tamanho maior:

1. Nas suas horas de lazer, uma maneira inteligente de aprender;
2. Procure aproveitar ao máximo seu tempo disponível;
3. A força de vontade e dedicação aos estudos é fundamental.

Todas as instruções sobre como iniciar os estudos dos cursos profissionalizantes a distância pelo IUB são disponibilizadas na página 7 do Folheto Ilustrativo, com perguntas e respostas.

O Instituto Universal Brasileiro ministra Cursos Profissionalizantes Livres de Suprimento e Suplência, previsto no Artigo 205 “Caput” e Artigo 209, LII, da Constituição Federal de 1988 e Artigo 80 “Caput”, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LBD).

Nas páginas seguintes do Folheto Ilustrativo são apresentados os cursos oferecidos pelo IUB, com titulação do curso, apresentação do mesmo, resumo do programa de ensino e descrição do material didático de apoio.

Após analisar os 03 (três) documentos obtidos no IUB, varias revistas do IUB, vários livros/cursos e entrevistas passam-se às considerações finais do estudo.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância, embora presente desde as antigas civilizações, não despertara o interesse de estudiosos como na contemporaneidade, quando são agregados ao aprendizado individual diferentes elementos interpretativos que motivam a adesão e implicam no crescimento deste tipo de ensino no Brasil e no mundo.

Com o desdobramento deste interesse, também conceitos, definições e explicitações atinentes a EAD ocorrem em profusão; importante disto tudo é que a sua história no contexto da história da educação vem sendo revelada pela investigação acadêmica e, sob esta condição, recebe um novo registro e se sujeita às novas interpretações.

Realizando este trabalho de investigação sobre a EAD tendo como objeto principal de estudo o Instituto Universal Brasileiro, como instituição de ensino a distância, precursor no País. Verifica-se o esforço na identificação de pressupostos, argumentos e comprovações sobre o espaço de educação, considerando a separação física e o tempo de estudo, ainda não bem explicados quanto ao parâmetro que anuncia a contiguidade da sala de aula que inclui a simultaneidade.

Não fica alheia, também, a questão social, política, economia e cultural quando a referência das instituições de ensino a distância prevêm que a oferta de

cursos de formação faz parte das políticas públicas e educacionais, norteadas pela Lei nº 9.394/1996 e demais instrumentos legais que lhe seguiram.

Assim, foi justificado o interesse também do pesquisador quanto a EAD porquanto este tipo de educação é parte concreta da vivência profissional cotidiana e as descobertas podem ser avaliadas como significativas no contexto do objeto de estudo.

As indagações sobre o IUB foram iniciadas neste trabalho quando se deu a preocupação em saber que fatores interagiam no ambiente que serviu de cenário à criação do IUB, na década de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial e as consequências que dela advinham.

Especificamente no Brasil, vigorava o Governo Ditatorial de Getúlio Vargas e o surgimento da denominada Revolução Industrial Brasileira, vetor de transformações social e econômicas que requeriam ajustes e adequações por parte, da sociedade civil, caracterizando-se um quadro delicado de crescimento nacional.

Chegou-se, então, à indagação que segue: o que predispôs a capacidade criadora do fundador do IUB? Considerando a fala de Naso os objetivos dos fundadores, no oferecimento dos primeiros cursos, foi decorrente da determinação constitucional de 1937, que atribuiu às indústrias e aos sindicatos econômicos a responsabilidade na criação de escolas de aprendizes, face a escassez de mão-de-obra técnica qualificada. No seu artigo 128, tornava livre também, a oferta de ensino por Instituições/associações particulares. O IUB encontrou aí um nicho de mercado, aproveitando a oportunidade para ofertar cursos para a formação de profissionais qualificados para o trabalho.

Aquela proposta do IUB, conforme dados informados por Naso, veio acompanhada de equipamentos modernos destinados à produção de apostilas

didáticas e impressos, manutenção e uso de método próprio de linguagem simples, didática, jornalística e educacional.

Constata-se, com base nestes dados, que as influências havidas para o surgimento de tais iniciativas pelo IUB se encontraram no ambiente exato de sua atuação, ou seja, no cenário político e econômico nacional, e assim também decorrentes de eventos externos ao País, que oferecia a oportunidade de um mercado carente de formação profissional.

A trajetória, portanto, do IUB, para o desenvolvimento da EAD teve seu início pautado na oportunidade criada pelo seu precedente, o Instituto Monitor, considerado na segunda fase da educação a distância no Brasil. As diretrizes principais consistiram na oportunidade de um mercado carente de formação técnica cujos indivíduos precisavam apenas saber ler e de uma ideia de difundir a educação por meio do ensino individual, em casa, a distância.

Analisando os resultados obtidos na pesquisa documental constata-se que os principais motivos que constituíram a fundação do IUB são representados pelo contexto social, político e econômico já comentado, confirmando-se em um misto de instrução e de educação, formal e informal, caracterizando-se inicialmente pela formação técnica, qualificação profissional e ainda com o curso de Madureza Ginásial e Colegial, pelo menos até a aprovação da LDEN 9.394 de 1996, quando passou a oferecer também a educação, com a oferta de cursos Supletivos de Ensino Fundamental e Ensino Médio a distância para pessoas maiores de 15 anos.

Os dados coletados indicam que o IUB sempre manteve uma sistemática particular para a pedagogia e para a metodologia utilizada nos cursos que oferece. Analisando os resultados, constata-se que o êxito do IUB, pode ser atribuído pelo seu sistema de ensino no envio de apostilas organizadas segundo técnicas didáticas

elaboradas pela própria equipe. Como por exemplo, a elaboração da apostila do Curso de Caligrafia, que leva a assinatura de Amadeu Sperandio, no ano de 1951, confirmando-o como idealizador deste curso, destacando a composição teórico prática do mesmo.

Atualmente o IUB atende alunos cujo perfil caracteriza maior incidência de origem nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que apresentam renda mensal entre 02 e 06 salários mínimos, sem profissão específica, que buscam o curso visando garantia de emprego ou crescimento na empresa.

São pessoas que se encontram desempregadas e precisam da formação para candidatar-se a uma função, tendo urgência na obtenção do conhecimento e do certificado, acreditando que esta formação melhora as suas chances de conseguir uma boa colocação profissional.

Ainda, constitui-se o contingente de alunos aquelas pessoas que buscam fazer um curso à distância para formação pessoal, pela comodidade de estudar sem obrigatoriedade da presença, horário, ou pelas dificuldades de acesso a um ensino presencial.

Com base nos resultados entende-se que a divulgação dos cursos teve como instrumento as revistas de circulação nacional, como a *Revista Cruzeiro*, com destaque em seu registro para o ano de 1942, quando foi ofertado o primeiro do IUB: o curso de Contabilidade. Atualmente os recursos comunicacionais do IUB compreendem os modernos meios de comunicação, com o uso da internet e mantendo-se o envio dos materiais dos cursos pelo correio.

Finalizando o estudo, constata-se que o trabalho permitiu resgatar a história da educação a distância no Brasil com respeito à criação e a trajetória do Instituto

Universal Brasileiro, confirmando-o como uma das primeiras e principais instituições educacionais para a modalidade de ensino a distância.

Percebe-se que a evolução da educação a distância se deu em paralelo à história da educação nacional, pois foi acolhida pelas políticas públicas e educacionais e inserida na legislação constitucional e demais instrumentos.

Por fim, ao investigar a trajetória do IUB ao longo de sua atuação na EAD foi possível conhecer a sua importância no contexto da história da educação brasileira e das contribuições para a formação humana, com manutenção de valores e mesma estratégia pedagógica de elaboração de seu material didático.

Entende-se que o IUB marcou uma época da educação a distância, quando o País enfrentava problemas sociais, políticos e econômicos; no entanto, sua história se mantém ao longo dos anos de atuação, inovando-se e ocupando um espaço cada vez mais dinâmico na educação do País, cumprindo assim uma finalidade social.

Ainda que os dados e as informações encontradas não tenham composto uma ordenação cronológica precisa de sua trajetória, conclui-se que os resultados obtidos na análise documental se coadunam com os relatos do atual Diretor e proprietário do IUB, Sr. Luis Fernando Naso.

Ressalva-se que a intenção deste trabalho foi realizar um resgate histórico sobre a educação a distância no Brasil e sobre o IUB, especificamente, como uma das primeiras instituições no ensino a distância no Brasil. Não se tem a pretensão, porém, de concluir definitivamente o estudo sobre a história da educação a distância em razão da importância que ganha a cada dia e de sua contribuição na formação humana e para a qualificação profissional. Antes enseja-se que os resultados encontrados sirvam como material de consulta para a realização de novas pesquisas e estudos sobre esta temática. Como por exemplo, analisar o material didático para

investigar temas como a prática pedagógica, subjacente/explicita nos materiais de cada curso, ou a análise do sistema de avaliação empregado por esta instituição. Pode-se ainda investigar qual o destino e o sucesso profissional de quem se qualificou por esta Instituição; ou ainda estudar as ilustrações ou iconografia como auxílio na EAD no processo de ensino aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - ABED. *Descritivo Técnico*. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional_ID=1>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - ABT. *Currículo Executivo*. Disponível em: <<http://www.abt-br.org.br/index.php?option=comfacileforms&Itemid=67>>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.9-13.
- ALVES, G. M. Tecnologias e suas implicações na prática pedagógica do supervisor escolar. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.
- ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de Pós Graduação: noções práticas*. 5 ed. São Paulo: Atlas 2002.
- ANDRÉ, M. D. A. D. *Pesquisa sobre a escola e pesquisas no cotidiano da escola*. EccoS, São Paulo, v.10 n. especial p. 133-145, 2008.
- ARAÚJO, Marta Maria de. A educação tradicional e a educação nova no Manifesto dos Pioneiros (1932). In: XAVIER, Maria do Carmo. (Org.) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARETIO, L. G. *Educación a distancia hoy*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994. In: GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. *Educação a Distância sem Segredos*. Curitiba: Ibpex, 2009 p.19.
- ARY, Edson. *A breve história da EaD no Brasil: do Instituto Universal Brasileiro à Universidade Aberta do Brasil*. Disponível em: <<http://edsonary.blogspot.com/2007/06/grupo-3-breve-histria-da-ead-no-brasil.html>>, 4 jun. 2007. Acesso em: 12 set. 2010.
- AZEVEDO, Fernando. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BELLONI, M. I. *Educação a distância*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Lei orgânica do ensino industrial.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. *Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971*. Brasília, DF: Presidência de República, 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998*. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDEN (Lei nº 9.394/96).

BRASIL. *Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005*. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006*. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

BRASIL. *Referenciais de qualidade para educação superior a distância*. Brasília, DF: MEC/SEED, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/df/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BULCÃO, R. Aprendizagem por *m-learning*. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.81-86.

CASTANHO, S. *Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

CHERMANN, M.; BONINI, L. M. *Educação a Distância: novas tecnologias em ambientes de aprendizagem pela internet*. São Paulo: Universidade Braz Cubas, 2001.

CHICO, Paulo. Monitor e Instituto Universal Brasileiro abraçam tecnologias. In: *Folha Dirigida*. Disponível em: <<http://ead.folhadirigida.com.br/?p=2090>>. Acesso em: 01 set. 2010.

CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no estado novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.) *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.p.3-16.

CRUZ, D. M. Aprendizagem por videoconferência. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.87-94.

DEL BIANCO, N. R. Aprendizagem por rádio. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.56-64.

DEMO, P. *Formação permanente e tecnologias educacionais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DOHTTA, Marcos. *O Instituto Universal Brasileiro*. Disponível em: <<http://carissimascatrevagens.blogspot.com/search?q=iub>>, 31 ago 2010. Acesso em: 21 out. 2010.

ESPÍRITO SANTO, A. *Delineamentos de metodologia científica*. São Paulo: Loyola, 1992.

FERNANDEZ, Consuelo Teresa; DEPRESBITERIS, Lea. Educação a distância no Senai-SP: um pouco das reflexões ao longo da história. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n.70, p.150-158, abr./jun., 1996.

FOLHA DIRIGIDA. *Tudo começou a 70 anos*. Disponível em: <<http://www.institutomonitor.com.br/html/release/57.html>>, jul. 2009. Acesso em: 02 set. 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Econ. soc.*, v.16, n.1, pp. 21-43, 2007.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSARI, Maria Felisminda de R. *"Tecnologia de comunicação na escola como elo com a melhoria das relações sociais: perspectiva para formação de professores mais criativos na realização desse compromisso"*. In: ABT Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, ano v.22, n. 113-114, jul/out., 1993.

GATTI JUNIOR, Décio. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. *Cadernos de História da Educação*, v.1, n.1, p.29-31, jan./dez. 2002.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas SP: Autores Associados : Uberlândia, MG: EDUPU, 2005.9.71-90 (Coleção memória da educação)

GAZETA MERCANTIL. *A expansão do ensino a distância*. Disponível em: <http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=6212>, 01 jul. 2003. Acesso em: 02 set. 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Natália de Lacerda. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico das estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007. Tese [Doutorado em Educação] – São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2007.

GOMES, C. A. C. A legislação que trata da EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.21-27.

GRECO, João Francisco Natal. Ideologias nas reformulações das políticas públicas para a educação brasileira. *Monte Carmelo*, v. 2, n. 2, p. 11-28, 2003. Disponível em: <<http://www.fucamp.com.br/nova/revista/revista0201.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. *Educação a Distância sem Segredos*. Curitiba: Ibpex, 2009.

HADDAD, Sérgio; Di PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.1-8-130, maio/ago., 2000.

IARALHAM, Luciano Caricol. Contribuição da tecnologia da informação na educação a distância no instituto universal brasileiro: um estudo de caso. *Revista Científica da Faculdade das Américas*, Ano III, n.1, 1º sem. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. *Em um ano, número de pessoas que acessaram a Internet aumentou em 12 milhões*. Comunicação Social, 08 set. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.hp?id_noticia=1708&id_pagina=1>. Acesso em: 13 out.2010.

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO – IUB. *História*. Disponível em: <<http://www.institutouniversal.com.br/historia.asp?IUB>>. Acesso em: 21 out. 2010.

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO – IUB. *Apostila de Divulgação de Cursos*, [1980].

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO – IUB. *Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1948.

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO – IUB. EquipeIUBlog. *IUB no blog 'Caríssimas Catrevagens'*. Disponível em <<http://blog.institutouniversal.com.br/index.php/2010/09/iub-no-blog-carissimas-catrevagens/>>, set. 2010. Acesso em: 22 out. 2010.

KEEGAN, D. *Foundations of distance education*. 3. ed. Routledge, London, 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=nYkrTWDj5twC&printsec=copyright&source=gs_pub_info_s&cad=3#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 29 jun. 2010.

KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003.

JORNAL DO IUB - INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO. *O ensino a distância*. 2010.

LEMOS, G.; BRENNAND, E. *Televisão Digital Interativa*. Belo Horizonte: Ed. Horizonte, 2007.

LEMOS, M. F. R. de *et al.* EAD impresso, ainda se usa? In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

LIMA, A. R.; CAVALCANTE, I.F. Elaboração de material didático em EAD: a experiência do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental no IFRN/UAB. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.

LOBO NETO, F. J. da S. *Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos*. In: _____ (Org.) *Educação a distância: regulamentação*. Brasília: Plano : Rio de Janeiro: ABT, 2000, p.399-471.

LOYOLLA, W. *O suporte ao aprendiz*. In: LITTO e FORMIGA, *Educação a distância o Estado da Arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.

MAIA, M. C.; MATTAR, J. *ABC da EaD*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MAIA, M. C. Adoção e disseminação de tecnologias educacionais em cursos presenciais. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

MATTAR, Fauze N. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1996.

MOORE, M. G. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2008

MORAES, M. C. *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. *Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2004.

NAKAZONE, Bernardina Valdenia. *Educação à distância como ferramenta no combate ao analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo*. 2005.40f. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia]. São Paulo: Uni FMU, 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/textos/textobernadina1.pdf>> Acesso em: 13 out. 2010.

NISKIER, A. Os aspectos culturais e a EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.28-33.

NOGUEIRA, D. X. P.; MORAES, R. A. Educação a distância no Brasil: uma análise histórica das políticas educacionais brasileiras. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, sociedade e educação no Brasil. *Anais...* Campinas – SP, 2009.

NUNES, I. B. A historia da EAD no Mundo. *Educação a Distância o Estado da Arte*. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.2-7.

OLIVEIRA, E. G. *Educação a Distância na transição paradigmática*. Campinas: Papirus, 2003.

PALANGE, I.; MESQUITA, D.; LEMOS, M. F. R. Educação a distância: o material impresso não morreu. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

PALHARES, R. Aprendizagem por correspondência. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.48-55.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAVAM, Rosane. A educação conveniente. *Revista Educação*, edição 126, p.32-36, out., 2007.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; FARIA, Adriano Antonio; LOPES, Luis Fernando. Expansão da EaD na formação de professores no Brasil e a Agenda pós-moderna. *Comunicação Livro no XV Encontro Nacional da ANFOPE*, Caldas Novas – Goiás, 2010.

PESSOA, Gerisval Alves. Ensino A Distância: Uma Realidade? In: *Artigonal*. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/ensino-a-distancia-uma-realidade-508811.html>>, 04 ago. 2008. Acesso em: 02 set. 2010.

PIVA Jr., D.; FREITAS, R. L. A utilização de tecnologias colaborativas no desenvolvimento de habilidades e atitudes em Estudantes de Cursos na área Tecnológica. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

PRETI, O. (organizador) et al. *Educação a distância sobre discursos e práticas*. Brasília, Liber Livro, 2005.

REVISTA DO INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO RÁDIO-TV-ELETRÔNICA. *Editorial*. Ano IV, n. 48, s.d.

RIBEIRO, Antonia Maria C.; MACHADO, Elisa Marina do N.. Educação para adultos trabalhadores: um espaço para a teleeducação? *Em Aberto, Brasília*, ano 11, n. 56, p.54-67, out./dez. 1992.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISKIER, David Marco. Microcomputador. In: *Revista do Instituto Universal Brasileiro Rádio-TV-Eletrônica*, Ano I, n.4, set. 1984.p.28-33.

ROCHA, C. A. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a tecnologia: perspectivas para a educação brasileira*. In: CLEBSCH, J. *Educação 2008: as mais importantes tendências na visão dos mais importantes educadores*. Curitiba: Multiverso e Humana Editorial, 2008.

ROMÃO, E. *A relação educativa: por meio de falas, fios e cartas*. Maceió: EDUFAL, 2008.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, L. C. L. dos. Educação a distância na formação de professores. In: MERCADO, L. P. L.; KULLO, M. B. G. (Orgs.) *Formação de professores: política e profissionalização*. Alagoas: Edufal, 2004.p.35-65.

SANTOS, A. V. dos.; VECHIA, A. Introdução da perspectiva história na pesquisa educacional. In: _____. (Orgs.) *Cultura escolar e história das práticas pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008.p.9-14.

SANTOS, S. S. contribuições dos recursos disponíveis em ambientes virtuais de ensino para a prática avaliativa. In: 15º. CIAED, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* SP: ABED, 2009.

SOUSA, Eda Coutinho B. Machado de. Panorama internacional da educação a distância. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n.70, p.9-16, abr./jun.1996.

SPERANDIO, Amadeu. *Caligrafia: curso completo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1951.

SARAIVA, T. *Educação a distância no Brasil: lições de história*. *Em Aberto*, ano 16, n.70, p.17-27, abr./jun.1996.

SAVIANI, D. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

SENAC RIO. *História: EaD presente no Brasil há 70 anos*. Matéria da Folha Dirigida - Caderno Especial - 05/08/2008. Disponível em: <http://www.rj.senac.br/ead/artigos/Artigo_05_agosto08.html> Acesso em: 22 set. 2010.

SILVA, M. B; GRIGOLO, T. M. *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e extensão II*. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

TELES, L. A aprendizagem por *e-learning*. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.p.72-80.

UNIVERSIDADE DE BRASILIA. *Portal da Cátedra UNESCO de educação a distância*. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/catunesco>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

VAZ, M. F. R. *Os padrões internacionais para a construção de material educativo on-line*. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. Educação a distância o Estado da Arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. Manifesto dos pioneiros de 1932: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

XAVIER, Maria do Carmo. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: _____. (Org.) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAMLUTTI, Maria Esmeralda Mineu. *Uma análise do surgimento da educação a distância no contexto sócio-político brasileiro do final da década de 30 e início da década de 40*. 2006 256f. Tese [Doutorado em Educação] Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, 2006.

ANEXOS

Anexo A – Folheto Ilustrativo do IUB



(2)1960- Criação do Movimento de Educação de Base - MEB, cujo plano quinquenal (1961 - 1965) previa a instalação de 15 mil escolas radiofônicas em convênios com a CNBB.

(2)1961- Implantação de cursos de alfabetização de adultos da Fundação João Batista do Amaral (Tv Rio).

(2)1962- A Open University, criada em 1962, mantém um sistema de consultoria, apoiando outras nações a "fazer" uma EAD de qualidade.

(2)1962- Instalação da universidade Popular.

(2)1962- Inicia-se na Espanha, uma experiência de Bacharelado Radiofônico. A Universidade de Dehli cria um Departamento de Estudos por Correspondência, como experiência para atender aos alunos que, de outro modo, não podem receber ensino universitário.

(3)1962- A Índia adotou a ED.

(3)1963- A França adotou a ED.

(2)1963- Surge na Espanha o Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão, que substitui o Bacharelado Radiofônico, criado no ano anterior. Inicia-se na França, um ensino universitário, por rádio em cinco faculdades de letras (Paris, Bordeaux, Lille, Nancy e Strasbourg) e na Faculdade de Direito de Paris, para os alunos do curso básico. Duas Instituições neozelandesas se unem (Victória University of Wellington e Massey Agricultural College) e formam a Massey University Center for University Extramural Studies da Nova Zelândia.

(2)1964- Criação da TV Educativa do MEC.

(2)1965- Criada a Divisão de EAD (DED) do Ministério do Exército.

(2)1965- Instalação da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa – MEC.

(2)1965- Criado o Serviço de Rádio e televisão.

(2)1965- Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.

(2)1966- Instalação de oito emissoras estaduais de televisão educativa.

(6)1967-1974- foi criado o projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) objetivava estabelecer um sistema nacional de teleeducação com o uso do satélite.

(2)1967- Criação da Fundação Padre Anchieta (atual TV Cultura) – SP.

(2)1967- Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo estado de São Paulo com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969); constituída a Feplam (Fundação Educacional Padre Landell de

(2)1971- Nasce a ABT - inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava desde 1969 os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos a distância, capacitando os professores através de correspondência.

(2)1971- Implantação do Curso Supletivo - I Grau - Fase I – MEC.

(2)1972- Criação do Programa Nacional de Tele-Educação (PRONTEL).

(2)1972- Criação pelo Governo Federal da Fundação Centro, Brasileiro de Televisão Educativa.

(2)1972- Cria-se em Madri, Espanha, a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), primeira instituição de ensino superior a suceder a Open University em nível mundial.

(2)1973- Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto piloto de tele didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão.

(5)1973 - nasce o projeto Logos, mediante a parecer do Ministério da Educação.

(2)1974- TVE Ceará começa a gerar tele-aulas; o Ceteb - Centro de Ensino Técnico de Brasília - inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobrás para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logos II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente.

(2)1974- A TVE do Ceará teve início.

(2)1974- Criada a Universidade Aberta de Israel, que oferece, em hebreu, cerca de 400 cursos em domínios variados.

(5)1974- Criada no Paquistão a Allama Iqbal Open University.

(2)1975- Criada a Fernuniversitatt, na Alemanha, dedicada exclusivamente ao ensino universitário.

(5)1975 – Criado no estado do Pará o projeto Hapront para habilitar professores leigos do ensino fundamental em nível do 2º grau. Habilitou cerca de 10 mil professores através da educação a distância.

(2)1976- Criação do Sistema Nacional de Tele-educação do SENAC

(2)1976- Implantação do Projeto LOGOS II - Formação de Professores leigos - Convênio MEC-CETEB-FUBRAE.

(3)1977- A Venezuela e Costa Rica adotaram a ED.

(6)1995- a Multirio, empresa de multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro realiza trabalhos com professores de 5 a 8 séries.

(6)1995- o Senac atendeu aproximadamente 2 milhões de alunos através da EAD.

(6)1995- o Governo Federal cria uma Subsecretaria de EAD.

(6)1995- lançamento da TV Escola.

(4)1995-Criação do Laboratório de Ensino a Distância do PPGEp da UFSC.

(4)1995-Criação do Projeto Rede Nacional de Tecnologia - CNI/Senai.

(5)1995- O CEN atendeu cerca de 20 mil pessoas, abrangendo cursos de 1º e 2º, para jovens e adultos, qualificação de técnicos em transações imobiliárias, o Projeto Crescer.

(4)1995-LED inicia programa de educação aberta em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)

(4)1995-Criação da TV SENAC

(4)1995-Criação do Programa de Pós Graduação "Lato sensu" em Pensamento Político Brasileiro pela Universidade Gama Filho.

(4)1995-Governo Federal desenvolve o Programa TV Escola

(4)1995-MEC cria Secretaria de Educação a Distância.

(6)1996- foi criada a Secretaria de Educação a Distância.

(4)1997-Curso de Educação aberta para produtores rurais produzido em parceria SENAR/Cefet (RJ).

(4)1998-Implantação de curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela UFSC com TECPAR.

(4)1998-Formação de docentes para o Ensino Superior pela Universidade Gama Filho.

(4)1999-Consolidação do projeto VIRTUS da UFPE com oferta em escala de cursos.

(4)1999-Criação do NEAD na UFPR.

(4)2000-Implantação pelo IESDE de PCN's - Capacitação de professores.

(5)2000: **Março**- Por iniciativa da Université de La Méditerranée, foi criada a primeira Universidade virtual euromediterrânea, com o nome de Tethys.

(4)2001-Início do Curso Normal Superior da UEP em parceria com a UEP.

(4)2001-Criação da Universidade Eletrônica do Paraná.

1994- Surge o projeto de Especialização em Educação Continuada e a Distância. No ano de 1994, por solicitação do MEC, a faculdade assumiu a realização do 1º curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, dirigido aos Coordenadores Estaduais do Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, via satélite – “Um Salto para o Futuro” com a cooperação da França, em especial da Université de Poitiers e do CNED. Com isso, iniciou-se o processo de consolidação da “Comunidade de Aprendizagem em Rede- Online” integrada por professores universitários brasileiros, estrangeiros e alunos envolvidos em projetos institucionais de Educação Continuada e a Distância, com forte presença do setor público (SEED- MEC, Universidades Federais, Estaduais e Secretarias Estaduais de Educação), gerando conhecimento com soluções inovadoras na área, a exemplo da Oficina de Pesquisa em Rede, em âmbito Nacional. O público-destinatário do curso é constituído por professores, profissionais de educação e de outras áreas envolvidos com programas de educação a distancia nas Universidades, da SEED-MEC, das Secretarias de Educação do Distrito Federal, Estaduais e Municipais, Órgãos Públicos, Empresas, Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais. O curso deve formar especialistas em Educação a Distância.

1994: 26 a 29 de Setembro- Ocorreu o BRASILEAD, realizado no Auditório Dois Candangos, na FE.

1994 - Instalação do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (BRASILEAD), Seminário internacional as novas tecnologias na educação e na formação continuada: a educação sem distância para o século 21, instalação da Cátedra UNESCO em Educação a Distancia.

1994- Ocorreu o Curso de Especialização em Avaliação a Distância no Ensino Superior, de 1994 a 1999, sendo ofertado apenas uma vez.

1994- 1º Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, dirigido aos Coordenadores Estaduais do Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, via satélite – “Um Salto para o Futuro” com a cooperação da França, em especial, da Université de Poitiers e CNED.

1995: Novembro- Foi assinado, na presença do Ministro da Educação, um contrato entre UnB, ANUP, e ABM para realização do curso de especialização, atendendo professores tanto da esfera privada quanto pública. O curso foi concluído no primeiro semestre de 1999.

1996- Instituiu no mestrado em educação a área de Tecnologias na Educação – TE.

1997/1998- O 2º Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, com apoio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Desporto, enriquecida com a cooperação da Espanha, em especial da Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED, de Portugal, o convênio com a Universidade Aberta de Portugal e do Canadá com a Simon Fraser University.

*** Segundo Período de Gestão da Cátedra UNESCO de EAD- 1999/2002**

1999: 12 de Fevereiro- Iniciou-se, oficialmente com a designação do Professor Dr. Rogério de Andrade Córdova como Coordenador, em comunicado por meio de memorando interno da FE, firmado pelo então Diretor da FE, Professor genuíno Bordignon, a Professora Eda

Coutinho B. M. de Sousa até aquela data Coordenadora da Cátedra. Essa comunicação foi enviada pelo então Reitor da UnB, Professor Dr. Lauro Mohry, ao Dr. Jorge Wertheim, Chefe da Representação da UNESCO no Brasil, informando a decisão do Conselho da Faculdade de Educação em indicar o Professor Rogério para essa função (em correspondência datada em 2000).

1999/2000- O 3º curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, com apoio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação e Desporto, enriquecido com a cooperação da Espanha.

1997/98- O 2º Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, no âmbito do BRASILEAD no período de 1997/98, com o apoio da secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e do Desporto, enriquecida com a cooperação da Espanha, em especial Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED, de Portugal com o convenio da Universidade Aberta de Portugal e do Canadá com a Simon Fraser University.

1998- O 3º Curso de Especialização em Educação a Distância foi re-elaborado no segundo semestre de 1998, aprovado no primeiro semestre de 1999, para ter início em Julho do mesmo ano. Ele ocorreu até Dezembro de 2000.

1999- Terceiro Curso em Educação Continuada e a Distância – 1º Encontro Presencial, De 26 a 31/07/99 (48h). Cronograma de inscrição online: 01/04 a 30/06/99, Cronograma de seleção de candidatos: 01 a 08/07/99, Divulgação dos resultados de seleção de candidatos: 08/07/99.

2000- Terceiro Curso em Educação Continuada e a Distância- 2º Encontro Presencial, Programação de 17 a 22/07/2000 (48h): Conferência “A Educação a distância no contexto da Comunidade Européia/Espanha e as Políticas de Cooperação Internacional”, Grupos e Trabalhos por temas de pesquisa em Educação a Distância nos Projetos Institucionais, Exposição do Projeto de Pesquisa em Educação a Distância pelos alunos (as), Exposição “Desafios da Pesquisa em Educação a Distância”, Exposição “Planejamento e Gestão de Sistemas de Educação a Distância”, Exposição “Avaliação Institucional”, Conferência “O Educador como um “passeur” de sentido e a pesquisa-ação como ambiente de formação do educador”, Exposição/Debate “Programa do curso, Disciplinas, Avaliação, Orientação do Projeto Institucional, Tutoria, Coordenação Acadêmica e Administrativa, Avaliação do 2º Encontro Presencial, Coordenação e Equipe docente do Curso.

2000- A equipe docente do Curso se inscreveu no sistema Lattes do CNPq como Grupo de Pesquisa sobre “Aprendizagem, Tecnologia e Educação a Distância”. Ao longo do curso, consolidou a Proposta Pedagógica da “Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede – CTAR”.

2001: Agosto- O Curso de Pedagogia para Professores em exercício no Início de Escolarização (PIE) foi criado, por iniciativa da Faculdade de Educação da UnB e da Secretaria de Educação do DF, para a formação de professores em exercício na Educação Infantil ou no início de escolarização do ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, com habilitação de magistério em nível médio

2002: Agosto: Foi realizado o segundo Curso de Pedagogia para Professores em exercício no Início de Escolarização (PIE)

2002- Seminários sobre Ambiente de Aprendizagem Interativa – online De 26/11/02 a 19/12/02, na FE, com objetivo de examinar potencialidades pedagógicas de ambientes de aprendizagem interativa - online em especial na área de software livre , com vistas a subsidiar desenvolvimento de disciplinas apoiadas nas tecnologias de informação e da comunicação.

FONTE: <http://www.fe.unb.br/catunesco/linha-do-tempo-2>

Anexo C – Sede do IUB

Fundado em 1941, o Instituto Universal Brasileiro é um dos pioneiros no Ensino a Distância em nosso país.

Sempre na vanguarda, adotando todas as inovações nessa área do ensino, tornou-se a maior escola do gênero.

Com seus cursos profissionalizantes livres de suplência e suprimimento,

o Instituto adquiriu a confiança de milhares de pessoas.

Atualmente cerca de 200 mil alunos matriculados em nossa escola estão estudando, aprimorando ou atualizando uma profissão; complementando sua formação cultural nos diversos cursos do Instituto Universal Brasileiro.

FAÇA VOCÊ TAMBÉM, COMO 3.600.000 PESSOAS QUE JÁ ESTUDARAM PELO NOSSO MÉTODO

A razão principal do êxito do nosso sistema de ensino, consiste no fato de não enviarmos livros, mas apostilas, preparadas de acordo com técnicas didáticas especialmente elaboradas pela nossa equipe, visando facilitar a assimilação do conteúdo desenvolvido, por parte do aluno.

Nossas aulas foram redigidas de

forma simples e objetiva, contendo apenas o que realmente interessa aos alunos em termos práticos.

Nas ilustrações são utilizados gráficos, esquemas, desenhos ou fotografias que oferecem ao estudante, através da imagem, uma visão panorâmica da matéria, levando a uma compreensão mais rápida do texto estudado.



Estudar no Instituto Universal Brasileiro é, antes de tudo, um ato de grande satisfação pessoal. Em nossa escola sempre haverá um curso planejado especialmente para você que deseja preparo ou

complementação a nível cultural ou profissional.

Você vai se entusiasmar com a facilidade de estudar e vai cultivar o hábito de ampliar os seus conhecimentos.

Anexo D - Disciplinas e conteúdos do Curso de Madureza Ginásial do IUB

C U R S O D E**AGORA MUITO MAIS FÁCIL!**

Em data de 30 de abril de 1963, o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura assinou a Portaria de n.º 90, regulamentando a execução dos Exames de Madureza em todo o País, no cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases.

Essa Portaria trouxe importantes alterações, sobretudo no que tange ao problema fundamental dos Exames de Madureza Ginásial — o número de matérias sobre que eles versam. Assim é que o número de matérias foi reduzido a apenas: PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL, HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL e CIÊNCIAS NATURAIS.

Tal decisão ministerial é não só importante, mas também auspiciosa, pois aumentou ainda mais as perspectivas de êxito do interessado em submeter-se aos Exames para a obtenção do Diploma Ginásial. Realmente, eliminando quatro matérias, tornou-se muito mais fácil o preparo do estudante, para os Exames.

Multiplicaram-se enormemente as facilidades para a obtenção do Diploma Ginásial, trazendo enorme benefício a todos aqueles que desejam atingir tal meta. Muito louvável, pois, a decisão do Ministério da Educação e Cultura, que facilitou grandemente os Exames de Madureza Ginásial e ampliou as possibilidades dos que se acham empenhados em conseguir o tão almejado Diploma Ginásial.

PROGRAMA**P O R T U G U Ê S**

(de acordo com a Nova Gramática)

Gramática e a sua divisão. **Fonética:** Classificação dos fonemas (vogais e consoantes). Ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Silaba. Classificação dos vocábulos quanto ao número de sílabas. O acento tônico. Classificação das sílabas quanto à sua tonicidade. Classificação dos vocábulos quanto à sílaba tônica. Formas rizotônicas e arrizotônicas. **Morfologia:** Classificação das palavras, sua estrutura e formação. O substantivo, sua classificação e flexão em gênero, número e grau. O artigo, sua classificação e flexão em gênero e número. O adjetivo, sua formação, classificação e flexão em gênero, número e grau. O numeral, sua classificação e flexão. O pronome, sua definição e classificação. Verbo, sua definição e formação; conjugações; flexão verbal; verbos regulares, irregulares.

MADUREZA GINASIAL

anômalos, defectivos, etc. O advérbio, sua classificação e flexão de grau. A preposição e sua classificação; pronomes pessoais regidos de preposição. A conjunção e sua classificação. A interjeição. A crase; emprego da preposição **a** e do artigo definido feminino; emprego da crase. **Sintaxe**: Definição e divisão. Termos essenciais da oração. Sujeito e sua classificação. Predicado e sua classificação. Predicação verbal; verbo de ligação, transitivo e intransitivo. Vozes do verbo. Termos integrantes da oração. Termos acessórios da oração. Análise sintática da oração. O período e seus tipos. Período composto por coordenação e subordinação. Classificação das orações. Classificação das coordenadas e das subordinadas. Análise sintática do período. Sintaxe de concordância. Figuras de sintaxe. Regência nominal e verbal. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Composição literária. Versificação. Significação das palavras. Linguagem figurada. Pontuação. Noções de gramática histórica.

MATEMÁTICA

ARITMÉTICA — Números inteiros: Números naturais; grandeza; medida; numeração. Operações fundamentais. Potência de um número. **Divisibilidade aritmética**; **números primos**: Múltiplos e divisores; divisibilidade. Números primos; decomposição em fatores primos. Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo comum. **Números fracionários**: Frações ordinárias e decimais; operações com frações ordinárias e decimais. **Potências e raízes**; **expressões irracionais**: Quadrado e cubo de um número; operações com potências. Raízes quadrada e cúbica. Grandezas comensuráveis e incommensuráveis. Números racionais e irracionais. Radicais. **Razões e proporções**; **aplicações aritméticas**: Razão de dois números; de duas grandezas. Proporção contínua. Média aritmética, geométrica; médias ponderadas e harmônicas. Regra de três. Porcentagem. Juros simples. **ÁLGEBRA** — **Números relativos**: Operações; regras práticas. **Cálculo literal**: Expressão algébrica. Monômios e polinômios. Operações fundamentais. **Binômio linear**: Equações e inequações do 1.º grau. Sistemas lineares. Resolução e discussão. Decomposição em fatores. **Trinômio do 2.º grau**: Equações e inequações do 2.º grau. Resolução e discussão. Decomposição em fatores. Propriedades das raízes. **GEOMETRIA** — Ponto, reta e plano. **Ângulos**: Paralelas, perpendiculares e oblíquas. Figuras geométricas planas. Polígonos. **Triângulos**: definição, classificação e propriedades. Semelhança. Casos de igualdade. **Quadriláteros**: definição, classificação e propriedades. **Circunferência e círculo**: definição, propriedades. Correspondência de arcos e ângulos. Cálculo de π . Semelhança de polígonos. **Relações trigonométricas no triângulo retângulo**. Seno, co-seno e tangente. **Relações métricas nas figuras planas**: Teorema de Pitágoras. Construções geométricas elementares. Teorema de Hiparco. Áreas das figuras planas.



**TODOS OS ALUNOS DESTA CURSO
RECEBERÃO, ABSOLUTAMENTE
GRÁTIS:**

Atlas do Brasil e do Mundo EM
CÔRES, régua, jogo de esquadros,
transferidor, lápis, borracha, **Dicionário de Português**, **Atlas de Anatomia EM CÔRES**, Carteira de Estudante,
cartões de visita.

CLASSICO

PROGRAMA

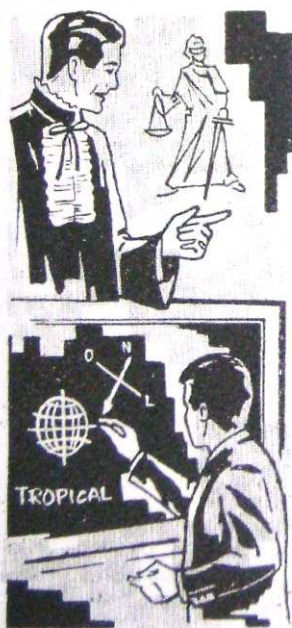
PORTUGUÊS

Morfologia: formação das palavras. **Sintaxe:** orações coordenadas, subordinadas, desenvolvidas e reduzidas; regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal; colocação dos nomes e pronomes; funções do *se* e do *que*. **Linguagem semântica, estilística:** afetiva, figurada; qualidades e defeitos da linguagem. **Gramática histórica:** formação histórica da língua portuguesa; línguas românicas; latim vulgar; caracteres morfológicos, léxicos, fonéticos e sintáticos; desaparecimento dos casos e seus vestígios; o caso lexicogênico; redução das declinações e conjugações; desaparecimento do neutro e seus vestígios; formação do futuro do presente e do futuro do pretérito; origem do infinito pessoal; metaplasmos. **Literatura:** Era medieval — poesia trovadoresca; prosa; características. Era clássica — quinhentismo, seiscentismo; arcadismo; características das tendências literárias. Romantismo. Realismo. Naturalismo. A prosa histórico-social. Oratória. Simbolismo. Literatura moderna — poesia e prosa, no Brasil e Portugal.

HISTÓRIA GERAL

Introdução: conceito; crítica histórica; ciências auxiliares; fases da História; cultura e civilização. **Antigüidade Oriental:** egípcios, mesopotâmios, hebreus, etc. **Antigüidade grega:** Grécia arcaica e clássica; a civilização helenística. **Antigüidade romana:** o povoamento da Itália; a República; império romano. **Idade Média Ocidental:** conceituação; período histórico-cultural; as bases cristãs da cultura medieval; bases germânicas; os reinos bárbaros. **Idade Média Oriental:** Império bizantino; a civilização muçulmana. **A civilização da época**

feudal: origens das instituições feudais; o feudalismo como estrutura político-econômica; a sociedade medieval; o papel da Igreja na Idade Média. **Evolução geográfica e econômica do mundo moderno:** os progressos da técnica; os descobrimentos marítimos; colonialismo; as transformações econômicas e mercantilismo. **O Renascimento:** causas; características; a expansão do Renascimento. **A Reforma e Contra-Reforma:** reforma protestante; anglicanismo; contra-reforma; as guerras de religião. **Formação das monarquias absolutas:** teoria política; absolutismo na França e Inglaterra. **Revolução ideológica dos séculos XVII e XVIII:** o iluminismo; as doutrinas econômicas; idéias sociais; classicismo na arte e na literatura. **A Revolução Liberal:** independência dos Estados Unidos; a Revolução Francesa; a revolução nas Américas do Sul e Central. **A Europa após a Revolução Francesa:** Napoleão; a Santa Aliança; a reação conservadora e as sociedades secretas; o romantismo. **A revolução industrial e a política das nacionalidades:** a revolução técnica; evolução política das nações européias; as colônias da Europa; novas doutrinas sociais e econômicas. **Os grandes conflitos internacionais:** a guerra de 1914-18; a Sociedade das Nações; a Segunda Guerra; organização das Nações Unidas. **O mundo contemporâneo:** vida econômica; relações políticas internacionais; a cultura contemporânea.



HISTÓRIA DO BRASIL

As idéias econômicas, sociais e políticas do século XV. **Brasil-colônia:** aspectos econômicos, sociais e políticos. **O Brasil independente — o Império:** aspectos econômicos, sociais e políticos. **A República:** aspectos econômicos, sociais e políticos.

GEOGRAFIA GERAL

Introdução: a Geografia na atualidade; estruturação, métodos e importância. **O homem e o meio:** a influência do meio físico. **A população do globo:** distribuição e crescimento; estrutura e movimentos. **A população brasileira:** análise dos problemas demográficos. **As atividades econômicas do homem:** as ocupações rurais e urbanas; sistemas econômicos; agropecuária; indústria; características da indústria moderna. **Unidades políticas e econômicas:** potências antigas e atuais; o "terceiro mundo". **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Aspectos sócio-políticos da atualidade. Geografia física.

BIOLOGIA

BIOLOGIA GERAL: caracteres gerais dos seres vivos; vírus; a origem da vida. Diferenças entre animais e vegetais. Organização dos seres vivos. **Metabolismo:** fotossíntese; quimiosíntese. **Coordenação:** nervosa e hormonal. **Citologia:** estrutura celular; composição química; caracteres fisiológicos. **Reprodução dos seres vivos.** **Embriologia:** leis de Mendel e sua aplicação; determinação do sexo; herança. Tipos sanguíneos. **Evolução:** Lamarckismo e Darwinismo. **Ecologia:** colônias, simbiose, comensalismo, inquilinismo, predatismo e parasitismo. **BIOLOGIA VEGETAL:** morfologia e fisiologia da célula vegetal. Tecidos. Organografia vegetal. Fisiologia vegetal. Os grandes grupos vegetais. **BIOLOGIA ANIMAL:** morfologia e fisiologia da célula animal. Tecidos. Aparelhos e sistemas. Os grandes grupos animais.

FILOSOFIA

Introdução: gênese ou formação do conceito de Filosofia. O pensamento filosófico antes da Filosofia propriamente dita. A Filosofia: os filósofos gregos pré-socráticos. Platão. Aristóteles. Principais problemas da Filosofia. Filosofia das ciências. Classificação e método das ciências. O espírito científico. **Noções de Filosofia da natureza:** objeto da Cosmologia; estrutura do universo; a matéria e a vida; visão dinâmica do universo; determinismo e indeterminismo. **Noções de Antropologia filosófica:** o universo e o espírito; os valores existenciais. O espírito: características próprias do espírito; o problema de sua união com o corpo. **Gnosiologia:** os problemas da possibilidade, da origem e das formas do conhecimento; o problema do conhecimento da verdade; o critério da verdade.

FRANCÊS

Estudo de textos dos seguintes autores: Molière, La Bruyère, La Fontaine, Mme. de Sévigné, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Chateaubriand, Hugo, Balzac, Flaubert, Zola, Maupassant, Mauriac, Saint Exupéry, Camus.

Tradução de um texto moderno de francês. Gramática: L'article-défini, indéfini, contracté. Le Nom — Genre et nombre. L'adjectif — Demonstratif, Possessif, Indéfini, Personnel, Relatif. Verbes Réguliers et Irréguliers.

L'Accord du Participe Passé. La comparaison. La préposition. L'adverbe. La Conjunction. Emploi des Modes et des Temps.

TODOS OS ALUNOS DESTES CURSO RECEBERÃO, ABSOLUTAMENTE GRÁTIS:

Atlas Geográfico em várias cores.
Excelentes livros de autores clássicos.
Carteira de estudante. Cartões de visita, etc.

